

APRESENTAÇÃO

O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado, apresenta o seu Projeto Político Pedagógico compreendido como uma manifestação de esforços individuais e coletivos, em torno de objetivos comuns. Foi elaborado pela direção, equipe pedagógica, professores e funcionários para organizar o trabalho da escola, estabelecer diretrizes básicas, a linha de ensino e de atuação na comunidade.

Por ser resultado de um trabalho coletivo deve ser vivenciado e reconstruído constantemente, se constitui assim, num processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organização e da intencionalidade da escola, resultando num amadurecimento teórico, político, conceitual dos que dele participaram.

As metas aqui propostas são fundamentadas no entendimento de que Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, que oferta àqueles que a procuram, oportunidades de iniciarem ou concluírem seus estudos.

Partindo do pressuposto de que a conjuntura do país determina a concepção de educação, esse Projeto Político Pedagógico tem como princípio viabilizar as necessárias mediações para que os Jovens e adultos tenham acesso aos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade ao longo da história e se aproprie deles e os internalize.

Projetar significa “lançar-se para frente”, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito sobre o que se quer. Nesse sentido a ação da escola se pautará então em mediações entre aluno e saberes de maneira que o mesmo assimile estes conhecimentos como instrumentos de transformação de sua realidade social, fazendo de cada um, um cidadão que pensa que lê que interpreta e interfere para a melhoria da qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

Na rede pública estadual do Paraná a proposta pedagógica indicada na legislação é convencionalmente chamada de Projeto Político-Pedagógico, nomenclatura que fortalece a dimensão social da educação escolar pública. A palavra projeto é oriunda do termo em latim *projectum* que, no sentido etimológico, significa “algo lançado à frente” (Veiga, 2000). Um projeto é um plano para realização de um ato e também pode significar desígnio, intenção, esboço. Sendo uma redação prévia das intenções da escola, o Projeto Político-Pedagógico registra o que se planeja, o que se define como objetivos, bem como as ações e os métodos necessários para atingi-los.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2010, p.345-346), o PPP “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”. Nessa perspectiva, além da sistematização obrigatória dos documentos da escola, é um projeto que tem como foco as questões de aprendizagens inerentes ao ambiente escolar que direcionam o processo de escolarização – é um projeto pedagógico.

Todo projeto pedagógico é também político por estar vinculado ao compromisso social da escola pública – espaço de formação de cidadãos para atuarem em sociedade. Veiga (1995) traz a relação entre os termos do Projeto Político- Pedagógico:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias, às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p. 13).

Para abarcar essa dimensão política e pedagógica, o processo de elaboração do PPP tem sua essência na coletividade, na participação da comunidade escolar, atividade exigente que se expressa na unidade da escola e em ações convergentes para um mesmo objetivo. Ao projetar ações e intenções partindo do já existente e das

possibilidades concretas, o PPP se apoia em concepções necessariamente ligadas ao caráter social da educação e que definem a opção educativa da escola.

Nesse sentido, de forma coletiva, consciente e responsável, o CEEBJA, por meio de estudos e debates assume a concepção de aprendizagem histórico-crítica, fundamentada na Pedagogia Progressista Libertadora de Paulo Freire, considerando aluno como centro do processo educacional, isto é, aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta (atuação real vivida pelo aluno) e só tem sentido se resulta de uma aproximação crítica da realidade. O conhecimento é construído pela interação do sujeito com o meio social, e a sua apropriação efetiva-se por meio da articulação entre os conceitos cotidianos e os científicos.

Contudo, o desenvolvimento de conteúdos e os encaminhamentos metodológicos são aqueles que buscam atender as finalidades da educação de jovens e adultos. Devendo assim, traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas são sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem.

Fundamentos legais

A legislação que fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola está, primeiramente, na Constituição de 1988 que, em seu capítulo III, seção I, artigo 206, inciso VI, estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei” (Brasil, 1988). Daí decorre o imperativo da participação da comunidade escolar nos processos de gestão da escola, dos quais o PPP é um elemento tanto norteador como aglutinador.

A LDBEN no 9.394/1996, por sua vez, no artigo 12, inciso I, prevê que as instituições de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, terão a incumbência de “elaborar e executar a sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Já no artigo 13, inciso I, determina que “os docentes incumbir-se-ão de [...] participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996).

No entanto, a vinculação mais específica entre a gestão democrática e o PPP está no Artigo 14, inciso I, que dispõe sobre as normas de gestão democrática e determina a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (BRASIL 1996).

Portanto, de acordo com os preceitos legais a escola organizará e executará seu Projeto Político Pedagógico, como também sua avaliação.

Participação Coletiva

A elaboração do PPP, sendo coletiva, tende a se concretizar com responsabilidades coletivas. As decisões tomadas com a participação de todos os atores, com reflexões da comunidade escolar, passam a implicar na responsabilidade quanto ao papel individual e do grupo. Destaca-se nesse processo o papel da equipe de gestão como articuladora de espaços democráticos de discussões para que todos os segmentos participem das decisões e assumam-se corresponsáveis pelos resultados. É necessário enfrentar os desafios da participação na gestão democrática com a abertura de canais efetivos de comunicação com e entre os envolvidos.

Gadotti (2000), apud Silva destaca que “o projeto pedagógico da escola hoje está inserido em um cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais” (2000, p.46). Da diversidade das realidades das escolas resulta a pluralidade de ações e intenções expressas no PPP.

Assim, por ser coletivo, o PPP é único para a comunidade escolar que o elaborou, é flexível às alterações do contexto escolar, sociocultural e econômico e representa as expectativas inerentes à identidade da escola.

Fundamentos Teóricos

O processo de democratização nas escolas é um desafio contínuo e progressivo e o PPP ocupa um espaço importante nesse processo, pois como documento que norteia todas as ações e pressupõe a identidade da instituição de ensino, com seus

anseios e perspectivas, é um dos elementos mais importantes para uma gestão democrática.

O desafio inclui necessariamente a ampla participação dos representantes de todos os segmentos da instituição no processo de tomada de decisões. Para que a instituição de ensino atinja seus objetivos é imprescindível que o acompanhamento e execução coletiva do PPP estejam articulados e sua avaliação e reelaboração sejam constantes em uma oportunidade de reflexão e renovação. Segundo Marques, apud Veiga:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (1990, p.21).

Com autonomia para a elaboração do PPP, a instituição escolar deve ter como base um referencial teórico comprometido com as expectativas da escola pública. A discussão das concepções que definem a função da escola é fundamental, pois, mesmo que não se obtenha consenso de tudo, o foco principal de todos deve ser a aprendizagem dos estudantes.

Para definições de elementos do PPP são necessários conhecimentos sobre os fundamentos históricos e filosóficos da educação, bases teórico-metodológicas das disciplinas, teorias de aprendizagem, currículo e seus diferentes conceitos, temáticas da diversidade sociocultural, abordagens de temáticas desafiadoras na contemporaneidade, entre outros componentes mais específicos, como a(s) Proposta(s) Pedagógica(s) Curricular (ES), os programas e projetos específicos da escola, a avaliação da aprendizagem dos estudantes e a avaliação institucional.

I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Localização e Dependência Administrativa

Instituição de Ensino:

CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado Ensino Fundamental e Médio

Código da Instituição: 47779

Endereço: Rua Prefeito Rafael Gil, nº 596

Município: Colorado

NRE: Maringá

Código do NRE: 19

Código do INEP: 41143876

Dependência Administrativa: Estadual

Localização: Urbana

Oferta de Ensino: Educação de Jovens e Adultos

Ato de Autorização da Instituição:

Resolução nº 163/07 DOE 14/03/2007

Ato de Reconhecimento da Instituição:

Resolução nº 5085/13 DOE 11/11/2013

Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar nº 874/2011

Entidade Mantenedora: Estadual

1.2 Aspectos Históricos da Instituição

As exigências educacionais para o atendimento de um alunado com características próprias começaram a existir juntamente com as mudanças da economia do município de Colorado. Com a erradicação de cafezais, o aumento da pecuária e principalmente a instalação da agroindústria de álcool e açúcar trouxe transformações no campo, implantando gradativamente a monocultura canavieira e consequentemente aumentando o número de trabalhadores volantes, provocando o êxodo rural e o inchaço urbano.

Problemas de ordem econômica, social e política provocada pelo crescimento urbano maior que a demanda de emprego oferecido e a falta de mão de obra qualificada criou uma demanda para uma escola diferenciada.

A localização de Colorado, favorável ao acesso de vários municípios vizinhos que se apresentavam no mesmo quadro sócio econômico, criou a necessidade de oportunizar um atendimento amplo a adolescentes e adultos de acesso à escolarização.

Seja para realização pessoal, seja para ascender profissionalmente, para obter melhores condições de vida e consequentemente, de trabalho, constatou-se a necessidade de criar uma escola que atendesse aos alunos que por uma razão ou outra, abandonou o Ensino Regular e se encontrava fora do sistema.

Dessa forma, justificou-se a necessidade de implantação de uma modalidade de ensino diferenciada que atendesse esta população. Foram considerados também, os dados fornecidos pelo setor de estatística do Núcleo Regional de Educação de Maringá e os dados constantes do IBGE.

O Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos de Colorado localiza atualmente à Rua Prefeito Rafael Gil, nº. 596, no Centro do Município de Colorado, e é mantido pelo Governo do Estado do Paraná. Este foi criado no ano de 1995, através da Resolução nº. 89/95, D.O.E. 16.02.95, assinada pelo então Secretário de Estado da Educação Ramiro Wahrhaftig, que autorizou seu funcionamento com o

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjcolorado@seed.pr.gov.br

curso de 1º grau supletivo por dois anos. Na época o mesmo se localizava e funcionava em conjunto com uma escola da rede municipal de ensino. Em agosto de 1996, a diretora em exercício solicitou através de requerimento a mudança de domicílio para o endereço atual. Em seguida no mês de setembro de 1996, foi requerido o reconhecimento do Curso de 1º Grau Supletivo, que hoje de acordo com a LDBEN 9394/96 é denominado de Ensino Fundamental.

De acordo com a demanda de alunos concluintes do 1º Grau, percebeu a necessidade da criação do 2º Grau Supletivo para dar continuidade nos estudos. Assim em 25 de setembro de 1996 justificou a solicitação da criação desse nível de ensino. O ensino de 2º Grau teve seu funcionamento autorizado por dois anos, a partir do ano de 1997, através de Resolução nº 1276/97 D.O.E. 17.05.97.

Foi a Resolução nº. 3134/97 D.O.E. 01.10.97 que reconheceu o curso de 1º Grau.

Em 13 de agosto do ano de 1998, solicitou o reconhecimento do curso de 2º Grau, denominado hoje, de acordo com a LDBEN 9394/96, de Ensino Médio.

Em cumprimento ao que determinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), a Secretaria de Educação, através de Resolução 3.120/98, determinou que os Centros de Estudos Supletivos (CES) passassem a serem denominados de Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD).

Em 15 de dezembro de 1999, o Diretor Geral em Exercício da Secretaria de Estado da Educação, Laurení Martins Teixeira, assina a Resolução nº. 4561/99 que alterou novamente a nomenclatura dos Centros para a denominação atual – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, está vigoraria a partir do ano letivo de 2000. Na mesma data o então Diretor também reconheceu o curso de Ensino Médio através da Resolução nº. 4817/99 publicada no D.O.E. em 12.01.2000.

No final do ano 2001 este estabelecimento encaminhou nova Proposta Pedagógica para aprovação. Em 01/12/2001 o Diretor acima citado, também assina a Resolução 2.995/2001 onde autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental e Médio

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacoborado@seed.pr.gov.br

na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, semipresencial, nos termos da Deliberação n.º 008/00-CEE, para o 1ª semestre de 2002 e conseqüentemente cessa o Ensino Supletivo.

Em agosto de 2005 encaminha-se nova Proposta Pedagógica ao Conselho Estadual de Educação. E em 24/01/2007 o Sr. Janpier Gusso Assistente Técnico/D.G. através da Resolução nº 163/07 D.O.E. 14/03/2007 autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental Fases I e II e Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Essa Resolução observa a validade por 02 anos a partir do início do ano letivo de 2006. Com esse Ato os cursos ficaram automaticamente Reconhecidos.

Devido alguns problemas com a estrutura do prédio em que o CEEBJA se localizava, houve a necessidade de mudança de endereço. Dessa forma a Resolução 3075/07 de 10/07/2007 autorizou a mudança de localidade, da Rua Prefeito Rafael Gil nº 596 para a Rua Bahia nº 220, a partir do início do ano letivo de 2007. Naquele local o CEEBJA compartilhava o espaço com a Escola Municipal Paulo Freire E.I.E.F. Retornando assim ao seu local de origem.

A Resolução 163/07 autorizou Nova Proposta Pedagógica e nela a oferta do Ensino Fundamental Fase I, no entanto o estabelecimento ofertou esse ensino apenas no período de 09/02/2006 a 15/12/2006, considerando que a partir de 2007 esse curso passou a ser de responsabilidade do Governo Municipal.

A Resolução 659/08 de 05/03/2008 cessou definitivamente as atividades do ensino semipresencial para o ensino presencial sendo a data base do encerramento das atividades (semipresenciais) em 30/04/2006.

Através de Ofício Circular nº 007/008 – DEDI, fomos comunicados que o Parecer nº 90/08 de 05/03/2008, do Conselho Estadual de Educação, prorrogou por 01(um) ano o prazo de renovação do Reconhecimento do Ensino Fundamental e Médio – EJA Presencial. Então em 05/03/2009 encaminhou-se ao Senhor Secretário de Estado da Educação nova Proposta Pedagógica para Renovação e Reconhecimento. A

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

Resolução 2170/10 de 20/05/2010 Renovou e Reconheceu do Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, presencial, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos por um prazo de 04 anos a partir do início do ano letivo de 2009 (2009-2012).

Em 22/03/2010 o estabelecimento retorna para o prédio situado à Rua Prefeito Rafael Gil nº 596. Essa nova mudança se fez necessário visto que, se considerou inadequado o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos em conjunto com o atendimento às crianças.

Em 20/07/2010 encaminhou-se a Secretaria de Estado da Educação a Excelentíssima Senhora Yvelise Arco Verde requerimento solicitando a expedição da Resolução de Autorização de Mudança de Domicílio da referida escola para o endereço atual.

A Resolução nº 3694/2010 de 27/08/2010 autorizou a solicitação de Mudança de Endereço.

Em 20/07/2012 foi encaminhado requerimento ao então Secretário de Estado da Educação Sr. Flávio Arns solicitando a Renovação de Reconhecimento do curso de Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, assim como o credenciamento da Instituição.

A Resolução nº 5085/13 DOE 11/11/13 assinada pela Superintendente da Educação Eliane Terezinha Vieira Rocha, concede a renovação do reconhecimento pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2013 a 31/12/2017. E a Resolução nº 6583/12 DOE 20/11/2012 credencia a instituição para oferta da educação básica até 20/11/2017.

Desta forma e de acordo com as reformulações das Leis este estabelecimento de ensino foi se adaptando e reformulando sua forma de atendimento, acompanhando o crescimento natural de suas ações.

Seu funcionamento é dividido de acordo com o porte do estabelecimento que, por sua vez, é estabelecido pelo número de alunos matriculados. O total de alunos matriculados atualmente corresponde ao porte dois, ou seja, dois períodos.

A escola oferta:

Ensino Fundamental – Fase II

Ensino Médio

Ações Pedagógicas Descentralizadas

Exames Supletivos

Atendimento Educacional Especializado

1.3 Caracterização do atendimento na instituição e quantidade de estudantes

A Proposta Pedagógica do curso de Educação de Jovens e Adultos, ofertado nos Estabelecimentos Estaduais de Ensino considera o educando um sujeito sócio histórico cultural com diferentes experiências de vida, que se afastou da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes com ingresso prematuro no mundo do trabalho, evasão ou repetência escolar.

Tal educando traz modelos internalizados durante suas vivências escolares ou por outras experiências de vida. Nesses modelos, predomina o de uma escola tradicional, onde o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor desse conhecimento. Busca-se, portanto, o rompimento desse modelo, propiciando ao educando, a autonomia intelectual, ou seja, educandos ativos no processo educacional.

É importante ressaltar que a proposta da EJA no Paraná não contempla a cultura do aligeiramento da escolarização nem a pedagogia da reprovação, mas sim a pedagogia da aprendizagem, com oferta de qualidade de ensino.

Sendo assim, a organização da oferta nesta modalidade de ensino, indicada na Proposta Pedagógico Curricular, contempla o total da carga horária estabelecida na legislação vigente – 1600 horas para o Ensino Fundamental – Fase II e 1200 horas para o Ensino Médio - (Deliberação n.º 05/10-CEE), cerca de metade da carga horária total estabelecida para o ensino regular, nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, contemplando ações pedagógicas específicas à modalidade, que levem em consideração o perfil do educando, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho.

Os conteúdos curriculares da Educação Básica são desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a Matriz Curricular, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem, mediante ações didático-pedagógicas, organizadas de forma Coletiva e Individual.

Nesse sentido, a escolarização, em todas as disciplinas, será organizada de acordo com o cronograma de atendimento aprovado, considerando sempre o número mínimo de alunos e a oferta de vagas.

1.3.1 Organização Coletiva

Será programada pela escola e oferecida aos alunos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao aluno a integralização do currículo. A mediação pedagógica ocorrerá priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor-aluno e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada aluno.

A organização coletiva destina-se, preferencialmente, aqueles que têm possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido, considerando que: organizar coletivamente a oferta da disciplina não significa adotar o mesmo encaminhamento metodológico a todos os educandos.

1.3.2 Organização Individual

A organização individual destina-se aqueles alunos trabalhadores que não têm possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que forem matriculados mediante classificação ou que forem reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para sua inserção.

1.3.3 Frequência

A carga horária prevista para as organizações individual e coletiva é de 100% (cem por cento) presencial no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio. A frequência mínima, para a conclusão da disciplina, na organização coletiva é de 75% (setenta e cinco por cento) e na organização individual é de 100% (cem por cento) em sala de aula.

1.3.4 Níveis de Ensino

Ensino Fundamental – Fase II

Ao se ofertar estudos referentes ao Ensino Fundamental – Fase II, este estabelecimento escolar terá como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, que consideram os conteúdos como meios para que os alunos possam produzir bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem para intervir na realidade social.

Visa, ainda, o encaminhamento para a conclusão do Ensino Fundamental e possibilita a continuidade dos estudos para o Ensino Médio.

Ensino Médio

O Ensino Médio no Estabelecimento Escolar terá como referência em sua oferta, os princípios, fundamentos e procedimentos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parecer 15/98 e Resolução n.º 02 de 07 de abril de 1998/CNE e nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos.

Ação Pedagógica Descentralizada – APED

Este Estabelecimento Escolar desenvolverá ações pedagógicas descentralizadas, efetivadas em situações de evidente necessidade, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos, respeitadas a proposta pedagógica e o regimento escolar, desde que autorizado pela SEED/PR e CEE, segundo critérios estabelecidos pela mesma Secretaria em instrução própria.

Exames Supletivos

Este Estabelecimento Escolar ofertará Exames Supletivos, atendendo ao disposto na Lei n.º 9394/96, desde que autorizado e credenciado pela Secretaria de Estado da Educação, por meio de Edital próprio emitido pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

Atendimento Educacional Especializado – SRMF

Este estabelecimento de ensino promove o atendimento educacional especializado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

O atendimento educacional especializado será ofertado por cronograma, com a finalidade de atender os estudantes que apresentam deficiência intelectual, transtorno funcional específico (distúrbios de leitura, escrita e matemática).

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

1.4 Estrutura Física, Materiais e Espaços Pedagógicos

1. Número de ambientes Pedagógicos	Área destinada a ambientes Pedagógicos (m²)
Sala de aula: 10	300,97
Equipe Pedagógica: 01	29,86
Coordenação: 01	12,21
Biblioteca: 01	10,25
Laboratório de Informática: 01	30,40

2. Número de ambientes administrativos	Área destinada a ambientes administrativos (m²)
Secretaria: 02	38,00
Diretoria: 01	11,88
Almoxarifado: 01	6,00
Outros	39,41

3. Banheiros	Feminino	Masculino
Banheiro interno (professores/funcionários)	1	1
Banheiros externos para alunos adaptados com acessibilidade	1	1

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjcolorado@seed.pr.gov.br

4. Materiais	Quantidade	Condições de uso
Caixa de som	02	Bom/Ruim
Computadores:		
Laboratório de Informática	16	Bom
Sala dos Professores	04	Ruim
Equipe Pedagógica	03	Regular
Biblioteca	02	Bom
Secretaria	04	Regular
Diretoria	01	Bom
Coordenação de APED	02	Regular
Livros Didáticos e paradidáticos, revistas, DVDs e CDs pedagógicos, diversos temas.	Aproximadamente 3.500	Bom
Equipamentos para experiências e demonstração científica a nível escolar: Microscópio, balanças digital, réguas, agitador, magnético, medidor PH digital, digitador magnético com aquecimento, entre outros	Adequada a necessidade	Bom
Equipamentos para SRMF e atendimento à dificuldade visual: lupa eletrônica, teclado adaptado, plano inclinado, equipamentos táteis, entre outros.	Adequada a necessidade	Bom

1.4.1 Recursos Tecnológicos

Na sociedade do conhecimento e da tecnologia torna-se necessário repensar o papel da escola, mais especificamente as questões relacionadas ao ensino e a aprendizagem. O ensino organizado de forma fragmentada, que privilegia a memorização de definições e fatos, bem como as soluções padronizadas, não atende às exigências deste novo paradigma, e nem atende as necessidades de aluno de EJA.

O momento requer uma nova forma de pensar e agir para lidar com a rapidez e a abrangência de informações e com dinamismo do conhecimento.

Evidencia-se uma nova organização de tempo e espaço e uma grande diversidade de situações que exigem um posicionamento crítico e reflexivo do indivíduo para fazer suas escolhas e definir suas prioridades. Além disso, há o elemento inusitado com o qual deparamos nas várias situações do cotidiano, demandando o desenvolvimento de estratégias criativas e de novas aprendizagens.

Nessa perspectiva, a melhor forma de ensinar é aquela que propicia aos alunos de EJA o desenvolvimento de competências para lidar com as características da sociedade atual, que enfatiza a autonomia do aluno para busca de novas compreensões, por meio da produção de ideias e de ações criativas e colaborativas.

O professor da EJA, independente da sua área de atuação deve conhecer as potencialidades e as limitações pedagógicas envolvidas nas diferentes tecnologias, seja o vídeo, a internet, o computador, entre outros.

Sob esse enfoque, para uma prática inovadora baseada no uso da tecnologia ofertamos ao nosso aluno aulas de vídeo, filmes, o uso da internet, com seus recursos pedagógicos, a pesquisa, a comunicação, a representação do conhecimento.

A escola conta com um Laboratório de Informática (PROINFO), disponibilizado a alunos e professores que amplia possibilidades de pesquisa usando a Internet para o preparo de aulas ou simplesmente de acesso ao conhecimento. Neste espaço, professores podem usar os recursos da rede, como o acesso ao Portal da Educação para dar aulas ou prepará-las. Os equipamentos físicos e pedagógicos utilizados neste

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

estabelecimento de ensino se encontram em boas condições de uso, sendo que, são realizadas as manutenções conforme haja necessidades.

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADES
Aparelho de televisão	12
DVD	2
Impressora	10
Aparelho de som	2
Projektor de Multimídia	2
Fax	1
Máquina Fotográfica/Filmadora	1
Computadores	34
Notebook	02

1.5 Recursos Humanos

A Equipe que atua na **área Pedagógica** no ano de 2016 no CEEBJA de Colorado, é composta por 6 funcionários:

Nome	Função	Formação	Vínculo
Denise Pitozi de Mattos	Diretora	Pedagogia	QPM
Edna Lúcia Germano de Oliveira	Profª Readaptada	Profª Readaptada	QPM
Eliane Aparecida Bernardo	Pedagoga	Pedagogia/ Ed.Física	QPM
Eliane Cristina Salata	Coordenadora Itinerante de APED	Química	QPM
Gislaine Cristina Valério	Pedagoga	Pedagogia	SC02
Sandra Cristina Balestero	Coord. Itinerante de APED	Geografia	QPM
Suzéu Fonseca Cavalhero	Pedagoga	Pedagogia	SC02

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobrado@seed.pr.gov.br

A Equipe que atua na **área Docente** no ano de 2016 no CEEBJA de Colorado é composta por 56 professores:

Nome	Função	Formação	Vínculo
Adailton José Bega	L. Portuguesa	Letras/Direito	REPR
Ana Gabriela Diniz	Biologia	Ciências Biológicas	REPR
Andreia Maria Carnelossi Padulla	Física	Química	SC02
Andressa Rodrigues dos Santos	Ed. Física	Educação Física	SC02
Aparecida Sidinéia Barboza	Biologia	Ciências Naturais/ Biológicas	REPR
Arlete de Moraes Sanches	Ciências	Biologia	SC02
Carmem Lucia de Oliveira da Silva	Intérprete de Libras	Pedagogia	REPR
Chirlei de Fatima Brito	L. Portuguesa	Letras	SC02
Claudia Ferreira Santos Rosseto	L. Portuguesa	Letras/ Pedagogia	REPR
David Teixeira de Sousa	Geografia	Geografia/ História	QPM
Deyse Natali Goncalez	Inglês	Letras	REPR
Eliane da Silva Jatobá	Sociologia	História/ Filosofia	SC02
Eliane Diniz Martins	Geografia	História	REPR
Eloise Maria Camero Gazineu Bordin	Química	Química	REPR
Francieli Colombari	Química	Química	REPR
Franciele Evangelista Materaggia	Inglês	Letras	REPR
Gabriel Rodrigo de Andrade	L. Portuguesa	Letras	REPR
Glauca Cuba da Costa	Artes	Artes Visuais	REPR
Helen Verling Barbosa Scabello	Ed. Física	Educação Física	REPR
Ingra Maria dos Santos Ribeiro	Matemática	Matemática	REPR
Ivanil Aparecida Salatta Calegari	Filosofia	História	SC02
Jackeline Souza Oliveira	Artes	Artes Visuais	REPR
Janetti Aparecida Dias	História	História	REPR

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjcolorado@seed.pr.gov.br

Kahlil Ali Barbar Mehanna	Ciências	Ciências Biológicas	REPR
Kayanne Lia Prado do Angelo	Física	Física	REPR
Laura Rissatti de Souza	Ed. Física	Ed. Física	REPR
Leny Prado Favaro Gondolfo	L. Portuguesa	Letras	SC02
Liara Bernucci Crippa	História	História	SC02
Luciana de Agostini	Ed. Física	Ed. Física/ Fisioterapia	REPR
Luciana Defendi	Matemática	Matemática	REPR
Luiz Carlos Checom	Ed. Física	Ed. Física	REPR
Mariana Denardi da Silva	História	História	REPR
Marcela Lopes Pinaffi	L. Portuguesa	L. Portuguesa	REPR
Marcela Pitarro da Silva	Artes	Letras	REPR
Marcia Helena Antonelo	Biologia	Ciências Naturais	SC02
Maria Aparecida Torres Fachin Niro	Química	Química	QPM
Maria Therezinha Gonçalves Calegari	História	História	QPM
Mariana Aparecida de Almeida	Ciências	Ciências Biológicas	REPR
Mercedes Vieira Gonçalves dos Santos	História	História	REPR
Mirian de Fatima de Penha	Inglês	Letras	REPR
Mirielly Regina Húngaro dos Santos	Geografia	Geografia	REPR
Nair Balestero	Arte	Artes Visuais	SC02
Polyanna de Aguiar Romanini Bombarde	Física	Matemática	REPR
Sergio da Silva Cambiriba	Matemática	Matemática	QPM
Silvana Sanches da Silveira	L. Portuguesa	L. Portuguesa	SC02
Silvia Cristina Verginacci	L. Portuguesa	Letras	REPR
Sonia Maria Piffer	Matemática	Matemática	QPM
Suelen Verginaci	Geografia	Geografia	REPR
Tania Regina Fernandes Monteiro Nagi	Matemática	Ciências Naturais/ Matemática	SC02
Tatiana Canonici Niro	Inglês	Letras	QPM

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobrado@seed.pr.gov.br

Thais Sercundes dos Santos Estecanela	Artes	Artes Visuais	REPR
Thiago Augusto dos Santos	História	História	SC02
Valdinéia Luciano Queiróz	Sociologia	História	SC02
Valdisnei Dias	Geografia	Geografia/ Ciências Contábeis/ Administração	SC02
Vanessa Aparecida Bossolani	Geografia	Geografia	REPR
Yoshimi Taho	Matemática	Ciências Naturais/ Matemática	REPR

A Equipe que atua como **Agente Educacional II**, no ano de 2016 no CEEBJA de Colorado, é composta por 4 funcionários:

Nome	Função	Formação	Vínculo
Dayane Farias da Silva	Técnico Administrativo	Tecnólogo Gestão de Recursos Humanos	READ
Edivânia Lino Moreira	Secretária	Pedagogia	QFEB
Solange Ap ^a Valério Fonseca	Técnico Administrativo	História	QPPE
Reginaldo Fontana Dalan	Técnico Administrativo	Bacharel em Administração	READ

A Equipe que atua como **Agente Educacional I**, no ano de 2016 no CEEBJA de Colorado, é composta por 4 funcionários:

Nome	Função	Formação	Vínculo
Elizabeth Pessoa dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Profuncionário	QFEB
Iracema Bachini Rossetti Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio	READ
Maria Arruda Rodrigues	Merendeira	Profuncionário	QFEB
Sirlei de Fátima Bossolani Deganuti	Merendeira	Profuncionário	QFEB

1.6 Instâncias Colegiadas

No Centro Educacional de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado estão regularmente constituídos o Conselho Escolar, a Associação de Alunos Pais, Mestres e Funcionários, o Grêmio Estudantil e o Conselho de Avaliação.

1.7 Perfil da comunidade escolar

“Ao repensarmos dados concretos da realidade, sendo vivido, o pensamento profético, que é também utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver”. (Paulo Freire, 1976)

Para que possamos estabelecer com clareza a parcela da população a ser atendida pela modalidade EJA, é fundamental refletir sobre o seu público, suas características e especificidades. Tal reflexão servirá de base para a elaboração de processos pedagógicos específicos para esse público. Segundo Marta Kohl, a Educação de Jovens e Adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas, sobretudo a uma questão de especificidade cultural. Isto é, apesar do corte por idade (jovens e adultos são, basicamente, “não crianças”), esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea.

O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa biopsicológica da vida.

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos e de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas

socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que, quando retornam à escola, o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem. (DCN/EJA)

II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (MARCO SITUACIONAL)

2.1 Gestão Escolar

Tem a função de organizar todos os elementos que, direta ou indiretamente, influenciam no trabalho pedagógico, ou seja, os aspectos ligados aos profissionais da educação e suas funções, aos espaços e aos recursos, garantindo a legalidade de todas as ações e primando pelo processo de ensino-aprendizagem de todos os estudantes. Pelas determinações legais, deve estar pautada pelo princípio democrático.

Compõem a gestão escolar também:

2.1.1 Instâncias Colegiadas

Estas são órgãos em que há representações diversas e as decisões são tomadas por esse coletivo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. O termo colegiado diz respeito à igual autoridade das pessoas que, reunidas, decidem. No órgão colegiado inexistente a decisão de somente um membro.

Conselho Escolar:

É o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante da gestão democrática na escola porque representa todos os segmentos da comunidade escolar. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e, nela, o processo de ensino. Assim, a função do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. É pedagógica, pois indica os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça. Nesse sentido, a primeira atividade do Conselho Escolar é a de se discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvida na escola, para torná-la de fato democrática, comprometida com a qualidade socialmente referenciada. O aluno da EJA como conselheiro, tem um papel fundamental, assim como todos os conselheiros, na elaboração do Projeto Político Pedagógico e no desenrolar das ações da escola.

Associação de Alunos, Pais, Mestres e Funcionários - AAPMF:

A Associação de Alunos, Pais, Mestres e Funcionários é um órgão cooperador da escola, que representa o corpo docente e discente da escola, tem como função entre outras, planejar, acompanhar, aplicar e gerenciar os recursos financeiros, bem como proporcionar condições aos Alunos de participar de todo processo escolar, também participa na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Grêmio Estudantil

É uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais e educacionais, desportivos e sociais. É o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino. Este órgão reger-se-á por seu estatuto.

Conselho de Avaliação

É um órgão de natureza consultiva em assuntos didáticos pedagógicos, com atuação dirigida a cada aluno do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar

o processo ensino-aprendizagem. Sua finalidade é analisar os dados resultantes do processo ensino-aprendizagem, constantes nesta proposta, propondo o aperfeiçoamento do mesmo, de tal forma que vise assegurar a apropriação dos conteúdos estabelecidos.

2.1.2 Diretor

Na perspectiva da gestão democrática o diretor deve administrar o Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos, junto com o Conselho Escolar, coordenando a execução de um plano de trabalho, construído coletivamente, no sentido de elevar os padrões de qualidade do estabelecimento escolar.

Em linha geral o Diretor trabalha com uma equipe constituída por coordenadores, equipe de apoio pedagógico, administrativo e professores. É responsável por gerenciar todas as atividades pedagógicas e administrativas realizadas no estabelecimento escolar.

O principal papel deste líder é agir como motivador. Responsável pela integração e articulação das diversas atividades internas e externas, para viabilização de uma política institucional em educação na forma presencial, assim como pela definição de operações e tomadas de decisões, para que os objetivos fundamentais do curso sejam alcançados.

Cumprindo assim ao Diretor ser o articulador dos diferentes segmentos escolares em torno da proposta pedagógica que se quer desenvolver. Quanto maior for essa articulação, melhor poderão ser desempenhadas suas próprias tarefas, seja no aspecto organizacional ou da comunidade em que a escola está inserida.

A escola se tornou um espaço com autonomia administrativa e pedagógica, que exige conseqüentemente, um profissional apto a gerir, com competência, os recursos financeiros que estão sendo descentralizados e gerenciar todos os aspectos pedagógicos, desde o currículo até as atividades de aperfeiçoamento dos professores.

Operando a partir dos dados da realidade e das condições concretas existentes nas escolas, espera-se que o Diretor incentive o trabalho em equipe, de modo a mobilizar a comunidade escolar em torno do compromisso com a qualidade do ensino público.

2.1.3 Equipe Pedagógica

O Professor Pedagogo deve ter clareza sobre a forma como os homens estabelecem as relações de trabalho e poder, como a sociedade está organizada e, a partir daí, que tipo de homem pretende-se formar. Esse entendimento das diversas concepções existentes sobre o homem possibilitará realizar uma leitura de currículo que venha de encontro à necessidade de formar cidadãos responsáveis e conscientes de seus deveres e, principalmente, conhecedores de seus direitos.

O trabalho coletivo com o envolvimento de toda equipe, torna-se fundamental para a construção de estratégias de ação que favoreça a atuação em grupo, de forma a diagnosticar a situação do estabelecimento, propondo encaminhamentos para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, otimizando as rotinas administrativas e, sobretudo, acompanhando e supervisionando este processo. Dessa forma, o Professor Pedagogo deve buscar a efetivação do currículo escolar, num processo dinâmico, contínuo, sistemático e integrado aos demais profissionais envolvidos. Também se faz necessário o envolvimento de toda a equipe pedagógica para planejar, implementar e avaliar um programa de Educação Continuada para os docentes, a partir das necessidades pedagógicas apresentadas.

O Professor Pedagogo deve assessorar o trabalho desenvolvido de forma dialética, pautado em subsídios teóricos de relevante importância, possibilitando aos professores segurança e modificações em suas práticas pedagógicas, oportunizando tanto o avanço docente quanto discente.

2.1.4 Professores

Na proposta de uma escola de qualidade, o professor tem papel primordial na gestão, para que tenha sucesso deve entender a escola como o espaço do confronto

construtivo e do diálogo entre o conhecimento sistematizado e os conhecimentos do senso comum.

Em relação ao ensino, o professor deve ter domínio do conteúdo e das propostas metodológicas adequadas aos objetivos propostos, às especificidades e à diversidade etária dos alunos, além de bom relacionamento com toda comunidade escolar. Em outras palavras, deve demonstrar competências essenciais ao bom desempenho da docência, considerando-se, em primeiro lugar, o empenho e comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos e também ser capaz de:

- Selecionar conteúdos significativos e flexíveis em função dos objetivos a serem alcançados e de acordo com a vivência dos alunos.
- Propor sempre formas novas para desenvolver o trabalho docente, seja em relação a conteúdos ou atividades;
- Estar sempre propenso às inovações pedagógicas para solucionar problemas acadêmicos dos alunos;
- Comunicar-se com facilidade;
- Respeitar a opinião, interesses, individualidade e diversidade dos alunos.

2.1.5 Coordenadores de Ações Pedagógicas Descentralizadas - APED

A gestão da EJA envolve o atendimento a pessoas que não tem acesso aos estudos que, por fatores diversos encontram-se distantes da sede da Instituição escolar. Os coordenadores das APEDs são profissionais que planejam e desenvolvem ações para atender esse público.

Compete-lhes resolver situações problemas, organizar documentações, elaborar materiais de divulgação, chamamento de matrículas em comunidades que necessitam escolarização e, em parceria com a equipe pedagógica, Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem nos locais onde estas estão instaladas. Devem conhecer amplamente suas funções e desempenhá-la com responsabilidade e seriedade.

2.1.6 Secretária

A secretária pela função que exerce em uma instituição de ensino deve ser um (a) profissional competente, que conheça a proposta pedagógica, regimento escolar e a legislação que rege o registro de documentação escolar do aluno.

Este (a) profissional deve ser dotado de habilidade para atendimento dos alunos, professores e público em geral e ser devidamente qualificado para o exercício de sua função que exige organização e seriedade.

2.1.7 Equipe de Funcionários que atuam nas áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares e Equipe de Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Prevenção do Meio Ambiente, Alimentação Escolar com o Educando.

Os agentes educacionais devem interagir com conhecimentos diversos, deve conhecer todo o andamento da secretaria em relação à documentação escolar e auxiliar em todas as funções que lhes forem atribuídas, conhecer as atuais necessidades da escola, estando sempre comprometido na solução dos problemas que se apresentam.

Estar consciente da organização da vida escolar e se perceber como parte das relações que se travam dentro do ambiente escolar. Cuidar do patrimônio, dos bens públicos, da alimentação que é servida aos alunos na merenda e conscientizar alunos nas boas maneiras para manter a higiene e a conservação da escola.

2.1.8 Equipamentos Físicos e Pedagógicos

Os equipamentos físicos e pedagógicos devem merecer uma atenção especial por parte da equipe diretiva, pedagógica e docente da instituição de ensino, na medida em que não apenas se observe o bom uso dos equipamentos disponíveis para subsidiar e enriquecer as experiências de aprendizagens, a fim de torná-las mais efetivas e dinâmicas, como também para colaborar com a formação de valores

relacionados aos bens públicos, e o uso correto e adequado dos mesmos, associados à sua conservação e manutenção.

2.1.9 Biblioteca Escolar

Biblioteca também é um instrumento de gestão, não deve ser pensada como um espaço onde apenas o aluno é frequentador, mas também professores e comunidade pode utilizá-la como ferramenta para ampliar seus saberes, ferramenta de apropriação dos diversos saberes que contemplam a formação integral do homem e fomento de ricos momentos pedagógicos.

Para entendermos melhor o conceito de Biblioteca Escolar é preciso entendê-la como um local privilegiado para a prática pedagógica. “É organizada para se integrar com a sala de aula no desenvolvimento do currículo escolar. Além de ter como objetivo despertar os alunos para o hábito da leitura, desenvolvendo o prazer de ler e dar suporte para a comunidade em suas necessidades de informação”.

Para que a Biblioteca Escolar exista, todos deverão cooperar, no sentido de garantir e conservar seu espaço e acervo. Com estes garantidos, imperiosa se faz à atuação do professor dinamizador, transformando a Biblioteca num espaço dinâmico de trabalho.

Os professores devem atuar em conjunto na implementação de ações que dinamizem a biblioteca. Serão atribuições do profissional dinamizador da Biblioteca:

- Agilizar, em cooperação com o corpo docente, atividades que estimulem a cultura com o incremento da videoteca, cinemateca, grupo de teatro, clube de leitores e outros;
- Constituir um espaço de contato com a leitura e a pesquisa para professores e alunos, além de local de acesso fácil à Comunidade;
- Viabilizar o empréstimo de livros para os alunos através da criação de sistema integrado.

2.1.10 Laboratórios

Com trabalhos sistematicamente realizados nos laboratórios, os alunos da EJA concretizam-se os objetivos de uma aprendizagem que envolve, de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos práticos, contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea e a aquisição de conhecimentos mais amplos e abstratos, que possibilitem uma cultura geral e uma ampliação da visão de mundo.

Atividades que utilizem os laboratórios, quando bem implementadas, assumem papel de suma importância, auxiliando o professor no encaminhamento metodológico de temas ou assuntos em estudos, propiciando a participação ativa dos alunos, potencializando as atividades experimentais e facilitando a compreensão de conceitos ou fenômenos.

Segundo o entendimento do Conselho Estadual de Educação, expresso no parecer nº. 095/99 “... indubitavelmente, um conceito novo para o espaço denominado laboratório acompanha uma educação científica nova, espaço que passará a incluir também o pátio da escola, a beira do mar, o bosque ou a praça pública...” explicitam a não obrigatoriedade do espaço específico e materiais pré-determinados, para a concretização de experimentos nos estabelecimentos de ensino, reforçando o princípio pedagógico da contextualização, que se quer implementar neste Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

O que se busca então é, uma gestão que oportunize o desenvolvimento de capacidades em lidar com equipamentos e procedimentos técnicos, de fazer análise, tirar conclusões, relacionar teoria e prática, elaborar relatórios, ou seja, das capacidades que sirvam para o exercício de intervenções e julgamentos práticos, com amplo significado para o exercício da cidadania e também para a vida profissional dos alunos.

2.2 Ensino Aprendizagem

É um processo contínuo que acontece por meio da mediação do professor, efetiva-se quando o sujeito apropria-se de conhecimentos que possibilitem a

compreensão do meio em que vive. O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação entre o sujeito, professor mediador e o conteúdo/objeto do conhecimento.

Fazem parte do processo ensino-aprendizagem a ser descrito neste item:

2.2.1 Plano de Trabalho Docente

Amparado legalmente pela Lei 9394/96, art. 13, inciso II, este documento deve ser elaborado pelo professor com a intenção de organizar o processo de ensino-aprendizagem. Deve estar em consonância com o PPP e com a legislação vigente para a Educação Nacional. É no PTD que se registra o planejamento, a execução e o resultado. Neste sentido, é a sistematização das decisões tomadas pelo professor. Nesta Instituição de Ensino o Plano de Trabalho Docente é elaborado por disciplina, seja na organização individual ou coletiva para cada porcentagem de aproveitamento e nota. O PTD segue a seguinte estrutura: Conteúdos estruturante e básico, objetivos específicos, encaminhamento metodológico e recursos didáticos, critérios e instrumentos de avaliação.

2.2.2 Avaliação

Avaliação é parte do processo ensino-aprendizagem realizada como forma de acompanhamento da aprendizagem e subsídio para a tomada de decisão em relação aos procedimentos que podem levar a avanços no processo de ensino. A avaliação tem por finalidade acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação deve ser diagnóstica, contínua sistemática, abrangente e permanente, utilizando técnicas e instrumentos diversificados. Possibilita a retomada de ações pedagógicas em favor de uma aprendizagem significativa.

2.2.3 Conselho de Avaliação

Também faz parte na medida em que tem a finalidade de acompanhar todo o processo educativo por meio de análises sobre os componentes da aprendizagem dos estudantes, considerando as relações entre ensino, aprendizagem e avaliação. É um

espaço colegiado, ou seja, espaço que reúne o grupo dos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem com poder de deliberação. Deve priorizar seu papel pedagógico e garantir os aspectos democráticos do processo da avaliação em todas as suas dimensões. O Conselho de Avaliação tem por finalidade analisar se houve apropriação dos conteúdos, seja na organização coletiva ou individual, e como está sendo o aproveitamento desses estudos para os educandos. Caso não haja o aproveitamento necessário dos conteúdos, os educandos passam por uma avaliação de análise para verificar se necessitam de adaptação curricular, sala de recursos multifuncionais, ou remanejamento de organização, respeitando o tempo necessário de acordo com o ritmo de aprendizagem para conclusão de cada disciplina.

2.2.4 Registros da Prática Pedagógica:

O registro das atividades que dizem respeito à aprendizagem é direito e dever dos docentes e dos discentes. No caso dos discentes, são tais registros que possibilitam comprovar a responsabilidade nas oportunidades de aprendizagem ofertadas aos estudantes, tanto em frequência, como em conteúdo, metodologia e recuperação de estudos, além da avaliação.

No caso dos docentes é obrigatório o Livro Registro de Classe - físico ou online, para a organização Coletiva; a Ficha individual, para a organização Individual, o Plano de Trabalho Docente, as Atas dos Conselhos de Avaliação, e outros registros que se façam necessários em virtude de orientações e determinações da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, MEC e órgão ligados à estrutura educacional pública.

Na mensuração e definição dos registros escolares referentes às notas, a avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná e demais documentos norteadores de sua implementação, tendo a recuperação de estudos concomitantemente ao processo ensino e aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos dela usufruírem, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

Os Planos de Trabalho Docente (PTD) devem ser elaborados no início de cada organização, de forma que seja flexível durante a sua execução. Os PTD's das disciplinas organizadas para o atendimento coletivo são arquivados juntamente com os livros Registro de Classe, e uma cópia no arquivo da Equipe Pedagógica; os PTD's das disciplinas organizadas para o atendimento individual também devem ter cópia sob a guarda da Equipe Pedagógica e outra na pasta de arquivamento das Fichas de Frequência Individual.

A Equipe Pedagógica é responsável pela elaboração de cronograma para atendimento aos professores nas Horas-atividades, realizando as mediações que se fizerem necessárias entre aluno/professor/família, ajustes dos PTD's e acompanhamento pedagógico do processo ensino-aprendizagem e do comportamento disciplinar dos alunos.

2.3 Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial

Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) destaca que o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço previsto no Projeto Político-Pedagógico da escola.

A EJA contempla o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Considerando a situação em que se encontram individualmente estes alunos, devem-se priorizar ações educacionais específicas e que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito destes no espaço escolar.

Uma vez que esta terminologia pode ser atribuída a diferentes grupos de alunos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, a legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes de:

- Deficiências intelectual, física/neuromotora, visual e auditiva;

- Transtorno Funcional Específico;
- Condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;
- Superdotação / Altas Habilidades

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos. (CARVALHO, 2001.)

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao aluno para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os alunos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências, mas, também, de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

Garante, dessa forma, que a inclusão educacional realiza, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso não significa o modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda resguardar suas singularidades.

2.4 Articulações entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação.

A organização do trabalho pedagógico passa pela integração entre os envolvidos na dinâmica escolar na perspectiva de que tudo na escola é educativo e em função de objetivos comuns. É essencial ter momentos e formas de diálogo a equipe escolar, em que canais de integração possam ser estabelecidos ou fortalecidos coletivamente e se reflitam na prática diária com um clima de trabalho propício à satisfação das expectativas de toda a comunidade escolar, permeado por democracia, solidariedade, respeito à diversidade, combate à discriminação, clareza quanto a direitos e deveres.

A Equipe diretiva e pedagógica se reúne semanalmente ou quando se faz necessário, para discutir assuntos referentes ao trabalho administrativo e pedagógico, assim como buscam alternativas para subsidiar o trabalho dos professores. Durante esses encontros são discutidas intervenções pedagógicas para solucionar problemas discentes. É discutida a forma como será trabalhado a Semana Pedagógica, Formação em Ação, Planejamento, Replanejamento, orientações para os estudos da Equipe Multidisciplinar, e outros assuntos relevantes.

2.5 Articulações da Instituição de Ensino com os Pais e/ou Responsáveis

É uma relação que requer a visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto dos pais ou responsáveis no processo de educação de qualidade. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (cap. IV, parágrafo único). Cabe à escola organizar momentos e formas para essa articulação, preferencialmente envolvendo também as instâncias colegiadas.

O primeiro contato com a família ocorre durante a entrevista para a matrícula no Ensino Fundamental. A partir deste primeiro contato, a equipe pedagógica sugere que os pais estejam envolvidos com a vida acadêmica de seus filhos e que estejam acompanhando o processo ensino e aprendizagem juntamente com os professores.

Quando os alunos começam faltar ou ausentar da instituição, os pais são informados pela equipe pedagógica e professores.

2.6 Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Como direito de todos os profissionais da escola, objetiva subsidiar teórica e metodologicamente a atuação nas várias funções, com oportunidades equitárias. A participação nas formações da Semana Pedagógica, nas oficinas da Formação em Ação, no PDE e na Equipe Multidisciplinar – que são formações oficiais e anuais da mantenedora – e em outras ofertas da SEED ou de outras instituições reconhecidas do meio acadêmico retrata o perfil de comprometimento com o estudo do grupo.

A Equipe Multidisciplinar é uma instância do trabalho escolar oficialmente legitimada pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, pela Resolução n.º 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n.º 010/10 SUED/SEED.

São espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, a Equipe Multidisciplinar tem como prerrogativa articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar. Portanto, a Equipe Multidisciplinar desta instituição é ativa, promove discussões para a efetivação do Plano de Ação, de forma que todos estejam engajados na disseminação dos conteúdos nas disciplinas da base nacional comum.

2.7 Acompanhamento e Realização da Hora-Atividade

Constituem-se no tempo reservado ao professor para estudos, planejamento, avaliações e participação em formação continuada, devendo ser cumprida na instituição de ensino onde o professor esteja suprido em horário normal das aulas a ele atribuídas. A hora atividade deve favorecer o trabalho coletivo dos professores, conforme preconiza a Instrução No 001/2015 – SUED/SEED.

A organização da hora-atividade é realizada durante a semana, no mesmo turno e horário das aulas, conforme cronograma organizado pelas disciplinas. A Equipe Pedagógica acompanha os professores quinzenalmente para troca de experiências educativas, encaminhamentos teóricos metodológicos, orientação quanto os registros

nos Livros Registro de Classe e Ficha Individual, e assuntos que se fizerem necessários.

2.8 Organização do Tempo e Espaço Pedagógico e Critérios de Organização das Turmas

A Proposta Pedagógica Curricular da Educação de Jovens e Adultos prevê matrícula por disciplina e o educando poderá, em função da oferta, efetivar sua matrícula em até 4 (quatro) disciplinas, na organização coletiva e/ou individual de acordo com seu perfil, sendo priorizadas as vagas para matrícula na organização COLETIVA.

A oferta da disciplina deve estar associada à demanda discente. Se não há mais vagas em uma determinada disciplina, cuja matrícula preferencial é para os educandos que necessitam cursar somente esta disciplina, os demais devem efetuar suas matrículas nas disciplinas que ainda há vagas.

Quando da inserção da matrícula no Sistema SEJA, esta fica vinculada ao turno escolhido pelo educando para frequentar as aulas. Sendo assim, o educando deverá frequentar as aulas no turno em que a sua matrícula está vinculada, não devendo exceder a 05 h/a diária, pois a concepção da EJA descritas nas Diretrizes Curriculares, tem como foco a aprendizagem do educando e não o aligeiramento para fins de certificação.

Para requerer a matrícula, o educando deve, por meio da equipe pedagógica, receber o Guia de Estudos e orientações quanto:

- À organização que atende melhor seu perfil, respeitando o cronograma de oferta de disciplinas da Instituição Escolar;
- À organização dos cursos;
- Ao funcionamento do estabelecimento de ensino, com relação aos horários, calendário, regimento escolar, a duração e a carga horária das disciplinas.

O educando deve receber do professor de cada disciplina, orientações quanto:

- A dinâmica de atendimento ao educando;
- A carga horária e a duração da disciplina;
- Os conteúdos e os encaminhamentos metodológicos;
- As sugestões bibliográficas para consulta;
- Como serão realizadas as avaliações;
- Outras informações necessárias.

A Deliberação 05/2010 do Conselho Estadual de Educação, que normatiza a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná, determina a idade para matrícula na EJA:

Art.7º Considera-se como idade para matrícula:

I – No Ensino Fundamental a idade mínima de 15 (quinze) anos completos;

II – No Ensino Médio a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.

As matrículas devem ser inseridas de imediato no Sistema SEJA. Porém, a SUED/DLE/CDE estabeleceu o prazo de até 07 (sete) dias, para a escola que não inseriu a matrícula dos educandos da sede, de imediato no SEJA, faça a inserção com data retroativa ao início da frequência na disciplina. Após esse prazo, a escola deverá solicitar, à SUED/DLE/CDE, via processo protocolado, a inserção da matrícula no Sistema SEJA com justificativa e documentos que comprovam a matrícula e frequência do educando.

Observação: a Instituição de Ensino poderá iniciar turma na organização coletiva, para cursar 25% ou 50% ou 75%. Esse coletivo reunirá educandos com o mesmo percentual de aproveitamento de estudos ou com o mesmo percentual obtido através de classificação.

2.8.1 Remanejamento de Matrícula entre as Formas de Organização de Atendimento ao Aluno

O educando matriculado em uma disciplina na Organização Individual, pode ser remanejado para a Organização Coletiva da mesma disciplina, deve-se observar:

- Para o remanejamento o educando deve ter cursado a carga horária equivalente a 25% ou 50% ou 75% e a turma da organização coletiva da disciplina em curso esteja no percentual de carga horária equivalente a cursada pelo educando na organização individual.
- O educando remanejado da organização individual para a organização coletiva deverá ter, no mínimo 75% de frequência do total da carga horária restante a ser cursada na disciplina na organização coletiva e obter o número de registros de notas conforme descrito no Regimento Escolar.

O educando matriculado em uma disciplina na Organização Coletiva, pode ser remanejado para a Organização Individual a qualquer momento, considerando que:

- Naquele momento, a escola tenha a oferta da disciplina na organização individual;
- Para a conclusão da disciplina, deverá ser computada a carga horária efetivamente cursada pelo educando na Organização Coletiva, mais a carga horária restante a ser cursada na Organização Individual, para completar os 100%;
- O educando remanejado da Organização Coletiva para a Organização Individual deverá cumprir a carga horária total da disciplina, conforme Matriz Curricular e obter o número de registros de notas, conforme descrito no Regimento Escolar.

2.8.2 Aproveitamento de Estudos

No ato da matrícula, o educando poderá requerer aproveitamento de estudos de disciplinas, mediante apresentação de documento comprobatório de:

- Conclusão com êxito de série/período/etapa/semestre a ser aproveitada;
- Disciplinas concluídas com êxito por meio de cursos organizados por disciplina ou por exames supletivos.

Para cada série e período/etapa/semestre equivalente à conclusão, com êxito, de uma série do ensino regular, será feito aproveitamento de 25% da carga horária total de cada disciplina, constante na Matriz Curricular da EJA, independentemente de ter ou não cursado determinada disciplina na série aproveitada.

Série concluída com disciplina em dependência (resultado AP-D – Aprovado com dependência - Progressão Parcial) não é aproveitada na EJA. Para os estudos realizados no Ensino Médio organizado por blocos de disciplinas, são necessários dois blocos completos (correspondente a 200 dias letivos e 800 horas) concluídos com êxito, para aproveitar 25% da carga horária total de cada disciplina da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Não será realizado o aproveitamento de disciplina cuja carga horária foi cumprida em apenas um bloco.

Os estudos realizados no curso EJA - Presencial organizado por etapa (2001 a 2006), ofertado na Rede Estadual de Ensino, considerando que a matrícula e o resultado eram por disciplina/módulo, poderá aproveitar na EJA, 100% da disciplina/módulo quando no Histórico Escolar constar na etapa final dessa disciplina, a nota e o Resultado AP. A disciplina não concluída e no Histórico Escolar consta como resultado, a Promoção Continuada (PC), esta deverá ser cursada integralmente, podendo o educando, desde que demonstre apropriação dos conteúdos, poderá ser indicado para participar do processo de reclassificação.

No Ensino Médio, o aproveitamento de estudos será no máximo, de 50% do total da carga horária da disciplina da EJA, constante na Matriz Curricular da EJA.

Para cada disciplina concluída com êxito por meio de cursos organizados por disciplina ou por exames supletivos, o aproveitamento será de 100% do total da carga horária da disciplina da EJA.

Mediante apresentação do Certificado de Proficiência, será feito aproveitamento de 100% do total da carga horária das disciplinas que compõem a Área de Conhecimento, na qual o interessado obteve a pontuação exigida no ENEM.

Disciplina de Língua Estrangeira Moderna, diferente de Inglês, concluída em curso organizado por disciplina, de forma obrigatória ou eliminada por meio de Exames, poderá ser aproveitada no curso da EJA, mediante apresentação do Histórico Escolar, para fins de conclusão da disciplina de Língua Estrangeira Moderna: Inglês, de oferta obrigatória na EJA.

Considerando o aproveitamento de estudos, o educando deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular.

Na inserção da matrícula na disciplina com aproveitamento de estudos no Sistema SEJA, deverá ser indicado o percentual da carga horária total da disciplina que será aproveitado: 25%, 50%, 75% ou 100%, quando for disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e, no Ensino Médio, enquadramento de 25% ou 50% da carga horária total de cada disciplina.

2.8.3 Classificação

De acordo com o previsto no Art. 22 da Deliberação 09/01, do Conselho Estadual de Educação/PR, a Classificação é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para avaliar e posicionar o educando, no nível de ensino compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

Considerando que a partir de 2009, na Proposta Pedagógica - Curricular da EJA, aprovada pelo CEE/PR e também no Regimento Escolar, está contemplado o aproveitamento de série/período/etapa/semestre, concluídos com êxito, para os educandos que apresentarem o documento que comprove os conhecimentos

adquiridos formalmente (Histórico Escolar), dessa forma, a aplicação da classificação deve ser considerada um procedimento de exceção e só deve ser indicada pelo professor pedagogo, ao pretendente à matrícula, que apresentar conhecimentos “escolares” adquiridos informalmente, possibilitando o seu posicionamento em um percentual de carga horária, mais adequado às suas experiências e conhecimentos adquiridos na disciplina em que deseja ser matriculado.

Como a classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, o professor pedagogo, antes da efetivação da matrícula, deve proceder à avaliação diagnóstica. Para essa avaliação, o professor da disciplina e o pedagogo devem elaborar o instrumento de avaliação, contemplando os conteúdos essenciais, exigidos para aprovação no nível de ensino da disciplina, com no mínimo 30 (trinta) questões discursivas e objetivas, bem como, o ineditismo desses instrumentos de avaliação.

Após análise dos resultados da avaliação, para fins de classificação, deve ser lavrado Ata, constando o registro do percentual de avanço obtido na carga horária da disciplina, datada e assinada pelo professor da disciplina, professor pedagogo, direção e secretário. Mediante essa Ata, a matrícula na disciplina será inserida no Sistema SEJA, com o percentual de avanço obtido na carga horária total da disciplina (enquadramento): 25%, 50%, 75% ou 100%, quando for disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e, no Ensino Médio, de 25%, 50% ou 75% da carga horária total de cada disciplina.

A Ata dos resultados da avaliação para fins de classificação e o instrumento de avaliação aplicado, devem ser arquivados na Pasta Individual do educando, mesmo que o educando tenha obtido 0% de avanço no total da carga horária da disciplina.

Do total da carga horária restante a ser cursada na disciplina na qual o educando foi matriculado mediante classificação, é obrigatória a frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) na organização coletiva e de 100% na organização individual e obter o nº de registros de nota, conforme descrito no Regimento Escolar.

Na classificação, com êxito em 100% do total da carga horária, em todas as disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II, o educando está apto a realizar matrícula inicial em até quatro disciplinas do Ensino Médio.

Após a inserção no Sistema SEJA da matrícula mediante classificação e cumprimento do mínimo da carga horária da disciplina, o educando que for transferido para outro estabelecimento que oferta EJA, dará continuidade, aproveitando o processo de classificação.

2.8.4 Reclassificação

Reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia os conteúdos apropriados (formalmente/informalmente) pelo educando matriculado e após ter frequentado, no mínimo, 25% do total da carga horária definida para cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II/Ensino Médio, possibilitando um avanço/posicionamento em um percentual de carga horária, a qual será necessária para apropriação dos conteúdos básicos, faltantes para a conclusão da disciplina.

O professor da disciplina, no decorrer dos 25% da carga horária inicial, conhecendo o educando e constatando as possibilidades de avanço na carga horária, deverá notificar o NRE para que este proceda à orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que fundamentam os procedimentos de Reclassificação.

O instrumento de avaliação deverá ser elaborado pelo professor da disciplina e o Professor Pedagogo, contemplando os conteúdos essenciais da disciplina que ainda faltam ser avaliados, com no mínimo 30 (trinta) questões discursivas e objetivas e, bem como, o ineditismo desse instrumento de avaliação.

O processo de reclassificação poderá posicionar o educando em mais 25%, 50% ou 75% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio em mais 25% ou 50% da carga horária total de cada disciplina.

A Ata assinada pela comissão responsável pelo processo e o instrumento de avaliação aplicado devem ser arquivados na Pasta Individual do educando e, no Sistema SEJA, através da rotina “matrícula>alteração de matrícula”, inserir os resultados da reclassificação e automaticamente o SEJA informará a carga horária e o nº de registros de nota faltantes para a conclusão da disciplina.

Lembramos que não é permitido concluir o Ensino Médio por meio de processo de classificação e reclassificação.

Informamos que a Instrução nº 02/09 – SEED/DAE/CDE, normatiza o registro na documentação escolar, dos procedimentos realizados de Classificação e Reclassificação e a Instrução nº 020/2008 – SUED/SEED estabelece os procedimentos para o processo de Reclassificação de educandos.

2.9 Relação entre Profissionais da Educação e Discentes

As relações humanas são importantes em qualquer setor, porém, na escola, essa relação é efetivadora da função da escola, pois, para a aprendizagem é essencial querer aprender (PARO, 2006). Neste sentido o ambiente de motivação e desafio é importante tanto para professores e funcionários, como para os estudantes.

O trabalho coletivo com envolvimento de toda equipe torna-se fundamental para a construção de estratégias de ações que favoreça a atuação em grupo. Os profissionais da educação vê a escola como um espaço de confronto e de diálogo para que se construam uma relação aberta priorizando o respeito à diversidade e às diferenças.

III FUNDAMENTOS TEÓRICOS (MARCO CONCEITUAL)

Tão importante quanto o diagnóstico da realidade situacional da escola é a clareza das concepções que embasam as ações já desenvolvidas e as projetadas como referência do futuro. É considerando as ideias apontadas no marco conceitual que as categorias de planejamento se materializam no marco operacional, especialmente nas questões curriculares.

A fundamentação é essencialmente uma oportunidade de reflexão sobre os conceitos que perpassam as ações, visto que, muitas vezes são concepções que se estabelecem no campo do senso comum, baseadas em vivências e podem resultar em repetição de equívocos. É preciso análise das produções humanas ao longo da história, com possibilidade de comparações, até se chegar à síntese de quais conceitos referendam um modo de pensar e agir que contribuam com a função da escola pública na atualidade. Assim, à elaboração desta parte do PPP, antecedem estudos e discussões coletivas que fortalecem a dimensão social da educação escolar pública e a gestão democrática.

Retomar com o grupo as tendências pedagógicas da educação brasileira, bem atentar para as discussões atuais, como a Base Nacional Curricular Comum, a ajudará a identificar a prática atual para definir a continuidade, adequação ou mudança dos rumos teóricos da escola, ou seja, compreender para tomar decisões.

O Conselho Nacional de Educação, no período de 2009 a 2012, legislou apontando diretrizes para a condução do trabalho nas escolas com a finalidade do desenvolvimento pleno do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa indicação aponta para a inteligência dos conceitos de “desenvolvimento pleno” e “cidadania”, principalmente, pois a qualificação para o trabalho será uma decorrência dos primeiros.

São conceitos que perpassam as categorias que a Instrução no 003/2015-SUED/SEED aponta: educação, homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso), mundo, sociedade, cidadania, formação humana integral, cultura, trabalho, escola, gestão escolar, currículo, cuidar e educar, alfabetização e letramento, conhecimento, tecnologia, ensino-aprendizagem, avaliação, tempo e espaço pedagógico, formação continuada, educação inclusiva e diversidade.

Das concepções decorrem princípios didático-pedagógicos que implicam na organização do trabalho docente: no planejamento, na condução didática e metodológica das aulas, na avaliação, no acolhimento do aluno que abandona a escola e retorna (ou sai por privação de liberdade), na relação com a diversidade dos sujeitos,

na responsabilidade de retomada de conteúdos e recuperação, no uso das tecnologias como meios educativos, na seriedade do Conselho de Classe como ato educativo e não burocrático, na inclusão como princípio educativo, entre outros.

A discussão busca nas ciências amparo filosófico, histórico, sociológico, antropológico, psicológico (pela vinculação com teorias de aprendizagens) e pedagógico, baseada em autores que auxiliem nesta compreensão.

O momento histórico presente no contexto educacional traz de encontro aos nossos questionamentos, a Filosofia da Educação que evidencia as múltiplas dimensões do homem enquanto ser humano inserido no convívio social. A escola busca salientar o papel do professor e do aluno na consolidação do conhecimento, dentro de uma concepção sócio interacionista que valoriza a escola como instrumento de apropriação do saber, socialização do conhecimento e na luta por uma sociedade igualitária. Para tanto o currículo escolar, bem como os programas e os planos de ensino serão considerados como ponto de partida de criação, apropriação, sistematização, produção e recriação do saber.

- **Concepção de Educação:** A educação é o meio que permite ao homem formar-se e construir-se num ser digno e consciente de suas ações. Através da educação ele constrói a sua cidadania e interage com o meio, com o outro, e, poderá ou não, transformar a sua vida e a sociedade. A educação, enquanto processo educativo tem um papel fundamental na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural.

- **Concepção de Homem:** O homem como sujeito de sua história segundo Santoro “é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais, transcende-as e organiza-as, superando suas condições de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva.” Compreende suas condições existenciais, transcende-as superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história

coletiva, visto que cada aluno é um ser único, formado por suas experiências de vida, onde necessitará destes como subsídios para viver bem com a sociedade.

- **Concepção de Infância:** A concepção de infância é gerada por características sociais, política, econômica e cultural específica. Considerada cidadão de direitos, a criança tem sua identidade própria, sendo a infância um período de desenvolvimento que não está submetido há tempos futuro a um preparo da criança para um dia vir a ser alguém, mas nos primeiros anos de vida, o contato com o mundo permite a criança construir conhecimentos práticos sobre seu entorno, relacionados à sua capacidade de perceber a existência de objetos, seres, formas, cores, sons, odores, de movimentar-se nos espaços e de manipular objetos. Experimenta expressa e comunica seus desejos e emoções atribuindo as primeiras significações para os elementos do mundo e realizar ações cada vez mais coordenadas e intencionais, em constante interação com outras pessoas com quem compartilha novos conhecimentos.

- **Concepção de Adolescência:** Na abordagem sócia histórica afirma que a adolescência não é um período natural do desenvolvimento, mas como um momento significado, interpretado e construído pelos homens. É um fato social onde as marcas que o adolescente carrega são interpretadas segundo a sociedade em que está inserido, por isso só podem ser compreendidas naquele contexto. A valorização ou desvalorização dos sinais típicos da puberdade, ainda que ocorram na ordem biológica são significados e resinificados de maneira distinta no tempo e no espaço.

- **Concepção de Juventude:** Para Castro e Abramovay (2002:25) “(...) definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça, etc.”. O que significa afirmar, em grande parte, que Juventude constitui-se como uma categoria socialmente construída, afirmando a noção e o entendimento do que seria esse momento da vida sobre influência dos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

Sendo assim, o entendimento da juventude e de quem seria jovem modifica-se espaço e temporalmente.

- **Concepção de Adulto:** O conceito de adulto, de acordo com Oliveira (1998) é aquele indivíduo que ocupa o status definido pela sociedade, por ser maduro o suficiente para a continuidade da espécie e autoadministração cognitiva, sendo capaz de responder pelos seus atos diante dela. Contudo frisa que não se pode divorciar tal conceito do contexto social, sob o risco de sua alienação, uma vez que é o acordo entre os indivíduos e a sociedade que estabelece o padrão de vida comunitária. Daí o conceito poder variar de sociedade para sociedade.

- **Concepção de Idoso:** O conceito de idoso é diferenciado para países em desenvolvimento e para países desenvolvidos. Nos primeiros, são consideradas idosas aquelas pessoas com 60 anos e mais; nos segundos são idosas as pessoas com 65 anos e mais. Essa definição foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução 39/125, durante a Primeira Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento da População, relacionando se com a expectativa de vida ao nascer e com a qualidade de vida que as nações propiciam aos seus cidadãos. Para Martins, o critério cronológico é um dos mais utilizados para estabelecer o ser idoso, até na delimitação da população de um determinado estudo, ou análise epidemiológica, ou com propósitos administrativos e legais voltados para desenho de políticas públicas e para o planejamento ou oferta de serviços. Os fenômenos do envelhecimento e da velhice e a determinação de quem seja idoso, muitas vezes, são considerados com referência às restritas modificações que ocorrem no corpo, na dimensão física. Mas é desejável que se perceba que, ao longo dos anos, são processadas mudanças também na forma de pensar, de sentir e de agir dos seres humanos que passam por esta etapa do processo de viver. Complemento, acrescentando que o ser humano idoso tem várias dimensões: biológica, psicológica, social, espiritual e outras, que necessitam ser consideradas para aproximação de um conceito que o abranja e que o perceba como ser complexo. Considerando a relação do todo com as partes e vice-versa, o ser idoso não

pode ser definido só pelo plano cronológico, pois outras condições, tais como físicas, funcionais, mentais e de saúde, podem influenciar diretamente na determinação de quem seja idoso.

- **Concepção do Mundo:** A concepção de mundo, ou visão de mundo, é constituída por conhecimentos e posicionamentos valorativos acerca da vida, da sociedade, da natureza, das pessoas (incluindo-se a autoimagem) e das relações entre todos esses aspectos. É um sistema de ideias sobre o mundo em seu todo, são os princípios básicos segundo os quais os homens abordam e explicam a realidade que os cerca e pelos quais se orientam em sua atividade prática. O conceito de mundo é fluído, dinâmico, mutável e varia de acordo com a mente teórica de quem observa e sofre sua influência.
- **Concepção de Sociedade e Cidadania:** O homem é um ser movido pelo instinto gregário, não existe como ser humano fora do convívio social. Para possibilitar uma convivência harmoniosa, resultado da associação permanente entre indivíduos diferentes, o homem estabelece normas e padrões de conduta, promulga leis que regulam a vida em sociedade. A convivência social permite ao homem compartilhar experiências e vivências passadas e presentes, bem como projetar realizações futuras. A sociabilidade é inerente ao ser humano e garante a perpetuação de sua história.
- **Concepção de Formação Humana Integral:** A proposta existente nos documentos oficiais da educação é formar um ser crítico e capaz de trilhar seu próprio caminho, possibilitando aquisição de conhecimentos e habilidades essenciais para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho. Para que isso aconteça é necessário que a escola seja coerente com os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais; e os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática.

De acordo com Freire (1980, p.20) “a educação deve preparar, ao mesmo tempo, para o juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho”. Ao falarmos da preparação do ser humano, estamos tratando de uma preparação capaz de formar um ser crítico e consciente do seu papel no mundo. Segundo Tonet (2007) é função da educação propiciar ao indivíduo conhecimentos, habilidades e valores necessários para a formação do gênero humano. É evidente que a formação integral, sem o questionamento das raízes da desigualdade social, não tem como atender as necessidades humanas. É preciso que haja uma prática direcionada para a realidade do educando, para que esse possa ter acesso e permanecer mais tempo na escola para que tenha um desenvolvimento adequado.

O mais importante na Formação Humana é a integralidade do ser e pensar de cada indivíduo no mundo. Essa formação prepara o ser humano para produzir as condições de reprodução da sua vida e das formas sociais da sua organização. Assim, ele poderá construir o seu modo de vida livremente, tendo autonomia para organizar os modos de existência e sendo responsável pelas suas ações, tornando-se um ser humano ético.

- **Concepção de Cultura:** A cultura institui o reino do universal e possibilita ao homem construir um mundo histórico de significações e valores. É um conceito que está sempre em desenvolvimento, pois com o passar do tempo ela é influenciada por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento do ser humano. É um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade. É herança social da humanidade ou ainda, de forma específica, uma determinada variante da herança social. Já em biologia a cultura é uma criação especial de organismos para fins determinados. A principal característica da cultura é o mecanismo adaptativo, que consiste na capacidade que os indivíduos têm de responder ao meio de acordo com mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura é também um mecanismo

cumulativo porque as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte aonde vai se transformando, perdendo e incorporando outros aspectos procurando assim melhorar a vivência das novas gerações.

- **Concepção de Trabalho:** O trabalho é uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção de bens e serviços necessários à vida. O homem em toda a sua existência está voltado para o trabalho, é pelo trabalho que o homem se dignifica como pessoa, se projeta perante a sociedade e garante sua subsistência e de sua família. O trabalho depende intimamente de vários fatores: cultura, sociedade, homem, mundo, conhecimento, tecnologia, educação, cidadania, ciência. É necessário que haja um comprometimento para a obtenção dos objetivos. No trabalho e em suas relações é preciso buscar o despertar do interesse no homem cidadão, do conhecimento para a construção diferenciada e atualizada, desenvolvendo a mentalidade de homem pensante e criativo, capaz de interferir na sociedade para buscar não apenas respostas, mas também soluções para os problemas. O ser humano é sujeito de complexidade, inserido num contexto de mundo, sua ação, é objeto de interferência em conceitos socialmente construídos e na natureza. É preciso que o conhecimento sirva para despertar novas conclusões, primando para a compreensão do viver e conviver, para interferir no real com vistas à transformação para que o homem não seja apenas um produto dentro de sua sociedade, mas que sua interferência esteja pautada na ciência e no conhecimento. Para que o homem conquiste a cidadania é preciso que a educação forneça subsídios para que ele desenvolva a compreensão de sua própria existência, compreenda que pelo trabalho é possível não apenas suprir suas necessidades de consumo, mas também que o trabalho está diretamente ligado à sua realização pessoal, que esteja motivado para buscar novas alternativas para atender as demandas, que seu trabalho seja humanizado, que traga satisfação a si e aos outros e que pelo trabalho ele conquiste sua independência intelectual e financeira.

- **Concepção de Escola:** A escola é a instituição do mundo moderno responsável pela transmissão do conhecimento sistematizado, do assim chamado conhecimento escolar. É a única instituição diretamente responsável pelo ensino de instrumentos indispensáveis à sobrevivência no mundo letrado das sociedades, principalmente para a classe trabalhadora para as quais o conhecimento sistematizado é o principal instrumento intelectual. A mídia ainda que venha desempenhando novo papel educativo na sociedade não consegue, absolutamente, substituir o papel que a escola desempenha o desenvolvimento da cognição necessária à construção da cidadania. A escola é um dos espaços em que o aluno desenvolve a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. A ação da escola será de mediação entre o aluno e os saberes, de forma que o mesmo assimile os conhecimentos acumulados e sistematizados pela humanidade. A sua função é a socialização do saber elaborado historicamente acumulado, como patrimônio universal, fazendo com que este seja criticamente apropriado pelo aluno, juntamente com o conhecimento informal do senso comum. A interação destes saberes representa certamente, um elemento decisivo para o processo de democratização da sociedade. Como já apontava o mestre Paulo Freire,

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco de destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é de assumir esse país democraticamente.”

- **Gestão Escolar:** O presente documento apresenta ações a ser desenvolvida pela Diretora do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado – Ensino Fundamental e Médio, durante o ano letivo de 2016. Essa não é a elaboração de um simples Plano de Trabalho, mas sim a organização de ações diretas que se fazem necessárias. É uma proposta simples e objetiva fundamentada e construída em experiências concretas. Um projeto de Gestão que propõe tarefas complexas e desafios, que tenta atender a

todas as necessidades, um desejo de participar ativamente, fazendo com que todo trabalho administrativo seja um apoio para o desenvolvimento pedagógico.

Uma visão ampla de todo processo educacional, consciente da necessidade de uma administração participativa e democrática, que atenda a uma expectativa, traçada por objetivos comuns.

O principal objetivo do plano de ação proposto visa total atenção aos alunos, promovendo a integração do sujeito na sociedade de forma participativa e consciente. A escola deverá ser mediadora entre o aluno e os saberes, valorizando o conhecimento espontâneo e dando condições para que o aluno construa um conhecimento científico.

A direção deverá dar suporte e orientação a todos que fazem parte do estabelecimento de ensino, receber os alunos de modo que estes se sintam bem num ambiente em que todos almejam o seu sucesso enquanto cidadão transformador da história.

Dessa forma, compreende-se que a gestão escolar é uma atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização.

A direção é um princípio e atributo da gestão, mediante a qual é canalizado o trabalho conjunto de pessoas, orientando-se e integrando-as no rumo dos objetivos. Basicamente, a direção põe em ação o processo de tomada de decisão na organização, e coordena os trabalhos, de modo que sejam executados da melhor maneira possível. Dentro deste contexto, a participação é o meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisão e no funcionamento da organização escolar (LIBÂNEO, 2004, p.102).

Baseado neste princípio se busca elaborar um plano de direção, em que todos tenham acesso ao processo de decisão, almejando avançar os objetivos aqui propostos.

- **Currículo e Conhecimento:** Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (Veiga, 2002)

A concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve. O conhecimento prévio sobre como funciona o financiamento da educação pública, tanto em nível federal quanto em estadual e municipal, pela comunidade educativa, contribui, significativamente, no momento em que se estabelecem as prioridades institucionais.

A natureza e a finalidade da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia, classe social e diversidade cultural que compõem as ações educativas, particularmente a organização e a gestão curricular, são os componentes que subsidiam as demais partes integrantes do projeto político-pedagógico. Nele, devem ser previstas as prioridades institucionais que a identificam.

Além de se observar tais critérios e compromisso, deve-se definir o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas pela unidade escolar, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a articulação orgânica daquelas etapas. Reconhecendo assim o currículo como coração que faz pulsar o trabalho pedagógico na sua multidimensionalidade e dinamicidade.

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantindo a qualidade das aprendizagens, é:

[...] constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

(BRASIL, 2010b, p. 28).

- **Educar e cuidar**

Quanto à concepção cuidar e educar para toda a etapa da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica destacam:

Art. 6º Na Educação Básica é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Art. 19 Cada etapa é delimitada por sua finalidade, seus princípios, objetivos e diretrizes educacionais, fundamentando-se na inseparabilidade dos conceitos referenciais: cuidar e educar, pois esta é uma concepção norteadora do projeto político-pedagógico elaborado e executado pela comunidade educacional.

Art.23 Parágrafo único. No Ensino Fundamental, acolher significa também cuidar e educar, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua

cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens.

Art. 56 A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010).

- **Ensino e Aprendizagem**

Interseção: conceito que designa os elementos comuns entre dois conjuntos, por analogia, Lúcio Packter, criador da filosofia clínica, denominou de interseção aquilo que compõe o campo comum entre estruturas de pensamento. Em outras palavras: corresponde àquilo que há de comum entre duas subjetividades. E afirma: “Não há processo de ensino-aprendizagem sem interseção”.

Dissemos isso, por entendermos que se não existir algo de comum entre a subjetividade do professor e a do aluno a questão do ensino ficará comprometida. De alguma forma é preciso que o aluno goste do professor. É necessário que existam pelo menos, alguns pontos em comum. Por isso, que o afeto é o “cimento do processo ensino-aprendizagem”.

Retomando aqui o que disse Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas. Das coisas que são enquanto são, e das coisas que não são, enquanto não são”.

A consequência imediata de cada um ser da medida de si mesmo é a noção de que cada um é absolutamente único. O que vale dizer que, para que o professor estabelecer o mínimo de interseção com seu aluno é necessário que conheça um pouco sobre como ele funciona (sua história, seus valores, etc). torna-se necessário, portanto, conhecer um pouco de sua subjetividade. Sabendo disso,

poderá ter o professor uma melhor interseção e, por conseguinte uma melhor qualidade em seu trabalho.

Ainda a respeito dessa questão, poderíamos dizer que, se o professor pretende transmitir uma mensagem aos alunos; se tem um projeto pedagógico para ser materializado, necessita que o outro – no caso o aluno – o escute. Se essa mensagem não for agradável, ele não ouvirá o professor.

A organização do processo ensino-aprendizagem deve dar ênfase às atividades que permitem a integração entre os diferentes saberes. Estas devem estar fundamentadas em valores éticos, favorecer o acesso às diversas manifestações culturais, articular as situações relacionadas na prática escolar com a prática social, além de privilegiar uma diversidade de ações (experiências, projetos, etc.) integradas entre as disciplinas escolares, a partir de um quadro conceitual (categorias, ideias, etc.) e um quadro instrumental (aula expositiva, pesquisa, etc.) a fim de tornar vivos e significativos os conteúdos selecionados.

Por outro lado, é na relação professor-aluno que se dá o processo de ensino, ou seja, ao professor cabe o domínio do conhecimento logicamente articulado e específico na sua área, convertendo o saber escolar em saber sistematizado, adequado de diferentes formas, que permitam ao aluno assimilar e internalizar de modo irreversível os conhecimentos necessários à qualidade dos conflitos presentes na sociedade.

- **Conhecimento, Avaliação e Tecnologia**

O conhecimento é a rota que nos leva a infinitas descobertas que contribuem efetivamente para o desenvolvimento das nossas potencialidades. O conhecimento produzido ao longo do processo de construção da humanidade resulta da ação intencional sobre a natureza para transformá-la e adequá-la às necessidades geradas nas relações sociais. Nesse processo os seres humanos constroem sua segunda natureza, simbólica e cultural, diferenciando-se das demais espécies à medida que tornam-se capazes de criar e recriar a própria

existência, desenvolver ideias e sistemas simbólicos complexos, como por exemplo a linguagem, elaborar o pensamento, a atividade reflexiva e a consciência de si mesmos enquanto seres racionais e sociais. Desse modo a sociedade humana produziu através do conhecimento vários saberes, desenvolveu formas diferenciadas de organização das relações de trabalho, inventou técnicas e meios para a produção de sua base econômica, bem como construiu uma profícua gama de elementos simbólicos para significar toda cultura produzida ao longo de sua trajetória.

3.1 Reflexões para Subsidiar o Marco Conceitual

3.1.1 Diversidade dos Sujeitos Escolares

É importante observar, refletir e elaborar ações de prevenção que tornem a escola um ambiente acolhedor dos diferentes sujeitos. Um lugar onde os conhecimentos afirmem as identidades negras, indígenas, ciganas, camponesas, lésbicas, gays, travestis e transexuais e combatam toda forma de preconceito e discriminação.

Esta instituição busca no decorrer do período letivo observar e acompanhar as questões que envolvem o preconceito. Desta forma preconiza subsídios para o enfrentamento dessas questões através de palestras, estratégias de convivência, conteúdos relativos aos temas, filmes, discussões, etc.

A Equipe Multidisciplinar é uma instância de trabalho escolar legitimada pelo Artigo 26A da LDB, Lei no 9394/96, pela Deliberação no 04/06 CEE/PR, pela Instrução no 017/06 SUED/SEED, pela Resolução no 3399/10 SUED/SEED e a Instrução no 010/10 SUED/SEED. A formação ocorrida por meio da EM propõe espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortalecem a implementação da Lei no 10.639/03 e da Lei no 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Quando a escola recebe estudantes “trans” (travestis e transexuais) considera que, além do uso do nome social essa/e estudante deve ter o tratamento adequado à sua identidade de gênero, portanto se identifica como mulher ou homem é dessa forma que deve ser tratado e respeitado em todos os espaços e atividades desta Instituição. Para ampliar o conhecimento e, portanto o respeito à identidade das pessoas transexuais é desenvolvido ações de formação envolvendo todas/os profissionais e estendendo-se as/aos estudantes.

3.1.2 Tecnologia e Educação

O mundo contemporâneo apresenta mudanças que afetam todos os setores da sociedade, inclusive a educação. Compreendemos que passamos de uma sociedade cuja base tecnológica era analógica para uma vida digital, como nos afirma Negroponte (1995).

A introdução de novas tecnologias na educação não implica necessariamente novas práticas pedagógicas, pois é possível com ela apenas vestir o velho com roupa nova, como seria o caso de livros eletrônicos, tutoriais multimídias e cursos a distância disponíveis pela internet, que não incorporam nada de novo no que refere à concepção do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, as novas tecnologias são usadas apenas como instrumento (Preto, 1996), o que tende a ser inócuo na educação se não repensou os demais elementos envolvidos nesse processo. Nesses termos, “sua utilização acaba por resultar quase sempre em aulas com vídeo iguais às escolas de hoje, ou a textos em microcomputadores, interativos e auto-instrutivos mais limitados que os livros existentes nas estantes escolares” (Kawamura, 1998).

3.1.3 Educação em Direitos Humanos

Educação e Direitos Humanos são questões indissociáveis e complementares, justificadas pelas legislações que indicam o fortalecimento de direitos que protegem e promovem os sujeitos de direitos e de responsabilidades. Neste sentido, as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos reforçam e reconhecem os princípios

fundantes da dignidade humana, postas anteriormente na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - no. 9394/96 e em outros textos legais que reconhecem o espaço escolar como local de promoção dos Direitos Humanos.

3.1.4 Educação Ambiental

A Educação ambiental é uma área do conhecimento que aborda questões socioambientais que devem ser tratadas de modo sistêmico, integrado na perspectiva de uma visão de mundo que favoreça o diálogo, e a compreensão da sustentabilidade do planeta, em âmbitos local e global. Neste sentido, objetivando o encontro de soluções que promovam uma sociedade justa, igualitária e sustentável e ambiental, construindo oportunidades de construir um projeto de sociedade que atue de forma mais consciente na solução dos desafios e problemas enfrentados pela sociedade atual os quais comprometem o futuro da humanidade. Assim sendo, a abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e transversal tem como finalidade superar a compartimentação e a fragmentação dos saberes disciplinares, de modo que as questões ambientais não sejam apenas abordagens pontuais, restritas às disciplinas cujos conteúdos já contemplem os estudos do meio ambiente, como, por exemplo, Ciências, Biologia, Geografia, Química e Física. As temáticas ambientais devem perpassar os Planos de Trabalho Docente das diferentes áreas e disciplinas do currículo. A Educação Ambiental deve ser encaminhada na escola no âmbito de ações: no espaço físico, na gestão e na organização curricular.

3.1.5 Violência e Uso de Álcool e Outras Drogas em Ambiente Escolar

A contemporaneidade traz à sociedade uma gama de questões sociais que se manifestam diretamente nas escolas. As violências - fenômeno social, histórico, cultural e político – apresentam-se de forma complexa e multifacetada, nominadas num tripé geral como a violência física, a psicológica e a sexual. Tais facetas se manifestam em âmbito escolar e interferem na prática pedagógica de docentes e discentes.

As substâncias psicoativas estão presentes na história da humanidade sob as mais variadas formas de uso e abuso e, no atual contexto social, o álcool e outras drogas, apresentam altos índices de uso e abuso. O ambiente escolar não está imune a esta questão, portanto, o papel da educação é de prevenção primária, com vistas à proteção integral de crianças e adolescentes.

Diante dos desafios contemporâneos postos ao sistema educacional, é imprescindível que a escola esteja preparada para tratar de temáticas que suscitem um fazer pedagógico, os quais contemplem os temas sociais contemporâneos de ordem ambiental, de enfrentamento às violências, de sexualidade e gênero, das questões étnico-raciais e de uso de álcool e outras drogas. Para tanto, as Diretrizes Curriculares do estado do Paraná orientam que os desafios educacionais “sejam abordados pelas disciplinas que lhes são afins, de forma contextualizada, articulados com os respectivos objetos de estudo dessas disciplinas e sob o rigor de seus referenciais teórico-conceituais” (PARANÁ, 2009, p. 28), a partir de uma prática pedagógica que leve em consideração a dimensão científica, filosófica e artística do conhecimento.

Deste modo, os desafios educacionais contemporâneos inserem-se no conteúdo das diferentes disciplinas do currículo, contempladas no Projeto Político Pedagógico e a abordagem desses assuntos far-se-á a partir dos conteúdos escolares e da apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente construídos e sistematizados, possibilitando a emancipação humana e a transformação social da realidade local.

3.1.6 Educação Especial

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal, que perpassa todas as etapas e demais modalidades da Educação Básica. Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiências (deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdocegueira e surdez), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cabendo às escolas a organização para o atendimento educacional especializado, garantindo as condições para uma

educação de qualidade para todos, considerando suas necessidades pedagógicas específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos. Os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe comum consiga explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva.

IV PLANEJAMENTO (MARCO OPERACIONAL)

O Planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em busca da solução de problemas no propósito de tomada de decisões. É intrínseco ao planejamento possibilitando a revisão, a correção e o redirecionamento das ações. Ele indica o caminho a seguir antecipando resultados, uma vez que articula os objetivos e elementos para atingi-los, como as estratégias, os recursos e os responsáveis. Assim, definem-se ações de curto, médio e longo prazo, nas perspectivas pedagógica, administrativa e político-social.

A organização e/ou reorganização do trabalho educativo deve ser considerada na perspectiva pedagógica e administrativa, apresentando-se em linhas de ações gerais, descrevendo e articulando os procedimentos das ações, que asseguram a racionalização do uso de recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros nos diferentes âmbitos, envolvendo os segmentos da comunidade escolar.

4.1 Calendário Escolar

O Calendário Escolar deverá constar dentro do marco operacional, pois é um planejamento de dias e atividades letivas e escolares. Devem ser consideradas as orientações específicas e a fundamentação legal.

A Lei no 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo no 24, inciso I, determina uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. A carga horária deverá ser cumprida por todas as instituições de ensino que ofertam a Educação Básica. Na Educação de Jovens e Adultos a carga horária é de 1610 horas distribuídas entre as disciplinas do Ensino Fundamental FASE II e 1200 horas

distribuídas entre as disciplinas do Ensino Médio - Deliberação 05/2010 CEE-PR.
(Anexo III)

4.2 Ações Didático-Pedagógicas

O planejamento de ações didático-pedagógicas requer objetivos e encaminhamentos, recursos, períodos, formas de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas, ponderando o tempo e o espaço escolar que o professor vai utilizar junto aos alunos, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos, considerando que essas ações precisam estar articuladas com a proposta pedagógica curricular.

Nesse sentido, o planejamento das ações didático-pedagógicas de projetos, programas, atividades curriculares complementares, atividades escolares em geral, atendimento educacional especializado, juntamente com a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) tornam-se a operacionalização do currículo escolar.

4.3 Ações Referentes à Flexibilização Curricular

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo Art. 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Para esse princípio se efetivar há que se prever ações para as exceções – são as flexibilizações curriculares que possibilitam o acesso à educação em casos específicos, como dos estudantes da educação especial, os estudantes atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar – SAREH, afastados pelo Decreto Lei no 1044/69 e pela Lei nº 6202/75, os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes do Programa de Aceleração de Estudos – PAE e outras situações.

Na organização coletiva as ações desenvolvidas, para os casos especiais, variam de acordo com a necessidade de cada educando, tendo em vista que, para

cada situação é organizado atividades para serem aplicadas pelos docentes, equipe pedagógica, como também enviadas domiciliar.

4.3.1 Flexibilização Curricular na Educação Especial

A LDBEN 9.394/96 prevê, no Capítulo V, as normativas para o atendimento dos estudantes na educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. Para que isso ocorra de maneira eficaz, faz-se necessária flexibilização de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender, adequadamente, as necessidades educacionais diversificadas desse público.

A flexibilização curricular é uma proposta que visa promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar.

A proposta de flexibilização curricular deve ser considerada como indicador do que os estudantes devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoios adequados, ou seja, diz respeito às modificações em forma de complementação ou suplementação dos conteúdos ou da estrutura curricular que está prevista para os estudantes da escola como um todo.

Como exemplo, destacam-se as seguintes possibilidades de flexibilização:

- **Organizativas:** englobam agrupamento de estudantes, organização didática da aula (conteúdos e objetivos de interesse do estudante ou diversificados), disposição do mobiliário, de materiais didáticos e tempos flexíveis.
- **Objetivos e Conteúdos:** definem prioridades de áreas e conteúdos de acordo com critérios de funcionalidade; ênfase nas capacidades do estudante, nas diversas formas de comunicação, habilidades básicas de atenção, participação, adaptabilidade dos estudantes; sequencia gradativa de conteúdos, do mais simples para o mais complexo; previsão de apoio complementar e

suplementar a aprendizagem; conteúdos básicos e essenciais em detrimento de conteúdos secundários e menos relevantes.

- **Avaliativas:** consistem na seleção de técnicas e instrumentos diversificados de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos estudantes.
- **Procedimentos Didáticos e Atividades de ensino-aprendizagem:** remetem à alteração e seleção de métodos, às atividades complementares prévias e alternativas, aos recursos de apoio, à alteração dos níveis de complexidade da tarefa, à seleção e adaptação de material, tempos flexíveis no que se refere à duração e ao período das atividades propostas.

Nesse sentido, a Educação Especial é concebida como modalidade de educação escolar complementar para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e suplementar para os que apresentam altas habilidades/superdotação para que tenha acesso, permanência com participação e avanço no percurso da escolaridade.

Nesta instituição são atendidos alunos na Sala de Recursos Multifuncional abrangendo alunos com deficiência intelectual, transtorno funcional específico (Transtorno de leitura, escrita e matemática) e Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade.

4.4 Proposta Pedagógica Curricular

Esta Proposta Pedagógica Curricular constitui-se em um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Expressa os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina/componente curricular/áreas do conhecimento, elencados na Matriz Curricular, assim como os conteúdos de ensino dispostos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino e demais leis vigentes para o Ensino Fundamental e Médio, da Educação de

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

Jovens e Adultos, do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEBJA de Colorado, conforme anexo.

A educação de Jovens e Adultos - EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente, agir com responsabilidade individual e coletiva, participar do trabalho e da vida coletiva, comportar-se de forma solidária, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais, enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológico e sócio históricos.

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural; o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como o respeito mútuo, solidariedade e justiça; os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com adolescentes, jovens, adultos e idosos: cultura, trabalho e tempo.

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais da EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora, promotora do acesso ao conhecimento, capaz de ampliar o universo cultural do educando e, sua função antropológica que considera e valoriza a produção humana ao longo da história.

A compreensão de que o Educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar a sua qualidade de vida ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana.

É inerente à organização pedagógica-curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

E ainda, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná, esta proposta considera que:

- A EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos os educando, bem como, que os mesmos possuem diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos formais;
- O tempo que o educando adolescente, jovem, adulto e idoso permanecerá no processo educativo tem valor próprio e significativo, assim sendo a escola busca superar um ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação qualitativa com o conhecimento;
- Os conteúdos específicos de cada disciplina, deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócia histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros;
- A Escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva, sendo assim, a escola é mediadora entre o educando e os saberes, de forma a que o mesmo assimile estes conhecimentos de transformação de sua realidade social;

- O Currículo da EJA não seja entendido, como na pedagogia tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e o hierarquiza nas matérias escolares, mas sim, como uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes, estejam articulados à realidade na qual o educando se encontra, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes área/disciplinas do conhecimento.

O atendimento à escolarização de adolescente, jovens e adultos e idosos não se refere exclusivamente às características etárias, mas à articulação desta modalidade com a diversidade sociocultural de seu público, composta dentre outros, por trabalhadores rurais, populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades educativas especiais, os quais demandam uma proposta pedagógica-curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desses grupos.

Para possibilitar o acesso ao conhecimento escolar o conhecimento disponível é estruturado, organizado e reconstruído como meio de promover a sua compreensão pelos estudantes. O trabalho escolar, portanto, é uma transposição didática do conhecimento formal em conhecimento escolar através dos fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina/componente curricular/área do conhecimento elencados na Matriz Curricular.

Cabe destacar que esta proposta aborda conhecimentos que tradicionalmente não compõem os livros didáticos ou as abordagens convencionais das disciplinas que, contudo, são conhecimentos historicamente acumulados e constituem direitos de aprendizagem das/os estudantes.

Conhecimentos sobre o corpo e as diversas expressões da sexualidade humana, conhecimentos sobre a própria cultura e etnia das/os educandas/os e sobre outras culturas e etnias. Nesse sentido elencamos conhecimentos da história e cultura africana e afro-brasileira estudados no currículo das disciplinas, conforme o disposto nas, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico raciais e do ensino de história e cultura afro brasileira africana e Diretrizes Nacionais de educação em Direitos Humanos.

Assim, a Proposta Pedagógica Curricular (PPC), parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) desta Instituição de Ensino, tem a função de fundamentar e organizar o conhecimento no currículo, expressa a intencionalidade das ações desenvolvidas, bem como o projeto social que se pretende, de acordo com as concepções teóricas adotadas no Projeto Político Pedagógico e considerar a concepção de adolescência para a seleção de conteúdos específicos. É constituída, pelos fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos para os conteúdos de cada disciplina, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino e Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná, consideradas as demais legislações vigentes.

São elementos da Proposta Pedagógica Curricular: fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina, bem como, a descrição dos conteúdos estruturantes, básicos e específicos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras para a Educação Básica da Rede Estadual de Educação, o Caderno de Expectativas de Aprendizagem e as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, tomando-se como referência o tempo definido na Matriz Curricular.

Salienta-se que os fundamentos metodológicos e avaliativos são expressos de forma mais ampla, uma vez que os encaminhamentos metodológicos e avaliação de cada conteúdo específico são expressos pelo professor no Plano de Trabalho Docente.

4.4.1 Disciplina de Arte

APRESENTAÇÃO

A Arte é acima de tudo, uma forma de conhecimento e uma das mais antigas manifestações do ser humano, vivendo e registrando a sua existência retratando todas as épocas da história, revelando os conhecimentos construídos pela humanidade nas mais diferentes linguagens: artes visuais, teatro, música e dança.

Conhecer o desenvolvimento da Arte no âmbito escolar nos permitirá aprofundar a compreensão sobre a posição atual do ensino de Arte no Paraná e em nosso país.

Durante o período colonial o trabalho de catequização dos indígenas se deu com os ensinamentos de artes e ofícios por meio da retórica, literatura, música, teatro, dança, pintura, escultura e artes manuais. Esse contexto foi muito importante na constituição da matriz cultural brasileira e manifesta-se na cultura popular paranaense.

Em 1808 com a vinda da Família Real de Portugal para o Brasil destaca-se a vinda de um grupo de artistas franceses que fundaram a Academia de Belas Artes na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos, cuja concepção de arte vinculava-se ao estilo neoclássico. Em termos metodológicos propunha exercícios de cópias e reprodução de obras consagradas, o que caracterizou o pensamento pedagógico tradicional de arte.

Em 1886, foi criada por Antônio Mariano de Lima, a Escola de Belas Artes e Indústria que desempenhou um papel importante no desenvolvimento das artes plásticas e da música. Em 1917, foi criada a Escola Profissional Feminina, que oferecia além do desenho e pintura cursos de corte e costura, arranjos de flores e bordados que faziam parte da formação da mulher. Em 1890 com a Proclamação da República, ocorreu a primeira reforma educacional do Brasil republicano marcada pelo conflito dos ideais positivistas (valorização do desenho geométrico como forma de desenvolver a mente para o trabalho científico) liberais (defendiam a necessidade de um ensino voltado para a preparação do trabalhador). Benjamin Constant, relator da reforma, direcionou o ensino para a valorização da ciência e da geometria e preparou o ideário positivista no Brasil. Essa reforma atendendo os interesses capitalistas, secundarizou o ensino de Arte, que passou apenas as artes manuais.

O ensino de Arte nas escolas e os cursos oferecidos sofrem influência por movimentos políticos e sociais, como por exemplo, em 1922 com a Semana de Arte Moderna, importante marco para a arte brasileira associada aos movimentos nacionalistas da época. O sentido antropofágico do movimento era de devorar a estética europeia e transformá-la em uma arte Brasileira, valorizando a expressão singular do artista.

Com toda esta transformação o ensino de Arte passou a ter enfoque na expressividade, espontaneidade e criatividade. Entretanto, somente com o trabalho do

músico Villa Lobos, o ensino de arte se generalizou, e uma mesma metodologia foi adotada na maioria das escolas brasileiras, tornando-se logo depois obrigatório o ensino de música nas escolas por meio da teoria e do cântico orfeônico, com o ensino de hinos e canto coral. Em 1970 o ensino de música foi reduzido ao estudo de leitura rítmica e execução de hinos e outras canções cívicas.

No estado do Paraná, estas mudanças se tornaram mais perceptíveis com a chegada dos imigrantes (final do século XIX) entre eles artistas, os quais passaram a estimular a Arte a se tornar disciplina escolar.

A partir da década de 1960, as produções e movimentos artísticos (Bienais, Bossa Nova, Teatros Oficina e Arena, Cinema Novo de Glauber Rocha) impregnados de um forte caráter ideológico, propunham uma nova realidade social. Com a assinatura do Ato Institucional-5, em 1968, esses movimentos foram reprimidos e vários artistas foram perseguidos e exilados.

Contraditoriamente, foi em 1971, período de intensa repressão política e cultural, que o ensino da Arte tornou-se obrigatório no Brasil, através da Lei Federal nº. 5692/71, cujo artigo 7º determinava a obrigatoriedade do ensino da arte (disciplina Educação Artística) nos currículos do Ensino Fundamental e do Médio, na época denominados de 1º e 2º graus. Porém, o ensino de Arte foi fundamentado para o desenvolvimento de habilidades e técnicas o que minimizou o conteúdo, o trabalho criativo e o sentido estético da arte. Na escola o ensino de Artes Plásticas foi direcionado para as artes manuais e técnicas e o ensino de música enfatizaram a execução de hinos pátrios e festas cívicas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, fruto do processo de redemocratização do Brasil, emergiram discussões acerca dos problemas educacionais e foram propostos novos fundamentos políticos para a educação, dentre eles destacam-se a pedagogia histórico crítica elaborada por Saviani da PUC de São Paulo e a Teoria da Libertação, com experiências de educação popular, fundamentados no pensamento de Paulo Freire. Essas teorias que propunham oferecer aos alunos acesso aos conhecimentos da cultura para uma prática social transformadora fundamentaram

o Currículo Básico para Ensino de 1º Grau e a Documentação de Reestruturação do Ensino de 2º Grau, publicados em 1990. Tais propostas curriculares pretendiam fazer da escola um instrumento para a transformação social e nelas o ensino de arte propôs a formação do aluno pela humanização dos sentidos, pelo saber estético e pelo trabalho artístico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados na segunda metade da década de 1990, tornaram-se os novos norteadores do ensino. No Ensino Médio, tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto os PCN do Ensino Fundamental e do Médio, tomaram o conceito de estética sob os fundamentos da estética da sensibilidade, da política da igualdade e da ética da identidade. Nos cursos de capacitação de professores da Rede Pública do Estado do Paraná em Faxinal do Céu, ocorridos entre 1997 a 2002, por exemplo, eram constantes as atividades artísticas desprovidas de conteúdo, sendo aplicadas, na maioria das vezes, como momentos terapêuticos, de descontração e de alienação, distantes da realidade escolar.

Em 2003, por conta dessa visão idealizada da arte, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, mobilizou professores e técnicos da educação para refletirem e construïrem juntos as novas diretrizes curriculares estaduais, que concebem o conhecimento da arte nas suas dimensões artística, filosófica e científica, articulando-se com políticas que valorizam o seu ensino na rede estadual do Paraná. A Instrução Secretarial nº. 015/2006 que estabeleceu o mínimo de duas aulas semanais resultou no aumento de aulas de arte e a retomada dos concursos públicos para professores, consolida o quadro próprio do magistério com profissionais habilitados na disciplina de atuação.

Nesse contexto de mudanças e avanços no ensino da Arte, ressaltamos a lei que estabeleceu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, que para o ensino de arte é uma possibilidade de romper com uma hegemonia da cultura europeia, ainda presente em muitas escolas.

Em 2008, foi sancionada a lei nº. 11.769 em 18 de agosto, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, reforçando a necessidade do ensino dos conteúdos desta área da disciplina de Arte.

Todos esses avanços foram para a valorização da Arte como campo de conhecimento, visto que o ser humano é um ser sócio cultural, de variados saberes e valores, cabendo à arte valorizar a bagagem cultural dos educandos e torná-los conscientes da construção artística da humanidade e do valor desse repertório de saberes que todos são agentes.

O ensino de Arte na Educação de Jovens e Adultos permite que os alunos ampliem sua visão de mundo, compreendam a diversidade de valores de uma sociedade, tornando-os sujeitos críticos da cultura em que estão inseridos.

A disciplina de arte tem forte característica interdisciplinar, pois seus conteúdos “conversam” com a história, a filosofia, a geografia, a matemática, a sociologia e a literatura, entre outros campos do saber, possibilitando o enriquecimento no processo ensino-aprendizagem.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Segundo as Diretrizes Curriculares, os conteúdos Estruturantes são conhecimentos de grande amplitude, conceitos que se constituem em fundamentos para a compreensão de cada uma das áreas de arte. Os conteúdos estruturantes são apresentados separadamente para um melhor entendimento dos mesmos, no entanto, metodologicamente devem ser trabalhados de forma articulada e indissociada, articulando as quatro áreas de arte, música, artes visuais, teatro e dança.

Os **conteúdos estruturantes** da disciplina são:

- Elementos Formais;
- Composição;
- Movimentos e Períodos.

Elementos Formais

Elementos formais são os recursos empregados numa obra. Esses elementos são usados para organizar todas as áreas artísticas e são diferentes em cada uma delas. O professor de Arte deve aprofundar o conhecimento dos elementos formais da sua área de habilitação e estabelecer articulação com as outras áreas por intermédio dos conteúdos estruturantes.

Composição

Composição é o processo de organização e desdobramento dos elementos formais que constituem uma produção artística. Ao participar de uma composição, cada elemento visual configura o espaço de modo diferente e, ao caracterizá-lo, os elementos também se caracterizam.

Movimentos e Períodos

Movimentos e períodos se caracterizam pelo contexto histórico relacionado ao conhecimento em Arte. Esse conteúdo revela aspectos sociais, culturais e econômicos presentes numa composição artística e explicita as relações internas ou externas de um movimento artístico em suas especificidades, gêneros, estilos e correntes artísticas.

Os conteúdos estruturantes, aqui separados para compreensão didática e por suas especificidades, são interdependentes e têm mútua determinação. O trabalho com esses conteúdos deve ser feito de modo simultâneo, pois os elementos formais, organizados por meio da técnica, do estilo e do conhecimento em arte, constituirão a composição que se materializa como obra de arte nos diferentes movimentos e períodos.

CONTEÚDOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Os conteúdos básicos para a disciplina de Arte estão organizados em quatro áreas (artes visuais, música, teatro e dança) inter-relacionando-se com os diversos campos do conhecimento. Os conteúdos estão organizados de forma que compõem uma unidade.

Para isso foram selecionados enfoques a serem aprofundados em cada etapa de ensino. Inicia-se o Ensino Fundamental com o estudo direcionado para a estrutura e organização da Arte em suas origens e em outros períodos históricos; prossegue-se com o aprofundamento dos conteúdos, também o conhecimento das formas artísticas populares e o cotidiano do aluno; podendo-se focar o significado da arte na sociedade contemporânea e em outras épocas, abordando-se, ainda, a mídia e os recursos tecnológicos na arte; na sequência, tendo-se em vista o caráter criativo da arte, a ênfase é na arte como ideologia e fator de transformação social.

No Ensino Médio a proposta é a retomada dos conteúdos do Ensino Fundamental e aprofundamento destes, além de outros conteúdos, considerando-se a experiência escolar e cultural dos alunos dessa etapa de ensino e os eixos norteadores da EJA: Cultura, Tempo e Trabalho. Segue abaixo, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, os conteúdos básicos e específicos da disciplina de Arte, listados por área.

ENSINO FUNDAMENTAL

Área de Artes Visuais

- Ponto, linha, forma, textura, cor, figurativo, abstrato, tridimensional, arte indígena, arte afro-brasileira, arte popular, arte brasileira, técnicas de pintura, pré-história, arte greco-romana, bidimensional, gênero: natureza morta, paisagem.

Área de Dança

- Movimento corporal, tempo, espaço, coreografia, fluxo, ritmo: lento, rápido e moderado, gênero: folclórico, popular e étnico.

Área de Música

- Parâmetros sonoros: altura, densidade, timbre e intensidade, ritmo, improvisação, gênero: folclórico, popular e étnico, música contemporânea e música africana.

Área de Teatro

Personagem, expressões vocais, leitura dramática, roteiro, improvisações.

ENSINO MÉDIO

No Ensino Médio é proposto o aprofundamento dos conteúdos do Ensino Fundamental.

Área de Artes Visuais

- Ponto, linha, forma, textura, cor, figurativo, abstrato, bidimensional, tridimensional, simetria, ritmo visual, estabilização, técnicas: pintura e desenho, gênero: paisagem, natureza morta, arte africana, arte brasileira, vanguardas europeias, indústria cultural.

Área de Dança

- Movimento corporal, tempo e espaço, movimento articulares, ritmo: lento, rápido e moderado, deslocamento e direções, coreografia gênero: folclórico, popular e étnico.

Área de Música

- Parâmetros sonoros: altura, densidade, duração, timbre e intensidade, ritmo, gênero: folclórico, popular e étnico, técnica instrumental, popular brasileira, indústria cultural e africana.

Área de Teatro

- Personagem: expressões corporais, gestuais e faciais, mímica, leitura dramática, gênero: drama e comédia.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para o bom desempenho do trabalho em sala de aula do ensino da arte abrangendo as quatro linguagens artísticas (áreas): artes visuais, dança, música e teatro, é necessário considerar também as especificidades e formação do educador, a fim de buscar formação para ser facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o educador realizará propostas de atividades que permitam aos educandos apropriarem-se do contexto cultural em que está inserido, experimentar e expressar-se por meio de produção nas diferentes linguagens da arte, bem como contextualizar, apreciar e analisar criticamente a arte nos diferentes contextos e épocas em que foi produzida. Esse processo didático deve conter momentos diferenciados, envolvendo atividades de leitura, interpretação, discussão, produção escrita e artística.

Para desenvolvimento desses três passos são fundamentais: apreciação, contextualização e produção artística. Porém, mais importante do que seguir um “roteiro”, é dar oportunidade para a participação dos alunos, valorizar de sua experiência, observar os seus talentos, abrir espaços para se expressarem e compreenderem a construção histórica do momento em que vivem.

A práxis deve contemplar o lúdico e o experimental, sem infantilizar, mas como oportunidade de aprendizagem e considerando a diversidade etária das turmas de Educação de Jovens e Adultos, estando o educador ainda, atento à oportunidade de oferecer possibilidades de expressão coletiva e individual com prática social.

Sendo assim, é fundamental que os alunos compreendam que a arte é feita para ser vista em todas as suas linguagens podendo se organizar exposições, visita a espaços culturais das múltiplas expressões da arte, apresentações de música, dança e teatro.

Os recursos didáticos, equipamentos e materiais utilizados para o ensino da Arte são diversos, abaixo alguns estão relacionados:

- Recursos didáticos: vídeos, slides, tela de projeção, CD, pen drive, textos impressos, livros, revistas, sites e objetos de arte, entre outros.
- Equipamentos: projetor multimídia, notebook, caixa de som, amplificador, TV Pen-drive, extensões, microfone, entre outros.
- Materiais diversos: papéis de diferentes texturas, cores e diagramações, tintas diversas, materiais recicláveis, emborrachados, fios de lã, barbantes, etc., telas, madeira, lápis de cor, giz de cera, cola branca, coloridas, com glitter, fitas adesivas variadas, tecidos finos e rústicos, pincéis, régua, tesouras diversas.

AVALIAÇÃO

A avaliação em arte é diagnóstica e processual, os encaminhamentos metodológicos e a profundidade de serem trabalhados os conteúdos dependem do conhecimento prévio dos alunos, visto que, os saberes apresentados pelos educandos da Educação de Jovens e Adultos - EJA tem especificidades à formação desta modalidade de ensino.

Os alunos da EJA trazem consigo experiências e apreciações múltiplas, que são significativas e são possuidores saberes diversos que devem ser considerados na construção e “produto final”, faz então, imprescindível o acompanhamento do conjunto de atividades que o aluno realiza no processo, envolvendo o refletir, o pesquisar, o fazer, o refazer, o apreciar e o criticar para a mensuração da aprendizagem. Assim, avaliar e variar os instrumentos avaliativos em arte é uma parte importante do processo de aprendizado, sendo indispensável, também, que os alunos observem e comentem seu próprio trabalho e os produzidos pelo grupo, destacando aspectos relevantes, tais como: temas, cores, técnicas, estética, criatividade, valores implícitos, etc., que foram utilizados se evidenciam com o exercício e aprimoramento de observação; valorizando todas as produções.

Alguns instrumentos avaliativos utilizados:

- Apresentação musical, teatral e coreográfica;

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjcolorado@seed.pr.gov.br

- Autoavaliação: processo e resultado final;
- Exposição de trabalhos visuais;
- Pesquisas bibliográficas e virtuais;
- Produção visual com pintura, colagem, releituras, entre outras;
- Produções artísticas individuais e em grupo;
- Provas teóricas e práticas;
- Questionários;
- Seminários.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Reflexões sobre arte**. São Paulo: Ática, 1991;

BRASIL. **Leis, decretos**, etc. Lei n.9394/96: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão**. São Paulo: M. Fontes, 1986.

HAUSER, A. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins fontes, 1995.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, J.J. **O que é música?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

OSTROWER, F. **Universo da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

PARANÁ/SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – ARTE**, Secretaria de Estado da Educação. 2008.

PARANÁ/SEED. **Diretrizes curriculares da Educação da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2005.

4.4.2 Disciplina de Biologia

APRESENTAÇÃO

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno vida, um conhecimento científico que resulta da investigação da natureza. Do ponto de vista científico a natureza pode ser entendida como o conjunto de elementos integradores e constituintes do Universo.

O conhecimento da Biologia foi construído ao longo da história do próprio homem no momento em que o mesmo se relaciona com a natureza, formando assim conceitos. Tais conceitos são apropriados pelos alunos de maneira mais significativa quando os relaciona com seu cotidiano.

A abordagem do conteúdo de Biologia deve compreender as dimensões científicas, histórica, social e ainda a dimensão da prática social do aluno. É necessário trabalhar os conteúdos com metodologias diversificadas que atendam as expectativas dos educandos incentivando-os a buscar o conhecimento.

O ensino e a aprendizagem devem se dar de forma clara, objetiva levando o aluno a investigar, observar e experimentar facilitando a comunicação e a interação com o meio, tendo assim uma relação entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Organizar os conhecimentos biológicos construídos ao longo da história da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino requer compreensão dos contextos em que a disciplina de Biologia é contemplada nos currículos escolares.

No Brasil, a primeira tentativa de organização do ensino correspondente ao atual Ensino Médio foi a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1838. Nessa organização havia poucas atividades dedicadas às ciências como a história natural, química, física e matemática, com predomínio da formação humanista.

Com a criação dos cursos superiores de ciências naturais, na década de 1930, os currículos escolares ampliaram a abordagem dos conhecimentos biológicos, considerando também os fatores sociais e econômicos. Em termos metodológicos,

entretanto, manteve-se a ênfase no conteúdo, num ensino por natureza descritivo, livresco, teórico e memorialístico.

Na década de 1960, conforme Krasilchik (2004), três fatores provocaram alterações no ensino de ciências no Brasil: o progresso da Biologia, a constatação internacional e nacional da importância do ensino das ciências como fator de desenvolvimento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024, que transferiu as decisões curriculares da administração federal para um sistema de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios.

Sob o impacto da revolução técnico-científica, na década de 1970, as questões ambientais decorrentes da industrialização desencadearam uma nova concepção sobre o ensino de ciências e passou-se a discutir as implicações sociais do desenvolvimento tecnológico e científico.

Ao final da década de 1980 e início da seguinte, no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação propôs o Programa de Reestruturação do Ensino de Segundo Grau sob o referencial da pedagogia histórico-crítica, na qual o conteúdo é visto como produção histórica e social. A abordagem desses conteúdos deve se dar na interação com a realidade concreta do aluno.

A incursão pela história e filosofia da ciência permite identificar a concepção presente nas relações sociais de cada momento histórico, bem como as interferências que tal concepção sofre e provoca no processo de construção de conceitos sobre o fenômeno Vida, reafirmado como objeto de estudo da Biologia.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Na trajetória histórica da Biologia, percebe-se que o objeto de estudo disciplinar sempre esteve pautado pelo fenômeno Vida, influenciado pelo pensamento historicamente construído correspondente à concepção de ciência de cada época e a maneira de conhecer a natureza.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, são apresentados quatro modelos interpretativos do fenômeno Vida, como base estrutural para o currículo de Biologia do Ensino Médio. Cada um deles deu origem a um **conteúdo estruturante** que permitiu conceituar Vida em distintos momentos da história e, desta forma, auxiliar para que as grandes problemáticas da contemporaneidade sejam entendidas como construção humana.

Os **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES** foram assim definidos:

Organizações dos seres vivos

Este conteúdo possibilita conhecer os modelos teóricos historicamente construídos que propõem a organização dos seres vivos, relacionando-os à existência de características comuns entre esses e sua origem única (ancestralidade comum). O trabalho pedagógico deve abordar a classificação dos seres vivos como uma tentativa de conhecer e compreender a diversidade biológica, de maneira a agrupar e categorizar as espécies extintas e existentes. O propósito deste conteúdo é partir do pensamento biológico descritivo para conhecer, compreender e analisar a diversidade biológica existente, sem no momento desconsiderar a influência dos demais conteúdos estruturantes, introduzindo-se o estudo das características e fatores que determinaram o aparecimento e / ou extinção de algumas espécies ao longo da história.

Neste conteúdo estruturante estão inseridos os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS**:

- Classificação dos seres vivos;
- Critérios taxonômicos e filogenéticos.
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.

A estes conteúdos básicos, desdobram-se os seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**:

- Características dos diferentes grupos de seres vivos;

- Características específicas dos microrganismos, dos organismos vegetais e animais, e dos vírus;
- Classificação dos seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);
- Classificação filogenética (morfologia, estrutural e molecular) dos seres vivos;
- Anatomia, morfologia e fisiologia. Sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso).

Mecanismos Biológicos

O estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos funcionam. Assim o trabalho pedagógico neste conteúdo deve abordar desde o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos, como por exemplo, a locomoção, a digestão e a respiração, até o estudo dos componentes celulares e suas respectivas funções.

Pretende-se neste conteúdo estruturante, partindo da visão mecanicista do pensamento biológico, baseada na visão macroscópica, descritiva e fragmentada da natureza; ampliar as discussões sobre a organização dos seres vivos, analisando o funcionamento dos sistemas orgânicos nos diferentes níveis de organização destes seres do celular ao sistêmico. Esta análise deve considerar a visão evolutiva, a ser introduzida pelo conteúdo estruturante Biodiversidade, bem como as influências dos demais conteúdos estruturantes.

Neste conteúdo estruturante incluem-se os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS**:

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico,

- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.

Estes conteúdos básicos desdobram-se nos seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:**

- Organelas citoplasmáticas;
- Mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- Mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- Diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia).

Biodiversidade

Este conteúdo possibilita o estudo, a análise e a indução para a busca de novos conhecimentos, na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.

Ao propor este conteúdo estruturante ampliam-se as explicações sobre como o sistema orgânico dos seres vivos funcionam. Da necessidade de compreender e distinguir o vivo do não vivo, enfatizando a classificação dos seres vivos, sua anatomia e sua fisiologia, chega-se à necessidade de compreender como as características e mecanismos biológicos estudados se origina.

Entende-se, então, que o trabalho pedagógico neste conteúdo estruturante, deve abordar a biodiversidade como um sistema complexo de conhecimentos biológicos, interagindo num processo integrado e dinâmico que envolve a variabilidade genética, a diversidade de seres vivos, as relações ecológicas estabelecidas entre eles e com a natureza, além dos processos evolutivos pelos quais os seres vivos têm sofrido transformações.

Portanto, neste conteúdo estruturante pretende-se discutir os processos pelos quais os seres vivos sofrem modificações, perpetuam uma variabilidade genética e

estabelecem relações ecológicas, garantindo a diversidade de seres vivos. Destaca-se assim, a construção do pensamento biológico evolutivo, considerando também o descritivo e o mecanicista, já apresentados.

Para este conteúdo estruturante encontramos os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS**:

- Teorias evolutivas,
- Transmissão das características hereditárias.
- Dinâmica dos ecossistemas e relação entre os seres vivos e a interdependência com o ambiente.

Desdobrando-se estes conteúdos básicos, trabalham-se os **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS** abaixo relacionados:

- Diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- Estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- Transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;
- Fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre eles;
- Diversidade biológica para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- Relações de interdependência entre os seres vivos e destes com o meio em que vivem.

Manipulações Genética

Este conteúdo estruturante trata das implicações dos conhecimentos da Biologia Molecular sobre a VIDA, na perspectiva dos avanços da Biologia, com possibilidade de

manipular o material genético dos seres vivos e permite questionar o conceito biológico da VIDA como fato natural, independente da ação do ser humano.

O trabalho pedagógico, neste conteúdo estruturante, deve abordar os avanços da biologia molecular; as biotecnologias aplicadas e os aspectos bioéticos de avanços biotecnológicos que envolvem a manipulação genética, permitindo compreender a interferência do homem na diversidade biológica.

A este conteúdo estruturante, envolvem-se os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS**:

- Organismos geneticamente modificados.
- Construindo a árvore genealógica da família.

A partir destes conteúdos básicos, encontramos os seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**:

- Técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- Evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas socioambientais;
- Biotecnologia às alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;
- Interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolvem a manipulação genética.

De acordo com as Diretrizes Curriculares, a disciplina de Biologia deve ser capaz de relacionar diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento; deve priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente

produzidos, e propiciar reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos em decorrência de questões emergentes.

Portanto, os conteúdos apresentados serão abordados de forma integrada, com ênfase nos aspectos essenciais do objeto de estudo da disciplina (VIDA), relacionados a conceitos oriundos das diversas ciências de referência da Biologia. Tais relações serão desenvolvidas ao longo do Ensino Médio, num aprofundamento conceitual e reflexivo, com vistas a dotar o aluno das significações dos conteúdos em sua formação neste nível de ensino.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Compreendendo que o conhecimento científico é um saber sistematizado, a metodologia para o ensino de Biologia tem como objetivo a reflexão, a análise e a compreensão de alguns conceitos importantes, sendo o momento em que professor interage com os alunos estabelecendo relações dos conteúdos de Biologia com a tecnologia, a vivência do educando, explorando os aspectos relacionados em questão.

Assim, com a construção/reconstrução do conhecimento científico, objetiva-se formar alunos que tenham um pensamento crítico sobre suas ações no ambiente em que vive.

Os conteúdos devem ser trabalhados a partir da realidade vivenciada pelo aluno e considerando os eixos norteadores das Diretrizes Curriculares para o ensino na EJA: Cultura – Tempo – Trabalho; com o objetivo de adquirirem o saber científico através de práticas pedagógicas diversificadas como: debates, leituras, análises e interpretações de textos e imagens, pesquisas bibliográficas, atividades práticas, resolução de exercícios, dentre outros, e a interação entre professor e aluno.

No que diz respeito, ao ensino de Biologia para adolescentes, jovens, adultos e idosos, deve ser contextualizado, isto é, abordar temas de forma que o aluno seja capaz de identificar a situação ou o contexto no qual o tema está inserido, estabelecendo uma relação entre o que aprendem na escola e sua vida, seu cotidiano,

sua saúde, sua relação com a sociedade, com as relações que estabelece com o meio ambiente e sua interação com as tecnologias.

O ensino de Biologia deve possibilitar ao aluno a apropriação do conhecimento científico, seus conceitos e procedimentos, contribuindo para que o mesmo possa compreender o mundo e suas transformações, a fim de se reconhecer como parte do universo e como indivíduo, ressaltando que a função final não é formar cientistas, mas garantir a todos que se tornem cidadãos, para tanto.

Sendo assim, ao final do Ensino Médio espera-se que, o aluno tenha adquirido um conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes que operem como instrumentos para a interpretação do mundo científico e tecnológico em que vive, capacitando-o nas escolhas que fará como indivíduo e como cidadão.

Desta forma, a formação básica na EJA, deve primar pela qualidade e considerar como ponto de partida a valorização e respeito às experiências e aos conhecimentos do aluno e sua história, pois em geral são oriundos das classes assalariadas urbanas ou rurais de diversas regiões, com diferentes origens étnicas e culturais e; mas possibilitar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade que, na escola, é vinculado pelos conteúdos das disciplinas.

Nesta perspectiva, os conteúdos serão trabalhos de forma contextualizada de maneira que se inter-relacionem-se visando favorecer a compreensão da diversidade biológica e cultural da população brasileira, assim como, construir conhecimentos científicos e valores sociais voltados na conservação do meio ambiente, na qualidade de vida da população e no processo de sustentabilidade.

Para o trabalho pedagógico o professor se valerá de variados encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos para efetivação do processo de ensino-aprendizagem proposto. Alguns deste instrumentos e recursos que poderão oportunizar a apropriação dos saberes da Biologia estão citados a seguir:

- Encaminhamentos metodológicos: Aula expositiva, pesquisa bibliográfica e na internet, trabalhos, questionários, produção textual.

- Recursos didáticos: Microscópio, lâminas, Mapas, Vídeos, slides, CD, Pen drive, Textos impressos, livros, revistas, sites.
- Equipamentos: Projetor multimídia, notebook, caixa de som, TV Pendrive, extensões, microfone, entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve se fazer presente tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem, como também instrumento de investigação e reflexão da prática pedagógica.

Esse processo deve ser contínuo, paralelo e acumulativo de modo que em cada aula ocorra uma reflexão da aprendizagem e a mediação por parte do educador no sentido de ampliar, nortear e complementar a aprendizagem do aluno, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem do aluno. Sua verificação também permite ao professor uma reflexão sobre sua ação na prática pedagógica.

O aluno deve compreender o real significado do conteúdo científico e escolar, bem como o objeto do estudo de Biologia, proporcionando-lhe uma aprendizagem significativa.

Também deve valorizar os conhecimentos adquiridos e construídos pelo aluno no seu cotidiano. Sendo fundamental retomar a compreensão equivocada ou insuficiente do educando, por meio de diversos instrumentos de ensino e de avaliação.

Deste modo, a avaliação tem por objetivo proporcionar subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no processo ao conhecimento.

A avaliação deve contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se torne mais próxima da comunidade, da

sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Se propõe assumir fundamentos teórico-metodológico que garantam uma abordagem crítica para o ensino da Biologia, com um trabalho pedagógico em que se perceba o processo cognitivo contínuo, inacabado, sempre em construção.

Nesta perspectiva, se propõem a utilização de instrumentos avaliativos que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e ofereçam oportunidade de reflexão e expressão dos saberes incorporado ao conhecimento dos alunos. Abaixo alguns instrumentos avaliativos utilizados no processo de avaliação da aprendizagem:

- Produção e análise textual;
- Relatórios de Experiências, observações, etc.;
- Pesquisas;
- Provas objetivas e discursivas;

REFERÊNCIAS

FONSECA, A. **Biologia** vol. Único.

LAURENCE, J.; MENDONÇA, V. **Biologia: ecologia, origem da vida e biologia celular, embriologia e histologia: volume 1: Ensino Médio**. 1ª ed. - São Paulo: Nova Geração, 2010.

LAURENCE, J.; MENDONÇA, V. **Biologia: o ser humano, genética, evolução: volume 3: Ensino Médio**. 1ª ed. - São Paulo: Nova Geração, 2010.

LAURENCE, J.; MENDONÇA, V. **Biologia: os seres vivos: volume 2: Ensino Médio**. 1ª ed. - São Paulo: Nova Geração, 2010.

LINHARES, S. e GEWANDSZNAJDER, F. **Biologia Hoje**. Volume único. MEC.

Coleção Caderno EJA PARANÁ SEED DCE (Diretrizes Curriculares de Biologia para Educação Básica).

PARANÁ/SEED. **Livro didático público BIOLOGIA** Ensino Médio PAULINO, W. R. **Biologia atual** volumes 1,2,3.

4.4.3 Disciplina de Ciências Naturais

APRESENTAÇÃO

A disciplina de ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico, que resulta da investigação da natureza. Do ponto de vista científico, entende-se por natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o universo em toda sua complexidade. Ao ser humano cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na natureza, resultantes das relações entre os elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

A natureza legítima, então, objeto de estudo das ciências naturais e da disciplina de ciências.

Ciências e tecnologia são vivenciadas pelas pessoas de modo automático e imediato. Apesar de construírem um conhecimento especializado diferente e distante do senso comum – exercem poderosos impactos na vida cotidiana.

As relações entre os seres humanos com os demais seres vivos e com a natureza ocorrem pelas buscas favoráveis de sobrevivência. Contudo a interferência do ser humano sobre a natureza possibilita incorporar experiências técnicas, conhecimentos e valores produzidos na coletividade e transmitidos culturalmente.

Ao lidar com esse conhecimento as pessoas se deparam com ideias que não parecem reais, como genes, vírus, partículas, forças, campos e elétrons. Por isso, o ensino de ciências deve atender as necessidades cotidianas das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, alargar seus horizontes e sua imaginação. Tal conhecimento proporciona ao ser humano uma cultura científica com repercussões sociais, econômicas, éticas e políticas. É muito importante a retomada histórica e epistemológica das origens e evolução do pensamento da ciência.

Considera-se que a história da ciência contribui para a melhoria do ensino de ciências porque propicia melhor integração dos conceitos científicos escolares prioritariamente sob duas perspectivas: como conteúdo específico em si mesmo e

como fonte de estudo que permite ao professor compreender melhor os conceitos científicos.

Segundo Gastón Bachelard o desenvolvimento do conhecimento científico se organizam historicamente em três períodos:

Estado pré-científico – é o momento histórico em que as explicações míticas e teológica dos fenômenos que acercavam a vida humana é superado pela racionalidade e pelo empirismo. Ao se contrapor a visão animista, as explicações sobre as coisas passaram a ser compreendidas a partir de uma visão única e dinâmica, ou seja, água, fogo, ar e terra se tornam a causa de tudo. Também essa concepção da vida foi superada pela visão atomista em que todas as coisas são parte de um todo que constroem sistemas maiores e múltiplos. A racionalidade grega produziu o pensamento que perdurou até o século XVIII e fundamentou os modelos geocêntricos, e heliocêntrico para compreender o universo e também os modelos organicista, fixista, evolutivo, mecanicista para entender o funcionamento dos organismos vivos.

Estado científico - A partir do século XIX, um único método utilizado para entender o mundo e os seres vivos é aquele que faz uso da experimentação, do levantamento de hipóteses e da formulação de teorias. O conhecimento advém de um recorte da realidade e da busca de evidências que poderiam comprovar ou não a hipótese levantada.

Estado do novo espírito científico – movimento característico do período pós-segunda guerra e marcado pela aceleração da produção científica e também de inovações tecnológicas, influenciando-se mutuamente.

Partindo do pressuposto que a ciência não se constitui numa verdade absoluta, pronta e acabada como se apregoava no período científico, é indispensável rever o processo de ensino aprendizagem de ciências no contexto escolar, de modo que o modelo tradicional de ensino dessa disciplina, na qual prioriza a memorização dos conteúdos sem a devida reflexão, seja superado por um modelo que desenvolva a capacidade dos alunos de buscar explicações científicas para os fatos, através de

posturas críticas, referenciadas pelo conhecimento científico. Vivemos um período de intensas transformações e a produção do conhecimento atualmente se dá no âmbito escolar.

A socialização do conhecimento sempre se caracterizou por grandes embates e desafios, especialmente no que concerne ao ensino de ciências. No Brasil, a polêmica fundamentou-se na conquista de direitos e cidadania e no perigo do conhecimento se tornar um instrumento de transformação. Por essa razão a aquisição de conhecimentos foi influenciada pelas relações de poder no seio da sociedade brasileira.

Com o decorrer do tempo o ensino de ciências passou por importantes mudanças, destacando-se em 1997 a LDB 93/94 que possibilitou agregar tudo que fosse necessário para o processo de ensino aprendizagem na disciplina de ciências.

Neste contexto, a partir de 2003, inicia-se a discussão para redefinir o ensino de ciências e propor novas diretrizes para o ensino.

É necessário distinguir os campos de educação de ciência, seus contextos e valores, como também, os objetivos dispensados à disciplina de ciências no contexto escolar. Para tanto, deve-se reconhecer que a ciência é diferente da disciplina escolar ciência. A ciência realizada em laboratório requer um conjunto de normas e posturas. Seu objetivo é encontrar resultados inéditos, que possam explicar o desconhecido. No entanto, quando é ministrada em sala de aula, requer outro conjunto de procedimentos, cujo objetivo é alcançar resultados planejados, para que o estudante possa entender o que é conhecido.

A consolidação dessa disciplina vai além de apontar para questões que ultrapassam os campos do saber científico e do saber acadêmico, cruzando fins educacionais e fins sociais, de modo a possibilitar ao aluno a compreensão dos conhecimentos científicos que resultam da investigação da natureza em um contexto histórico- social, tecnológico, cultural, ético e político.

É indispensável que a organização dos conteúdos da disciplina de ciências na proposta curricular esteja vinculada ao espaço e ao tempo de estudo dos alunos e a

experiência cotidiana destes, procurando apresentar os conteúdos como instrumentos de melhor compreensão e atuação na realidade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

A definição dos conteúdos que estruturam a disciplina de ciências obedece ao plano da historicidade dos conceitos científicos e prepara a disciplina para a grande diversidade e também da forte especialização da ciência. Sem perder a essência do conhecimento, a visão global do mundo, mas atentos as grandes transformações da sociedade científica, a disciplina aponta cinco **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES**: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade.

Astronomia

Neste conteúdo estruturante estão inseridos os **CONTEÚDOS BÁSICOS**:

- Universo;
- Sistema solar;
- Movimentos terrestres;
- Movimentos celestes;
- Astros, Origem;
- Evolução do Universo e Gravitação Universal.

A Astronomia tem um papel importante no ensino fundamental, pois é uma das ciências de referência para os conhecimentos sobre a dinâmica dos corpos celestes. Numa abordagem histórica traz as discussões sobre os modelos geocêntrico e heliocêntrico, bem como sobre os métodos e instrumentos científicos, conceitos e modelos explicativos que envolveram tais discussões. Além disso, os fenômenos celestes são de grande interesse dos estudantes porque por meio deles buscam-se explicações alternativas para acontecimentos regulares da realidade, como o

movimento aparente do Sol, as fases da Lua, as estações do ano, as viagens espaciais, entre outros.

As características regionais, entre outras, serão abordados considerando-se aspectos essenciais no ensino de ciências; a história da ciência, a divulgação científica e as atividades experimentais. Este conteúdo estruturante possibilita estudos e discussões sobre a origem e a evolução o Universo.

Este conteúdo estruturante será contemplado com os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS:**

- Origem e evolução do Universo;
- Movimentos terrestres e celestes e
- Gravitação universal.

Desdobrando-se nos seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:**

- A ciência no mundo em que vivemos heliocentrismo
- Geocentrismo estações do ano

Matéria

Propõe-se a abordagem de conteúdos específicos que privilegiem o estudo da constituição dos corpos, entendidos tradicionalmente como objetos materiais quaisquer que se apresentam à nossa percepção. Sob o ponto de vista científico, permite o entendimento não somente sobre as coisas perceptíveis como também sobre sua constituição, indo além daquilo que no primeiro momento vemos, sentimos ou tocamos.

Relacionados ao conteúdo estruturante segue os conteúdos básicos que envolvem conceitos científicos essenciais para o entendimento da constituição e propriedades da matéria e para compreensão do objeto de estudo da disciplina de ciências.

Para este conteúdo estruturante, constituem-se como **CONTEÚDO BÁSICO**:

- Constituição da matéria

Contemplando os seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**:

- Constituição da matéria – Solos, rochas, minerais, água e ar.
- Propriedades da matéria: massa, volume, densidade, compressibilidade, elasticidade, divisibilidade, indestrutibilidade, impenetrabilidade, maleabilidade, ductilidade, flexibilidade, elasticidade, permeabilidade, condutibilidade, dureza, tenacidade, cor, brilho, sabor, textura, odor.

Sistemas Biológicos

Aborda a constituição dos sistemas do organismo, bem como suas características específicas de funcionamento, desde componentes celulares e suas respectivas funções até o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos.

Parte-se do entendimento do organismo como um sistema integrado e amplia-se a discussão para uma visão evolutiva, permitindo a comparação entre os seres vivos, a fim de compreender o funcionamento de cada sistema e das relações que formam o conjunto de sistemas que integram o organismo vivo.

Neste conteúdo estruturante, trabalham-se os **CONTEÚDOS BÁSICOS** abaixo relacionados:

- Níveis de organização;
- Célula;
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
- Mecanismos de herança genética.

Desdobrando-se nos seguintes **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**:

- Organismo pluricelular, unicelular;
- Obtenção de energia;
- Organismos celulares e estruturas organolépticas.

Energia

Este conteúdo estruturante propõe o trabalho que possibilita a discussão do conceito de energia, relativamente novo a considerar a história da ciência desde a antiguidade. Discute-se tal conceito a partir de um método explicativo fundamentado nas ideias do calórico, que representava as mudanças de temperatura entre objetos ou sistemas. Ao propor o calor em substituição à teoria do calórico, a pesquisa científica concebeu uma das leis mais importantes da ciência: a lei da conservação da energia.

Neste sentido, destaca-se que a ciência não define energia. Assim, tem-se o propósito de provocar a busca de novos conhecimentos na tentativa de compreender o conceito energia no que se referem as suas várias manifestações, como por exemplo, energia mecânica, energia térmica, energia elétrica, energia luminosa, energia nuclear, bem como os mais variados tipos de conservação de uma forma em outra.

São **CONTEÚDOS BÁSICOS** deste conteúdo estruturante:

- Formas de energia;
- Conversão de energias;
- Transmissão de energia.

Sendo estudados nos **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS** elencados abaixo:

- Os diferentes tipos de energia: energia renováveis e não renováveis;
- Mudanças de estado físico e químico da matéria;
- Cadeia alimentar;

- Irradiação de transmissão de energia;
- Fotossíntese e respiração celular.

Biodiversidade

Pensar o conceito biodiversidade na contemporaneidade implica ampliar o entendimento dessa diversidade de espécies, considerada em diferentes níveis de complexidade, habitem diferentes ambientes, mantêm suas inter-relações de dependência e está inserida em um contexto evolutivo.

São abordados os seguintes **CONTEÚDOS BÁSICOS** para este conteúdo estruturante:

- Organização dos seres vivos;
- Ecossistemas;
- Origem da vida;
- Sistemática;
- Evolução dos seres vivos;
- Interações Ecológicas.

São **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS** que especificam a temática deste conteúdo estruturante:

- Diversidades das espécies;
- Extinção;
- Conceitos de: comunidade, população e habitat;
- Classificação dos seres vivos;
- Categorias taxonômicas e filogenéticas;

- Interações ecológicas;
- Sucessão ecológica;
- Teorias evolutivas;
- Ciclos biogeoquímicos;
- Genética conceitual.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

As diretrizes curriculares para o ensino de ciências propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico. Para isso é necessário superar práticas pedagógicas centradas num único modelo e baseadas em aulas de laboratório que visam tão somente à compreensão de teorias e leis apresentadas previamente aos estudantes.

Para isso é necessário que os conteúdos específicos de ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, não dissociados em áreas de conhecimento físico, químico e biológico, mas visando uma abordagem integradora.

O conteúdo propõe uma abordagem de textos específicos que privilegiem o estudo da constituição dos corpos, entendido tradicionalmente como objetos materiais quaisquer que se apresentam à nossa percepção. Sob o ponto de vista científico, permite o entendimento não somente das coisas perceptíveis, como também sua constituição, indo além daquilo que num primeiro momento vemos, sentimos ou tocamos.

A abordagem desses conteúdos deve contribuir para a formação de conceitos científicos escolares no processo ensino aprendizagem da disciplina de ciências e de seu objeto de estudo, levando em consideração que, para tal formação conceitual, há necessidade de se valorizar as concepções alternativas dos estudantes em sua zona cognitiva real e as relações substantivas que se pretende com a mediação didática.

Parte-se do entendimento do organismo como um sistema integrado e amplia a discussão para uma visão evolutiva, permitindo comparação entre os seres vivos, a fim de compreender o funcionamento de cada sistema e das relações que formam o conjunto de sistema que integram o organismo vivo.

Para tanto, as relações entre conceitos vinculados aos conteúdos estruturantes (relações conceituais), relações entre os conceitos científicos e conceitos pertencentes a outras disciplinas (relações interdisciplinares), e relações entre esses conceitos científicos e as questões sociais, tecnológicas, políticas, culturais e éticas (relações de contextos) se fundamentam e se constituem em importantes abordagens que direcionam o ensino de ciências para a integração dos diversos contextos que permeiam os conceitos científicos escolares.

As diretrizes destacam - se que a ciência não define energia. Assim tem - se o propósito de provocar a busca de novos conhecimentos na tentativa de compreender o conceito energia no que se refere às suas várias manifestações, como por exemplo, energia mecânica, térmica, nuclear, elétrica luminosa, bem como os mais variados tipos de conversão de uma forma em outra.

Todos esses elementos podem auxiliar na prática pedagógica dos professores de ciências, ao fazerem uso de problematizações, contextualizações, interdisciplinaridade, pesquisas, leituras científicas, atividades em grupo, observações, atividades experimentais, recursos instrucionais, atividades lúdicas, e outros.

Pensar o conceito biodiversidade na contemporaneidade implica ampliar o entendimento de que essa diversidade de espécie, consideradas em diferentes níveis de complexidade, habita em diferentes ambientes, mantém suas inter-relações de dependência e está inserida num contexto evolutivo.

Os fatos cotidianos e os conhecimentos adquiridos ao longo da história podem ser entendidos pela interação das várias áreas de conhecimento, revelando a importância da química, da física, da biologia, da astronomia e das geociências, que se

completam para explicar os fenômenos naturais e as interações que neles se apresentam.

Outro aspecto a ser desenvolvido pelo ensino de ciências é a reflexão sobre a importância da vida no planeta, ressaltando a responsabilidade humana na conservação e uso de recursos naturais de maneira sustentável, uma vez que dependemos do planeta e a ele pertencemos.

Para que o aluno possa compreender as mudanças ocorridas no contexto social, político e econômico e em outros meios com os quais interage, proporcionando-lhe também o estabelecimento das relações entre o conhecimento trazido do seu cotidiano.

O conjunto de saberes do aluno deve ser considerado como ponto de partida, para o processo ensino aprendizagem, estabelecendo relações com o mundo do trabalho e com outras dimensões do meio social. Dessa forma, é importante que o ensino desenvolvido na disciplina de ciências na EJA, possibilite ao aluno, a partir de seus conhecimentos prévios, a construção do conhecimento científico, por meio da análise, reflexão e ação, para que possa argumentar e se posicionar criticamente.

AVALIAÇÃO

A avaliação é a atividade essencial do processo ensino- aprendizagem dos conteúdos científicos escolares e, de acordo com a lei de Diretrizes e Bases n.9394/96, deve ser contínua e acumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende.

Será preciso respeitar o estudante como um ser humano inserido no contexto das relações que permeiam a construção do conhecimento científico escolar. Desse modo a considerar o modelo ensino-aprendizagem proposto nas DCEs, a avaliação deverá valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais, ou a partir de diferentes estratégias que envolvem

recursos pedagógicos e instrucionais diversos. É fundamental que se valorize, também, o que se chamam “erro”, de modo a retomar a compreensão (equivocada) do estudante por meio de diversos instrumentos de ensino e de avaliação.

O conteúdo a ser ensinado deve ter significado para o aluno, claro, preciso e possível de ser reproduzido como conhecimento. O professor usará instrumentos questionadores onde o aluno tenha a oportunidade de transformar o conhecimento do senso comum em conhecimento científico e também como instrumento de intervenção no mundo que atua.

Para o professor a avaliação do aluno serve como diagnóstico para definir e rever suas estratégias de ensino, e se valer de metodologias que oportunizem ao aluno, durante as aulas, o conhecimento a partir dos conteúdos dados.

O diagnóstico permitirá, também, saber como os conceitos científicos estão sendo compreendidos pelo estudante, corrigir os “erros” conceituais para a necessária retomada do ensino dos conceitos ainda não apropriados, diversificando os recursos e estratégias para que ocorra a aprendizagem.

Ao final de cada série o aluno deverá estar apto a compreender como se organiza o universo, como interagem os diversos sistemas, como se produz a energia e especialmente que mundo é esse e que elementos são esses que se inter-relacionam.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, M.J.P.M. **De discurso da ciência e da escola ideologia e leituras possíveis**. Campinas: Mercado das letras 2004.

PARANÁ/SEED. DCE (**Diretrizes Curriculares de ciências para a educação básica**). Curitiba, 2008

PARANÁ/SEED/DET. **Cadernos 1 e 2. (Módulos) de ciências Ensino Fundamental Fase II. Secretaria de Estado de Educação**. Departamento de jovens e adultos. Superintendência da Educação 2006.

4.4.4 Disciplina de Educação Física

APRESENTAÇÃO

As primeiras sistematizações que o conhecimento sobre as práticas corporais, em solo nacional, ocorrem a partir das teorias oriundas da Europa.

Sob a égide de conhecimentos médicos e da instrução física militar, a então denominada ginástica. Surgiu, principalmente, a partir de uma preocupação com o desenvolvimento de saúde e a formação moral dos cidadãos brasileiros. Esse modelo de prática corporal pautava-se em prescrições de exercícios visando ao aprimoramento de capacidades e habilidades físicas como a força, a destreza, a agilidade e a resistência, além de visar à formação do caráter, da autodisciplina, de hábitos higiênicos, do respeito à hierarquia e do sentimento patriótico.

Posteriormente a formação do aluno foi pautada essencialmente no equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma e a preservação da Pátria. A partir de 1930 o enfoque mudou, para o melhor funcionamento do corpo e a eficiência do gasto energético, buscando saúde e disciplina para alavancar o processo de industrialização que se iniciava no Brasil.

Em seguida, a popularização do esporte passa a ser um dos principais conteúdos, incentivando a prática esportiva, criando-se grandes centros esportivos e importando-se especialistas de algumas modalidades esportivas, ocorrendo, também, a criação do Conselho Nacional dos Desportos, em 1941.

No final da década de 1930 e início da década de 1940 ocorreu o processo de desmilitarização da Educação Física aparecendo, outras formas de conhecimento sobre o corpo, então difundiu-se ainda mais o esporte, visando o rendimento, a competição, a superação de recordes, enfatizando a preparação de atletas em detrimento do conhecimento crítico, seguindo para um olhar positivo das ciências naturais, ou seja, a prática esportiva e a aptidão física, como sonho do Brasil se tornar uma potência olímpica e intensificou-se o esporte na sociedade e nas escolas brasileiras.

Porém este enfoque recebeu críticas das correntes da psicomotricidade, que tem como base a formação integral do ser humano em seus aspectos: motor, cognitivo e afetivo, mas somente foram valorizadas tempos depois, com a renovação do pensamento pedagógico, influenciados pelas tendências progressistas, com as abordagens Desenvolvimentistas e Construtivistas, a partir dos anos 1980, quando o sistema educacional passou por reformulações.

Vinculadas às discussões da pedagogia crítica brasileira e às análises das ciências humanas, sobretudo da Filosofia da Educação e Sociologia estão as concepções críticas da Educação Física. O que as diferencia daquelas descritas anteriormente é o fato de que as abordagens crítica superadora e crítica emancipatória, descritas abaixo, operam a crítica da Educação Física a partir de sua contextualização na sociedade capitalista.

A abordagem pedagógica Crítica-Superadora, estabeleceu os conteúdos da Educação Física como: jogos, dança, lutas, esporte e ginástica; ressaltando o conceito de cultura corporal, organizando e sistematizando o conhecimento acumulado historicamente sobre o movimento humano.

A abordagem Crítica-Emancipatória, agregou valor a expressão corporal como linguagem que transforma o meio através do conhecimento de si e do outro, mesclando assim o conhecimento teórico ao prático, trabalhados nas aulas.

Em nosso Estado, no final da década de 1980 e início de 1990, a Educação Física enriqueceu-se ainda mais com o Currículo Básico do Estado do Paraná, focado em uma formação que amplia as dimensões de seres capazes de questionar e transformar a realidade social em que vivem, possibilitando a consciência dos alunos pelos seus próprios corpos, para além do conceito biológico, avançando para o meio social. Porém, enfraqueceu os pressupostos teóricos metodológicos das pedagogias críticas privilegiando as abordagens desenvolvimentista, construtivista e psicomotora.

Ainda na década de 1990, em consequência da aprovação da LDB 9394/96, surgiu outra proposta fundamentada na concepção histórico-crítica da educação para

resgatar o compromisso social da ação pedagógica da Educação Física, com objetivo de desenvolver valores individuais para uma sociedade com menor desigualdade social.

Os temas transversais e a pedagogia das competências e habilidades abordadas nos PCNs distanciaram um pouco a disciplina de seu objetivo principal, causando um ecletismo teórico. Embora com uma redação aparentemente progressista, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental e Médio constituíram uma proposta não tanto coerente.

Atualmente, as Diretrizes Curriculares ascendem para valorizar a integração entre o fazer corporal e sua reflexão, juntamente com o conhecimento de práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade. Formando caminhos para, um ser humano crítico, reflexivo e prático, capaz de transformar sua vida, através de ações sistematizadas e organizadas para a evolução contínua de seu eu e do meio em que vive, em todos os setores: histórico, político, social e cultural.

Tomando como aporte as Diretrizes Curriculares (2008), para justificar a importância da Educação Física como disciplina escolar, busca-se formar o aluno por meio de seus conteúdos estruturantes, de forma mais significativa, voltada para uma consciência crítica, de forma a desmitificar formas arraigadas e equivocadas em relação às diversas práticas e manifestações corporais.

O papel da Educação Física hoje é priorizar o conhecimento sistematizado, dando oportunidade de se reelaborar ideias e práticas que ampliem a compreensão do aluno sobre saberes produzido pela humanidade e suas implicações para a vida.

Através desse conhecimento sistematizado, a diversidade cultural em termos corporais deverá ser respeitada e identificada pelos alunos de forma que os mesmos se posicionem frente a elas como autônomos.

Neste sentido, como enfatizam Taborda e Oliveira (apud Paraná, 2005, p.10) os objetivos da Educação Física devem estar voltados para a humanização das relações

sociais, considerando a noção de corporalidade, entendido como a expressão criativa e consciente do conjunto de manifestações corporais historicamente produzidas.

Diante disso, o objetivo desta proposta é estimular a reflexão sobre o mundo e conhecimento que o ser humano tem produzido sobre o corpo, a saúde e práticas corporais, utilizando-se como meio a expressão e cultura corporal em jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes, identificados como forma de representação simbólica e construção da própria história humana.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Os conteúdos estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica são:

- O esporte
- Os jogos e brincadeiras
- A ginástica
- A dança e
- As lutas

Estão Interligados a elementos articuladores que auxiliarão o entendimento mais amplo dos conhecimentos a eles vinculados, são eles: Cultura Corporal e Corpo, Ludicidade, Saúde, Mundo do Trabalho, Desportivização, Técnica e Tática, Lazer, Diversidade e Mídia.

Os conteúdos estruturantes desdobram-se em Conteúdos básicos e específicos em progressividade à complexidade, especificidade do trabalho pedagógico e nível de ensino em que se realiza o processo de ensino-aprendizagem.

Esporte

O esporte deve propiciar uma leitura do fenômeno esportivo para a compreensão de sua complexidade social, histórica e política. Busca-se que o aluno tenha um entendimento crítico das manifestações esportivas, as quais devem ser tratadas de forma ampla; isto é, desde sua condição técnica, tática, seus elementos básicos, até o sentido da competição esportiva, a expressão social e histórica e sua significação cultural como fenômeno de massa.

Na prática esportiva, é preciso combater signos sociais que expressam preconceito racial e/ou técnico, discriminação entre gêneros, violência moral decorrentes de singularidades entre o grupo. Como conteúdo na escola, o esporte deve estar acessível em igualdade de condições para todos os alunos.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Esporte

CONTEÚDOS BÁSICO:

- Coletivos: Futebol, Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futsal
- Individuais: Atletismo, Natação, Tênis de mesa, Badminton

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Origem/histórico dos esportes.
- Jogos com fundamentos e regras adaptadas.
- Fundamentos básicos

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Esporte

CONTEÚDO BÁSICO:

- Coletivos: Futebol, Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futsal,
- Individuais: Atletismo, Natação, Tênis de mesa, Badminton.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Futebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Handebol
- Futsal
- Contextualização histórica dos esportes
- Esporte de rendimento X qualidade de vida
- Esportes e contexto social-econômico
- Conhecimento popular X conhecimento científico
- Relação esporte e lazer
- Função social o Esporte
- Esporte e mídia
- Esporte e ciência

- Nutrição, saúde e prática esportiva.

Jogos e Brincadeiras

Os jogos e brincadeiras constituem-se uma abordagem da realidade regional e cultural do grupo. Enfatiza-se ter um olhar mais crítico no que cerne a questão de se reforçar o modelo excludente. Os jogos e brincadeiras comportam regras, mas deixam um espaço de autonomia para que sejam adaptados, conforme o interesse e necessidades dos participantes.

Torna-se importante, então, que os alunos auxiliem na construção dessas regras, segundo necessidades e desafios estabelecidos. Brincar (o jogo em aula) torna o aluno capaz de estabelecer conexões entre o imaginário e o simbólico e sua realidade contextualizada no trabalho e/ou relações sociais.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Jogos e Brincadeiras

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Brincadeiras populares
- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos
- Jogos competitivos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Gincana
- Marias
- Peão
- Queimada
- RPG (Role-Playing Game, Jogo de Interpretação de Personagem)
- Dama
- Trilha
- Resta um
- Jogos de estratégia e imaginação
- Contextualização de jogos cooperativos e jogos competitivos

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Jogos e Brincadeiras

CONTEÚDO BÁSICO:

- Brincadeiras populares
- Jogos de tabuleiro
- Jogos dramáticos
- Jogos cooperativos
- Jogos competitivos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Gincana
- Dama
- Xadrez
- Improviso
- Mímica
- Análise conceitual: jogos cooperativos e os jogos competitivos.

Dança

A dança é uma das formas mais primitivas de representação da cultura de diversos povos. Nessa perspectiva, a dança será abordada, nas aulas de Educação Física, em sua dimensão cultural, social e histórica, de modo à ressignificar valores, sentidos e códigos sociais. Como linguagem social, a dança permite a transmissão de sentimentos e expressão de afetividade nas esferas do trabalho, da religiosidade, dos costumes, que podem ser marcadas singularmente pela criação dos gestos que caracterizam um sujeito.

Quanto à criatividade, em hipótese alguma deverá ser considerada imperativo, sem que haja uma reflexão mais aprofundada da importância da dança, pois o desenvolvimento da consciência analítica e crítica é que traz o significado ao dançar.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Dança

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Danças Folclóricas

- Dança de Rua
- Dança Criativa

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Origem e histórico das danças
- Contextualização da dança
- Expressão corporal (sequência de movimentos)
- Quadrilha
- Break
- Coreografia: criação e adaptação
- Ritmo

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Dança

CONTEÚDO BÁSICO:

- Danças Folclóricas
- Dança de Salão
- Danças Circulares

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Origem e histórico das danças
- Expressão Corporal

- Pequenas coreografias
- Elementos do movimento: tempo, espaço e fluência
- Vanerão, Xote, Soltinho
- Danças sagradas.

Ginástica

A ginástica como conteúdo da Educação Física, permite diversas possibilidades de movimentos corporais nas aulas, sejam elas: ginástica artística, ginástica rítmica desportiva, ginástica geral, ginástica localizada, hidroginástica, antiginástica, ginástica aeróbica com suas variantes, entre outras, propõem-se que as versões tradicionais ou suas modernas variações desmitifiquem-se, para que se atenda às demandas da realidade escolar, como ato contra hegemônico.

Trata-se de um processo pedagógico que propicia a interação, o conhecimento, à partilha de experiências, a reflexão, para uma visão crítica que implique diversas possibilidades de significação e representação.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Ginástica

CONTEÚDO BÁSICO:

- Ginástica Geral
- Ginástica Laboral
- Ginástica Rítmica
- Ginástica de Condicionamento Físico

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Alongamento
- Condicionamento Físico
- Consciência corporal
- Estrutura e Composição corporal
- Qualidade de Vida
- Desvios posturais.

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Ginástica

CONTEÚDO BÁSICO:

- Ginástica Geral
- Ginástica Laboral
- Atividade Física
- Qualidade de Vida
- Ginástica de Condicionamento Físico.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Função social da ginástica.
- Fundamentos da ginástica.
- Alongamento

- Fortalecimento Muscular
- Ginástica X sedentarismo e qualidade de vida
- Correções posturais
- Grupos musculares e resistência muscular
- Diferentes métodos de avaliação e análise corporal
- Testes físicos e planejamento de treinos / atividade Física
- Frequência cardíaca
- Gasto energético
- Lesão por Esforço Repetitivo (LER)
- Construção cultural do corpo

Lutas

A proposta é de valorizar a origem das lutas como produção cultural e considerar suas representações históricas e simbólicas. As lutas desenvolvidas nos diversos continentes estão sempre permeadas pelas questões culturais. Tanto as lutas ocidentais como as orientais surgiram de necessidades sociais, em um dado contexto histórico, influenciadas por fatores econômicos, políticos e culturais, Cordeiro Jr. (1999).

Espera-se que, por meio de processos pedagógicos os alunos desenvolvam um senso crítico tal que as lutas possam ser revestidas de um valor simbólico voltado ao respeito pela integridade física, e que não despertem o sentido de violência em suas relações sociais.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Lutas

CONTEÚDO BÁSICO:

- Luta de aproximação - Capoeira

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Histórico
- Movimentos característicos: ginga, esquivas, golpes, rolamentos e quedas
- Classificação e estilo de Capoeira
- Roda de Capoeira

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Lutas

CONTEÚDO BÁSICO:

- Luta de aproximação - Judô

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Histórico e aspectos contextuais e culturais das variadas formas de lutas
- Fundamentos do Judô
- Cultura afro-brasileira e indígena
- Lutas x Artes Marciais

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Os conteúdos deverão ser desenvolvidos de forma teórico-prática, pois nas aulas de Educação Física os aspectos procedimentais são mais facilmente observáveis vinculados à experiência prática, porém, esta experiência não deve estar atrelada à adaptação exclusiva do ser humano a modelos pré-determinados de eficiência técnico desportiva, especialmente na EJA, cuja proposta se pauta pelos eixos cultura, tempo e trabalho.

Portanto, além de garantir os meios de vivência prática da experiência corporal, o aluno deve ser incluído na elaboração das propostas de ensino aprendizagem levando-se em consideração sua realidade pessoal e social, sua percepção de si e do outro, suas dúvidas e necessidades de compreensão, incentivando-o a fazer suas escolhas, trocar informações, estabelecer questões e construir hipóteses na tentativa de respondê-las através de uma atitude de trabalho dinâmico de pesquisa, solução de problemas, reconstrução/ construção e adaptação de regras, de acesso às tecnologias disponíveis visando o seu pleno desenvolvimento e sua capacitação para o exercício de sua cidadania, preparação para o trabalho e melhoria na qualidade de vida.

Neste sentido, ao trabalho teórico-prático de vivências da experiência corporal, devem-se vincular os critérios de interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos e encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos, visando proporcionar interação, reflexão, participação e a conseqüente elaboração e apropriação do conhecimento relativo aos conteúdos propostos.

Para atender a esta proposta de trabalho, as aulas serão organizadas em momentos distintos:

- Inicialmente realizar um breve mapeamento do que o aluno traz como referência acerca do conteúdo proposto, sendo a primeira leitura da realidade, o professor propõe um desafio, criando um ambiente de dúvidas sobre os conhecimentos prévios.
- Posteriormente, o professor apresentará os conteúdos sistematizados,

proporcionando aos alunos condições de assimilação e recriação dos mesmos através da prática corporal, com as intervenções pedagógicas necessárias.

- Finalizando o professor solicita aos alunos que criem outras variações, vivenciando-as, o que permitirá ao aluno avaliar o processo de ensino-aprendizagem, transformando-se intelectual e qualitativamente em relação à prática realizada.

Serão trabalhadas situações de conflito e equilíbrio, de forma individual, grupal e momentos que propiciem consenso; bem como o registro dos processos e conteúdos trabalhados através de análise e produção textual.

Pretende-se nesta perspectiva, a efetivação da aprendizagem e a oportunidade de adolescentes, jovens, adultos e idosos vivenciarem diferentes sensações, independentes de seu desempenho, além de gerar condições de aprofundar mecanismos de relações de respeito, companheirismo, solidariedade e interesse pelo progresso individual, do outro e do grupo.

A corporeidade como concepção orientadora da Educação Física pretende, por meio das práticas corporais, tendo em vista sua função social, contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente em diversos contextos sociais, bem como refletir criticamente sobre as práticas corporais.

O professor de Educação Física tem, assim, a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas.

No processo pedagógico, o senso de investigação e pesquisa permeiam as aulas de Educação Física, estimulando a reflexão e estimulando o raciocínio lógico, na busca de ampliar o conjunto de conhecimentos que o aluno já possui, contextualizado ao momento histórico, econômico e social estão inseridos.

Durante as aulas serão realizados os seguintes encaminhamentos metodológicos e utilizados recursos didáticos elencados a seguir:

- Acesso às tecnologias informatizadas
- Análises de revistas
- Cartazes e painéis informativos
- Debates na sala de aula
- Exposição de trabalhos produzidos
- Exposição dialogada
- Leituras
- Pesquisa bibliográfica e on-line
- Produção de texto e de cartazes
- Questionários
- Reportagens de Jornais, revistas sobre saúde, esporte e afins
- Revistas
- Roteiros de estudo
- Situações problemas
- Tecnologias áudio visuais
- Textos de apoio
- Trabalhos em grupo, individual, teórico e prático
- Vídeos

- Vivências práticas

Materiais esportivos/adaptados:

- Aros
- Bastões
- Bolas diversas
- Colchões
- Cones
- Cordas
- Futebol de botão
- Jogos de mesa: dominó, uno, resta um, etc
- Jogos de tabuleiro
- Mesa de tênis de mesa
- Raquetes, peteca
- Redes e postes

Equipamentos:

- Balança
- TV pendrive
- Projetor multimídia
- Notebook
- Extensão de energia

- Microfone
- Máquina fotográfica (ou celular)
- Internet
- Computador

Locais para aulas:

- Espaços ao ar livre
- Pátio
- Quadra
- Sala de aula
- Sala de informática

AVALIAÇÃO

A avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos de modo que permeie o conjunto de ações pedagógicas vinculadas ao Projeto Político Pedagógico, a esta Proposta Pedagógica Curricular e à Proposta de Trabalho Docente, fundamentados nas Diretrizes Curriculares, tendo caráter primordialmente qualitativo procurando considerar o “ponto de partida”, a interação grupal, a cooperação, a independência e a capacidade de solucionar problemas, priorizando os progressos do aluno de forma contínua para chamada avaliação formativa, que visa a diminuição das desigualdades sociais, e uma sociedade justa e mais humana.

A partir da avaliação diagnóstica tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o processo desenvolvido até então para identificar lacunas no processo ensino aprendizagem.

A avaliação será um processo contínuo, permanente e cumulativo, onde o professor organizará e reorganizará o seu trabalho visando as diversas manifestações corporais e os conteúdos informais como: o interesse, a participação, respeito mútuo, solidariedade, superação de dificuldades, organização para o trabalho em grupo, aspectos evidentes nas situações de aula.

A avaliação também servirá para nortear, quando necessário, o remanejamento docente; e poderá ser feita e registrada através de anotações no diário de classe, fichas individuais, cadernos, observações do professor, trabalhos, avaliações subjetivas e objetivas, murais e pesquisas teóricas e práticas.

A autoavaliação se faz necessário para analisar o progresso do aluno com a participação do professor e dos alunos para suprir as novas necessidades da turma.

Os critérios de avaliação devem ser reflexivo, mobilizador, crítico, consciente, democrático, humanista, dinâmico, libertador, institucional e construtivo.

Como **instrumentos de avaliação** poderão ser utilizados:

- Debates;
- Entrevistas;
- Fichas de avaliação motora;
- Fichas de observação da aprendizagem;
- Análise de vídeos: programas, documentários e informativos;
- Observação e participação em atividades práticas e de interação grupal;
- Pesquisa histórica pessoal;
- Provas objetivas e subjetivas;
- Questionários;

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

- Relatórios;
- Testes práticos e teóricos;
- Trabalhos de pesquisa bibliográficos e na mídia.

REFERÊNCIA

BARRETO, Débora. **Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Coleção educação física escolar: no princípio de totalidade e na concepção histórico-crítico-social**. São Paulo: Ícone, 2002.

CAETANO, Orlando. **A dança à luz da Bíblia**. [online]

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11ª ed. São Paulo: Global, 2001

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRITZEN, José Silvino. **Jogos dirigidos para grupos, recreação e aulas de Educação Física**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEÃO, Márcia Aparecida da Silva. **O negro no Mercado de Trabalho pela Cultura Hip Hop**. [online]

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola**. 2. ed. São Paulo Cortez, 2005.

SALTO PARA O FUTURO – Boletim - **Jogos e BRINCADEIRAS** - Abril/2006.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PARANÁ SEED. **Diretrizes Curriculares de Educação Física para a Educação Básica**. Curitiba, 2006.

PARANÁ SEED. **Livro Didático Público de Educação Física para o Ensino Médio do Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

PARANÁ SEED. **Diretrizes Curriculares de Educação Física para Educação Básica**. Curitiba, 2008

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

SILVA, Caroline X. Prazer, **HIP HOP!** Monografia, Campinas, 2001.

TIRADO, Augusto C. S. B. **Meu primeiro livro de xadrez: curso para escolares.** 1. ed.
Curitiba: Expoente, 1995.

4.4.5 Disciplina de Ensino Religioso

APRESENTAÇÃO

Considerando-se as indicações das Diretrizes Curriculares da Educação Básica que propõe o compromisso com a formação humana e com acesso à cultura geral, bem como o respeito à diversidade cultural, a disciplina de Ensino Religioso está pautada no entendimento do conhecimento constituído sobre as tradições e organizações religiosas, o qual deve dimensionar o respeito na inter-relação entre as diferentes manifestações e crenças religiosas.

Na proposta liberal, o advento da República no Brasil, definiu a separação da Igreja do Estado, passando o ensino a ser laico e no século XX, da Constituição de 1934 até a Constituição de 1967, por pressão dos defensores do ensino confessional, a disciplina de Ensino Religioso passou a fazer parte do currículo, porém, facultativo. Legislação mantida atualmente, embora sem a responsabilidade do Estado que se eximia da formação do profissional da área de ensino.

Superando essa ideia e corroborada na LDB 4024/61, a LDB 9394/96 e pela Lei 9475/97, o Ensino Religioso passou a ser parte integrante da formação básica, constituindo-se em disciplina da grade curricular. Pertinente afirmar que essa mesma lei (9475/97) assegura o “respeito à diversidade religiosa no Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”, definindo a disciplina de forma pluralista e laica.

Dentro dessa perspectiva, a disciplina se relaciona a apropriação dos saberes sobre as expressões e manifestações religiosas das culturas e sua relação com o conhecimento. A essência da disciplina repousa, portanto, no desafio de superar os proselitismos e o preconceito e ao mesmo tempo, consolidar o respeito à diversidade cultural e religiosa que caracteriza o país.

Desenvolver uma prática pedagógica que ofereça ao aluno subsidio para compreender os grupos sociais e sua relação com o sagrado, suas cultural e os elementos religiosos que permeiam as relações sociais, atende a um dos objetivos da educação básica, definido pela LDB e pelas Diretrizes da SEED, que é a cidadania em

sua plenitude. Ao resgatar o sagrado, busca explicar a experiência que perpassa as diferentes culturas expressas na religião ocidental e oriental. Também identifica a diversidade religiosa presente a nossa realidade, analisando o fenômeno religioso como um dado da cultura, desenvolvendo o diálogo, a tolerância e o respeito às diferenças. Aquilo que para as igrejas é objeto de fé, para a escola é objeto de estudo, ou seja, a distinção entre fé/crença e religião, entre o fato subjetivo de crer e o fato objetivo que a expressa.

Essa condição de distinção implica a superação da identificação entre religião e igreja, salientando sua função social e o seu potencial de humanização das culturas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Entende-se por conteúdos estruturantes, os conhecimentos de grande amplitude que envolve conceitos, identificam e organizam seus campos de estudos e se vinculam ao seu objeto de estudo. A linguagem a ser adotada nas aulas de Ensino Religioso é a pedagógica, não a religiosa.

Os **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES** tratam dos conhecimentos teóricos e práticos que identificam e organizam os campos de estudo de Ensino Religioso são:

Paisagem Religiosa – refere-se aos espaços sagrados – elementos naturais ou elementos arquitetônicos – onde o homem manifesta a sua fé. É a parte do espaço social e cultural construído historicamente pelos grupos humanos, é uma imagem social. São as paisagens religiosas que remetem às manifestações culturais e nelas agrega um valor que conduz o imaginário à consagração.

Universo Simbólico Religioso – refere-se aos símbolos significativos que expressam o sagrado para o homem. É visto como o conjunto de linguagem que expressa sentidos, comunica e exerce papel relevante para a constituição da diversidade religiosa. Os símbolos são parte essencial da vida humana, não só no que diz respeito ao sagrado, mas em todo imaginário humano. Os símbolos são a base da comunicação e constituem o veículo que aproxima o mundo vivido, do mundo extraordinário dos deuses e deusas. São elementos importantes porque estão

presentes em quase todas as manifestações religiosas e também no cotidiano das pessoas.

Textos Sagrados – o que caracteriza um texto como sagrado é o reconhecimento pelo grupo, de que ele transmite uma mensagem originada do ente sagrado, que favorece uma aproximação entre os adeptos e o Sagrado. Ao articular os textos sagrados aos ritos – festas religiosas, situações de nascimento e morte, as diferentes tradições e manifestações religiosas buscam criar mecanismos, de modo a assegurar que o conhecimento seja consolidado e transmitido às novas gerações e novos adeptos. Os textos sagrados são uma referência importante para a disciplina, pois permitem identificar como a tradição e a manifestação atribuem às práticas religiosas o caráter sagrado e em que medida orientam ou estão presentes nos ritos, nas festas, na organização das religiões, nas explicações da vida e morte.

CONTEÚDOS BÁSICOS: Os conteúdos básicos a serem trabalhados na disciplina se organizam a partir dos seguintes eixos:

Organizações Religiosas – os princípios que fundamentam a religião a partir dos preceitos de seus fundadores, a visão do mundo, atitudes, ideologia: Buda. Jesus Cristo, Lao Tsé, Maomé, etc.

Lugares Sagrados – os lugares identificados e onde se manifesta as diferentes tradições religiosas: sinagogas, templos, igrejas, rios, montanhas.

Textos Sagrados orais ou escritos – ensinamentos sagrados transmitidos oralmente ou escrito pelas diferentes culturas: cantos, narrativas, Novo Testamento, Tora, Alcorão, etc.

Símbolos Religiosos – linguagens que expressam sentidos, comunicam e exercem papel relevante para a vida imaginativa e para a constituição das diferentes religiões de mundo. Podem estar presentes nos seguintes aspectos: ritos, mitos e no cotidiano.

Temporalidade Sagrada – como e de que forma o homem se liga ao divino, como e em que tempo entra em contato com o sagrado: datas importantes ligadas aos líderes, festas, calendários, etc.

Festas religiosas – eventos organizados para reviver um acontecimento importante.

Ritos – celebrações, tradições e manifestações religiosas que permitem essa relação interpessoal do homem com o sagrado, ou seja, um acontecimento para preservar a tradição que identifica a organização religiosa.

Vida e morte – como cada cultura e organização lida com os mistérios que acercam a vida e morte permeadas pelas tradições religiosas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: São conteúdos específicos do Ensino Religioso:

- Ritos;
- Símbolos e gestos religiosos;
- Vida e Morte: ancestralidade, reencarnação, ressurreição e o nada;
- Virtudes;
- Elementos sagrados nas tradições religiosas;
- Importância da verdade e a necessidade do perdão.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

As aulas dialogadas devem partir de uma referência fundamental que é a experiência religiosa do aluno e seus conhecimentos prévios. Essa experiência baseada no senso comum, empírica deve ser usada pelo professor, mediados, como ponto de partida para o conhecimento sobre o sagrado e seu papel sócio cultural.

Ao elaborar o conhecimento sistematizado, o professor deve se valer da contextualização histórica, política e social e da interdisciplinaridade, entendida aqui como um momento de diálogo do Ensino Religioso com outras áreas do conhecimento.

Na Educação de Jovens e Adultos, cabe ao professor despertar no aluno uma forma diferente de relação com a religião, buscando elementos oriundos da experiência vivida, que façam parte de seu contexto social. O aluno deixa de ser um depósito de informações e passa a re-significar conhecimentos anteriormente adquiridos.

O professor deve posicionar-se de forma clara, objetiva e crítica quanto ao conhecimento sobre o sagrado e seu papel social. Assim, exercerá o papel de mediador entre os saberes do senso comum e o conhecimento científico, respeitando o direito de liberdade de consciência e opção religiosa do aluno. A reflexão e a análise dos conteúdos valorizarão aspectos reconhecidos como pertinentes ao universo do sagrado e da diversidade social cultural.

A disciplina participará em todos os eventos da escola e na equipe multidisciplinar que colocará em prática a Lei 13.381/01 que torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública do Paraná, o trabalho com os conteúdos de história do Paraná e da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e o cumprimento da Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. Nos conteúdos que permite tais abordagens, o trabalho pedagógico não deixará de considerar tais Leis, principalmente no que diz respeito a cultura indígena e a cultura afro-brasileira, especialmente quando for abordado as simbologias, festas religiosas e a influência da religião na formação cultural do povo brasileiro.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina deve relevar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas, o quanto a sua prática é fundamentada no respeito à diversidade cultural e religiosa. Para isso o professor

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

deverá estabelecer instrumentos e critérios claros que leve em conta de como o aluno reconstituiu seu processo de concepção da realidade.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. SEED/DEB. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96 de 20/12/1996.

4.4.6 Disciplina de Filosofia

APRESENTAÇÃO

A primeira intenção da disciplina de filosofia para o Ensino Médio não é a de formar filósofos embora seu estudo possa despertar vocações. O que se visa é estimular a reflexão do aluno, levando a desenvolver um novo olhar sobre o mundo, típico da especialidade do filosofar.

A Filosofia deve ser vista como uma disciplina em que os alunos, em contextos de aprendizagens, são levados à reflexão. Desenvolve a percepção sobre o cotidiano levando as pessoas a questionarem o senso comum e a descobrirem novos significados para a existência, para as relações humanas que se estabelecem a partir dela e para o convívio com a natureza.

Segundo as DCEs (Filosofia, 2008 p.210), a Filosofia que tem a sua origem na Grécia Antiga, traz consigo o problema de seu ensino a partir do embate entre o pensamento de Platão e as teorias dos sofistas.

Naquele momento, tratava-se de compreender a relação entre o conhecimento e o papel da retórica no ensino.

A Filosofia Antiga se caracterizava pela preocupação com as questões de cosmologia, isto é, com a exploração das perguntas relativas à natureza e ao seu ordenamento, só mais tarde é que ela vai ampliar seus horizontes e começar a analisar a condição humana. Na Idade Média, foi marcada pelo teocentrismo, com o crescimento do poder eclesiástico ocasionado pela desestruturação do Império Romano. Na modernidade, são deixados de lado os discursos abstratos sobre Deus, a alma, buscando a autonomia através da razão e da construção da individualidade. Deixa-se a Teologia e consideram as questões filosófico-científicas (Racionalismo, Empirismo, Criticismo).

A Filosofia contemporânea, o homem preocupa-se com a sua historicidade, sociabilidade, secularização da consciência.

O objetivo da disciplina de Filosofia é levar o estudante a pensar por si mesmo, com o rigor necessário à análise dos mais diversos problemas, das mais diversas ideias, exercitando-se no exame da validade dos raciocínios e argumentos, na precisão dos termos que ele próprio emprega na busca da construção de seu discurso filosófico. Ao professor de filosofia cabe construir espaços para compartilhar o pensamento filosófico. Isso significa: auxiliar o estudante na compreensão do contexto histórico-social em que se insere a História da Filosofia; auxiliar o estudante na compreensão dos textos filosóficos, trabalhando seu conteúdo e o modo como esse conteúdo é desenvolvido; ser claro, simples e organizado em suas colocações; buscar uma contínua ampliação de sua própria cultura geral e da cultura geral dos alunos; entender e articular os problemas da vida atual com as respostas e formulações da história da Filosofia.

“O planejamento deve impedir que as aulas caiam no vazio e nos prováveis desastres do espontaneísmo.” (DCE: p.61)

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Os **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES** são conhecimentos que embasam a disciplina e estimulam o pensar sobre os conceitos filosóficos relacionando-os com a história e o contexto social, opondo-se à visão imediatista do saber.

Mito e filosofia

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Saber Mítico;
- Saber Filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do Mito;
- O que é Filosofia;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Experiência filosófica;
- Consciência Mítica;
- Nascimento da filosofia;

Teoria do conhecimento

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- As formas de Conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- O que podemos conhecer?
- Ideologias;
- A busca da verdade;
- A metafísica da modernidade;

Ética

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Ética e moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;

- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Entre o bem e o mal;
- Podemos ser livres?
- Teorias éticas;

Filosofia política

CONTEÚDO BÁSICO:

- Política e Ideologia;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou participativa.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Política para que?
- Direitos humanos;
- Liberalismo e democracia;
- Teorias socialistas.

Filosofia da ciência

CONTEÚDO BÁSICO:

- Concepção da ciência;
- A questão do método científico;

- Contribuições e limites da ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Ciência, tecnologia e valores;
- A revolução científica do século XVII.

Estética

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Natureza da arte;
- Filosofia e arte;
- Categorias estéticas e arte: bonito, feio, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc;
- Estética e sociedade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Estética: Introdução conceitual;
- Cultura e arte;
- Concepções estéticas;
- Estética e sociedade.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Na EJA, o trabalho pedagógico com os conteúdos básicos da Filosofia constitui-se a partir de quatro momentos: a mobilização, a problematização, a investigação; e a criação de conceitos.

O início do trabalho com o conteúdo pode ser facilitado pela exibição de filme ou de uma imagem, da leitura de um texto jornalístico ou literário, da audição de uma música ou tantas outras possibilidades. Todas essas atividades geralmente são conduzidas pelo educador, com o objetivo de investigar e mobilizar possíveis relações entre o cotidiano do aluno e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido, a essa etapa denominamos de mobilização.

Após a mobilização, inicia-se a problematização quando o educador e aluno levantam questões, identificam problemas e problematiza o conteúdo, presente nos recursos utilizados pela etapa da mobilização. A aula de Filosofia na EJA deve estar na perspectiva de quem dialoga com a vida, por isso, é importante que na busca de resolução do problema – etapa da investigação - se preocupe tanto com o estudo das formulações filosóficas, quanto com a análise da atualidade, fazendo uma abordagem contemporânea que remeta o aluno na sua própria realidade.

Desta forma, partindo de problemas atuais, estudados a partir da história da filosofia, dos textos clássicos, da abordagem realizada por outras ciências, o aluno de EJA pode formular seus conceitos e construir seu discurso filosófico. Enfim, espera-se que o estudante possa pensar, discutir, argumentar e que nesse processo crie e recrie para si os conceitos filosóficos.

AVALIAÇÃO

Avaliação do ensino de filosofia, proposta nas DCEs, pauta -se uma concepção formativa e continuada, onde, os objetivos da disciplina estejam afinados com os critérios de avaliação proposta pelo professor na sala de aula.

As formas de avaliação em filosofia acompanham as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica nos debates que acompanham os textos, os filmes e pesquisa de campo demonstrando a capacidade de articulação entre teoria e prática.

Conforme a LDB nº 9394/96, no seu artigo 24, a avaliação deve ser concebida na sua função diagnóstica, isto é, não tem finalidade em si mesma, mas tem a função de subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação no processo ensino-aprendizagem. Apesar de sua inequívoca importância individual, no ensino de Filosofia, a avaliação não se resumiria a perceber quanto o estudante assimilou do conteúdo presente na história da Filosofia, do texto, ou dos problemas filosóficos, nem a examinar sua capacidade de tratar deste ou daquele tema.

Ao avaliar, o professor deve ter profundo respeito pelas posições do aluno, mesmo que não concorde com elas, pois o que está em questão é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições.

O que deve ser levado em conta é a atividade com conceitos, a capacidade de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos. Assim torna-se relevante avaliar a capacidade do aluno de trabalhar e criar conceitos, sob os seguintes pressupostos:

- Qual o discurso tinha antes;
- Qual conceito trabalhou;
- Qual discurso tem após;
- Qual conceito trabalhou.

A avaliação se inicia com a mobilização, com a coleta do que o aluno pensava antes e o que pensa após o estudo. Com isso, torna-se possível entender a avaliação como um processo que se dá no processo e não como um momento separado, visto em si mesmo.

Os critérios de avaliação lançados nas DCEs (p.67) são os mesmos usados para os conteúdos estruturantes: Descobrimo a filosofia, antropologia filosófica o conhecimento, ética, filosofia politica, filosofia da ciência e ética.

Na complexidade do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante: Descobrimo a filosofia, antropologia filosófica o conhecimento, ética, filosofia politica, filosofia da ciência e ética. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas, quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de ideias com carácter inusitado e criativo cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor. (DCEs p.67)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Orientações curriculares do Ensino Médio**. Brasília. MEC/SEB, 2006.

BRASÍLIA. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares do Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CORBISIER, R. **Introdução à filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, v.1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 288 p.
(Coleção

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular para o ensino de filosofia no 2.º grau**. Curitiba, 1994.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: patrística e escolástica**. São Paulo: Paulus, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIBEIRO, R.J. **Último vôo da andorinha solitária**. Estado de São Paulo, 06 mar. 2005.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução António Sérgio. Coimbra: Almedina, 2001.

SEVERINO, A J. In: GALLO; S., DANELON; M., CORNELLI, G., (Orgs.). **Ensino de filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

TEXTOS SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - Regional do Paraná). Curitiba, ano 2, número 3, 1981.

UNESCO. **Philosophie et Démocratie dans le Monde** – Une enquête de l'Unesco. Librairie Générale Française, 1995.

4.4.7 Disciplina de Física

APRESENTAÇÃO

A Física é uma ciência natural e fruto da construção criativa da coletividade humana e em processo de desenvolvimento, tendo como objeto de estudo o universo, em toda sua complexidade. Essa ciência não abrange somente os aspectos genuinamente naturais (raios, chuva, faces da lua) mas abarca o mundo tecno-natural, ou seja, tecnologicamente modificado.

O olhar sobre a natureza tem origem em tempos remotos, provavelmente na tentativa humana de resolver seus problemas de ordem prática e garantir sua subsistência. Os gregos, ao observarem o céu e suas variações, deram origem a mais antiga das ciências, a Astronomia e com ela o estudo dos movimentos. Árabes e chineses também analisaram e tentaram explicar essas variações, mas somente com o advento do racionalismo do Renascimento, a Física adquiriu o status de ciência.

Até então, era aceitável a concepção aristotélica de um cosmos ordenado, hierárquico e imutável, fundamentado nos quatro elementos formativos do Universo: terra, fogo, ar, água. Essa concepção foi corroborada pela Igreja Católica que preconizava um mundo sem mudanças, naturalmente imutável, com a Terra ocupando o lugar de destaque por abrigar a mais perfeita criação de Deus: o homem.

A Física tal qual a conhecemos hoje foi inaugurada por Galileu Galilei, no século XVI, com uma nova forma de conceber o universo, através da descrição matemática dos fenômenos físicos. Inauguram-se então as bases da ciência moderna, que, a partir de uma situação particular chega ao geral, tornando possível construir leis universais.

O conhecimento científico construído historicamente está longe de ser um acúmulo de informações, ele não é estático, está cheio de rupturas, contradições e hesitações. O trabalho científico consiste em criar modelos físicos, como meios de apreender diversos aspectos da realidade, são como substitutos do real percebido. Esses modelos ou teorias são resultados do uso disciplinado da imaginação e raciocínio. O importante nesse processo é convencer-se inicialmente e aos outros

posteriormente que a estrutura imaginada (o modelo físico) para explicar tal fenômeno faz sentido.

A Física busca mostrar aos alunos como é construído o conhecimento, a compreensão da natureza do conhecimento, as relações dos conteúdos estruturantes (Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo), de acordo com o cotidiano do aluno como agente facilitador da aprendizagem, numa perspectiva de transformar as concepções espontâneas em conhecimentos escolares, por isso a Física não deve ser imposta como algo pronto e acabado, mas sim mostrar ao aluno a importância de conhecer melhor as tecnologias, de forma a desenvolver um cidadão capaz de compreender e interagir com a realidade. Atualmente, vivemos num ambiente tecnologicamente modificado, portanto, urge a necessidade de uma alfabetização científica que incorpore os conhecimentos da ciência e da tecnologia, semelhantemente, com a necessidade de saber ler e escrever no início do século XX.

As diretrizes buscam construir um ensino de física centrado em conteúdos e metodologias capazes de levar os estudantes a uma reflexão sobre o mundo das ciências, sob a perspectiva de que esta não é somente fruto da racionalidade científica. Entende-se então, que a física, tanto quanto outras disciplinas, deve educar para cidadania, e isso se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento sobre o Universo de fenômenos e a não-neutralidade da produção desse conhecimento, mas seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, visando o crescimento do indivíduo, bem como sua autonomia, sua capacidade de aprender em diversas situações e não buscar a lembrança de um algoritmo.

O ponto de partida da prática pedagógica são os conteúdos estruturantes, ressalta-se a importância de um enfoque conceitual, histórico e filosófico, para além da simples memorização de equações ou repetição de um algoritmo, sob o pressuposto teórico de que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social. Além disso, o papel do professor de física deve ser de constante questionamento sobre a contribuição para o entendimento de mundo do aluno que o conteúdo ensinado pode oferecer.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos e as teorias que hoje compõem os campos de estudo da Física e servem de referência para a disciplina escolar. Esses conteúdos fundamentam a abordagem pedagógica dos conteúdos escolares de modo que o estudante compreenda o objeto de estudo e o papel dessa disciplina no Ensino Médio.

Nos fundamentos teórico-metodológicos apresentam-se três grandes sínteses que compunham o quadro conceitual de referência da Física no final do século XIX e início do século XX. Essas três sínteses ou conteúdos clássicos denominados conteúdos estruturantes são: Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo.

A proposta pedagógica curricular deve ser composta de conteúdos básicos, derivados dos três estruturantes de forma a garantir uma cultura científica o mais abrangente possível.

Movimento

É indispensável trabalhar as ideias de conservação de momentum e energia, em particular a Lei da Conservação de Energia desenvolvida nos estudos da Termodinâmica, no século XIX, é considerada uma das mais importantes da Física. Usar tal Princípio para o entendimento da Matriz Energética Brasileira, bem como, o conceito de energia renovável, impulsionando os alunos à conscientização de preservação do meio ambiente.

Os conceitos de momentum e impulso carregam as ideias fundamentais de espaço, tempo e matéria (massa), nesse contexto são fundamentais os conceitos de referenciais da mecânica clássica, relativa e quântica.

Ainda no contexto do estudo do Movimento é importante a abordagem da gravitação universal.

CONTEÚDO BÁSICO: Momentum e Inércia:

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Noções de Movimento e Repouso;
- Princípio da Inércia ou Primeira Lei de Newton;
- Quantidade de Movimento e conservação da quantidade de Movimento.

CONTEÚDO BÁSICO: Variação da quantidade de movimento = Impulso

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Relação entre massa e velocidade.

CONTEÚDO BÁSICO: 2º Lei de Newton

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Relação entre aceleração e força (diretamente proporcionais);
- Relação entre aceleração e massa (inversamente proporcionais);
- Definição de massa;
- Unidade de força.

CONTEÚDO BÁSICO: 3º Lei de Newton e condições de equilíbrio.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Situações cotidianas envolvendo pares de força ação-reação;
- Noções de equilíbrio estável e instável;

CONTEÚDO BÁSICO: Energia e o Princípio de Conservação.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Conservação da Energia Mecânica;

- Matriz Energética Brasileira;
- Fontes de Energia Renovável.

CONTEÚDO BÁSICO: Gravitação Universal

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- A transição do Geocentrismo para o Heliocentrismo;
- A consolidação do Heliocentrismo;
- Lei da Gravitação Universal;
- Leis de Kepler não trabalha.

Termodinâmica

No campo da Termodinâmica, os estudos podem ser desdobrados a partir das Leis da Termodinâmica, em que aparecem conceitos como temperatura, calor e as primeiras formulações da conservação de energia.

No trabalho pedagógico com a termodinâmica, recomenda-se a apresentação da teoria cinética, que aplica as leis da mecânica newtoniana, bem como uma abordagem qualitativa do teorema da energia.

CONTEÚDO BÁSICO: Leis da Termodinâmica

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- A natureza do calor;
- Diferenciação entre calor e temperatura;
- Lei Zero da termodinâmica;
- Relação entre Revolução Industrial e desenvolvimento da termodinâmica;

- Primeira lei da termodinâmica;
- As máquinas térmicas;
- Análise conceitual do rolamento de máquinas térmicas;
- Segunda lei da termodinâmica.

Eletromagnetismo

Estudar eletromagnetismo possibilita compreender carga elétrica e conduz a conceitos sobre campo elétrico e magnético. Também trata de conteúdos relacionados a circuitos elétricos e eletrônicos, responsáveis pela presença da eletricidade no cotidiano; trata também da natureza da luz. Tais abordagens, no ensino da física, contribuem para a compreensão dessa ciência em construção, e contribuirá para a formação de estudantes críticos.

CONTEÚDO BÁSICO: Carga, corrente elétrica, campo e onda eletromagnética

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Conceito de carga elétrica;
- Processos de eletrização;
- Força elétrica;
- Noções de Campo Elétrico e Magnético;
- Características de uma onda eletromagnética;
- Circuitos elétricos.

CONTEÚDO BÁSICO: Força eletromagnética

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Ímãs e Bússolas;

- Indução eletromagnética.

ENCAMINHAMENTO METODOLOGICO

É importante que o processo pedagógico, parta do conhecimento prévio dos estudantes, no qual incluem as concepções alternativas e espontâneas. O estudante desenvolve suas concepções espontâneas sobre os fenômenos físicos do dia-a-dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência e as traz para a escola quando inicia o processo de aprendizagem.

Como a maioria dos alunos do ensino de Física da Educação de Jovens e Adultos, é composta por pessoas com diferentes costumes, tradições, pré-conceitos e ideias que dependem de sua origem cultural e social esse ponto de partida deve ser considerado.

O professor deve mostrar ao estudante que o seu conhecimento não está pronto e acabado, mas que deve ser superado. Tem-se por objetivo que professor e estudantes compartilhem significados na busca da aprendizagem que ocorre quando novas informações interagem com o conhecimento prévio do sujeito e, simultaneamente adicionam, diferenciam, integram, modificam e enriquecem o saber já existente, inclusive com a possibilidade de substituí-lo; e as concepções dos estudantes e a História da evolução dos conceitos e ideias em Física como possíveis pontos de partida para problematizações.

O livro didático é uma importante ferramenta pedagógica a serviço do professor, assim como o computador, a televisão, a rede web, etc. O professor deve ser o pedagogo do livro e não o contrário, pois este deve ser parte integrante do processo educativo. “A importância da escola está na possibilidade de realizar a dupla face da pesquisa: apetrechar tecnicamente para fundar competência tecnológica e fazer pensar e se repensar na linha de transformação” (BARRETO, 2007, p.06).

O tratamento pedagógico dos conteúdos básicos terá uma abordagem pedagógica que considere o contexto histórico-social, discutindo a construção científica como um produto da cultura humana, sujeita ao contexto de cada época.

Para que o estudante tenha compreensão do conhecimento físico trabalhado na escola, é preciso indicar-lhe que as fórmulas matemáticas representam modelos simplificados da equação produzidas pela ciência.

O reconhecimento da Física como um campo teórico, considera prioritários os conceitos fundamentais que dão sustentação à teoria dos movimentos, portanto é fundamental o domínio das ideias, das leis, dos conceitos e definições presentes na teoria e sua linguagem científica.

A utilização de experimentação para formulação e discussão de conceitos e ideias.

Há algum tempo é considerado o uso de textos no ensino da física; o texto não deve ser visto como se todo o conteúdo do processo pedagógico estivesse presente nele, mas como instrumento de mediação entre aluno-aluno e aluno-professor, a fim de que surjam novas questões e discussões.

O uso da internet e do pen drive abre muitas perspectivas de trabalho docente para o ensino da Física. Com a presença de laboratórios de informática com acesso a internet, nas escolas, o estudante pode navegar na internet, o professor deve auxiliá-lo, mostrar os caminhos para selecionar uma informação considerada segura, podemos também em rede encontrar excelentes imagens para o ensino da Física. Com o computador podemos fazer animações, ou seja, representações dos movimentos que nos livros didáticos, são representados por figuras estáticas.

No que diz respeito às leis 10639/03 e 11645/08 “História e Cultura Afro e Indígena” e Lei 9795/99 “Meio Ambiente”, serão feitos estudos dos movimentos, através de filmes e documentários, e, estudo do efeito estufa, radiação e irradiação de calor, importância do sol e da chuva na vida terrestre, esses estudos serão feitos de forma orientada, através de pesquisas em livros, textos e na internet.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve levar em conta os pressupostos teóricos, ou seja, a apropriação dos conceitos, leis e teorias que compõem o quadro teórico da Física pelos estudantes. Considerando sua dimensão diagnóstica, a avaliação é um instrumento tanto para que o professor conheça seu aluno, antes que se inicie o trabalho com os conteúdos escolares, quanto para outras etapas do processo educativo, espera-se que o estudante perceba e compreenda as ideias e os conceitos físicos, bem como as ideias de campos externos da Física.

Segundo a LDB nº9394/96, reforça a avaliação como um instrumento auxiliar do processo pedagógico a ser usado pelos estabelecimentos de ensino e pelos docentes. Ou seja, trata-se de tomá-la como instrumento para intervir no processo de aprendizagem do estudante, tendo em vista o índice de qualidade desejado.

A avaliação oferece subsídios para que tanto o aluno quanto o professor acompanhem o processo de ensino-aprendizagem. Para o professor, a avaliação deve ser vista como um ato educativo essencial para a condução de um trabalho pedagógico inclusivo, no qual a aprendizagem seja um direito de todos e a escola pública o espaço onde a educação democrática deve acontecer.

Deve ter um caráter diversificado, levando em consideração todos os aspectos: a compreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto, emitindo uma opinião que leve em conta o conteúdo físico.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. S. de S. **A avaliação da educação básica entre dois modelos.**

BONJORNO, Regina, José Roberto e Valter; RAMOS, Clinton – **Física Completa E.M.**
– Ed.FTD – Volume Único.

GONÇALVES. TOSCANO e – **Física e Realidade** – Ed.Scipione – Volume 1,2 e 3.

OLVEIRA, M.P., **Física em contextos: pessoal, social e história: energia, calor, imagem e som.** São Paulo: FTD, 2010- (Coleção)

PARANÁ, Djalma Nunes – Física – Ed.Ática – **Volume Único.**

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação.
Diretrizes Curriculares de Física para o Ensino Médio. 2008 Paraná.

QUADROS, S.A **Termodinâmica e a Invenção das Máquinas Térmicas.** São Paulo;
Scipione, 1996.

ROCHA, J.F (Org). **Origens e Evolução das ideias da Física;** Salvador – EDUFRA,
2002.

4.4.8 Disciplina de Geografia

APRESENTAÇÃO

Nos últimos tempos, o ensino de Geografia sofreu muitas transformações. Em parte, esse processo de surgimento de novas abordagens geográficas, partiu de críticas ao ensino tradicional fundamentado na memorização de fatos e conceitos e na condução de um conhecimento enciclopedista, meramente descritivo e em grande parte sem relação com a realidade. No Brasil, estas críticas provenientes de segmentos da sociedade engajados na democratização do país, fundamentaram-se na necessidade de se estabelecer a dimensão de tempo na investigação do espaço geográfico, de forma a desvendar as origens e os processos de evolução dos diferentes fenômenos geográficos.

O conhecimento geográfico foi inserido no currículo escolar brasileiro no século XIX. Em 1837, a Geografia foi implantada como disciplina escolar obrigatória pela primeira vez no Brasil, fato que aconteceu no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. No Ensino Médio, o Colégio Pedro II, teve a sua estrutura curricular definida pelo artigo 3º do decreto de 02 de dezembro de 1837, que previa como em dos conteúdos contemplados, os chamados princípios de Geografia (DCE, 2008). O principal objetivo de instituir tal ciência era enfatizar a descrição do território, sua dimensão e suas belezas naturais. Nesse período, a Geografia era fundamentada no Positivismo, buscando explicações objetivas e quantitativas da realidade, imprimindo à Geografia Brasileira o mito de ciência asséptica, não politizada e da neutralidade do discurso científico. O lugar e a região eram vistos como dimensões objetivas resultantes das interações entre homem e natureza.

De acordo com Freitas, por volta do ano de 1900, a ciência se consolidou nas escolas de praticamente todo o território brasileiro, tendo como característica a disseminação da ideia de se conhecer os aspectos naturais regionais, com o intuito de despertar no estudante um sentimento de patriotismo.

Em 1905, foi lançado o livro *Compêndio de Geografia Elementar*, cujo autor foi Manuel Said Ali Ida. O principal foco do trabalho realizado por Manuel era a abordagem do Brasil de maneira regionalizada, com o objetivo de conhecer os aspectos regionais do país.

No entanto, é importante ressaltar que na Geografia Tradicional, o ensino da Geografia se traduziu pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, pela descrição e memorização, e o objetivo era ensinar uma Geografia “neutra”.

A década de trinta (1931-1940) marcaria o desenvolvimento do conhecimento geográfico. Nesse período, Delgado de Carvalho trava uma luta para modernizar a Geografia brasileira, introduzindo no país os princípios da Escola Clássica Francesa, lablachiana, o que o levou a publicar uma série de livros sobre o Brasil e a metodologia do ensino da Geografia.

Em 1934, a Geografia chega às instituições universitárias, sendo o curso implantado na Universidade de São Paulo (USP). O quadro de professores era formado por docentes de tendências tradicionais, influência da escola francesa.

As Ciências Humanas no Brasil foram renovadas com trabalhos de vários autores e a fundação da USP passou a formar gerações de sociólogos, historiadores, cientistas políticos, geógrafos etc.

Em 1937 deu-se origem no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), num período histórico em que o crescimento econômico passava cada vez mais a ter o Estado como agente regulador da acumulação de capital.

Nesse contexto, infere-se que a formação da Geografia brasileira, com caráter científico, se daria a partir de 1930 com a criação do IBGE e as primeiras faculdades de Filosofia Ciências e Letras. Delinearam-se então várias correntes, como aquela do IBGE, com tendências geopolíticas, sob a influência de Teixeira de Freitas, Everaldo Backheuser, e ligadas aos grupos militares, com Mário Travassos e Osório da Rocha Diniz (ANDRADE, 1989).

Uma segunda corrente se projetou a partir dos trabalhos de Delgado de Carvalho, brasileiro formado na França e que iniciou estudos do espaço brasileiro influenciado pelos métodos da Escola Geográfica Brasileira.

De acordo com Andrade (1989), também pode-se salientar nesse período, pensadores classificados como geógrafos, ora como sociólogos, ora economistas, que deram grande contribuição ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil. Entre eles podemos apontar Gilberto Freyre, que nos livros Nordeste e Continente e Ilha deu uma visão geográfica à problemática regional e nacional, desenvolvendo no primeiro um trabalho de ecologia geográfica, próxima aos estudos atuais sobre meio ambiente, e no segundo uma visão do problema da continentalidade e da posição geográfica do Brasil. Josué de Castro, médico nutricionista, fez estudos de grande conotação social e política nas obras, Geografia e Fome e Geopolítica da Fome, contribuindo para uma concepção humanista na Geografia. Caio Prado Júnior historiador de concepção marxista na sua obra Formação do Brasil Contemporâneo, apresenta a história econômica do Brasil no período colonial como fundamento na compreensão da economia brasileira do século XX.

Estas três vertentes consolidaram as ciências humanas e a geografia brasileira antes da revolução ocorrida na mesma, a partir dos anos 60, e que tumultuou os debates e as questões que preocupavam os geógrafos do país.

Ressalta-se que, o mundo pós-guerra, se tornou mais complexo: o capitalismo entrou na fase monopolista do grande capital, a urbanização se acelerou formando megalópoles, o espaço agrário sofreu modificações em decorrência da industrialização e da mecanização das atividades agrícolas. As realidades locais se articularam em escalas mundiais, ou seja, cada lugar ou região deixou de explicar-se por si mesmo. A descrição se tornou insuficiente como método, era necessário a análise das ideologias políticas, econômicas e sociais.

Nos anos 60, surge a Geografia denominada Crítica, que tem como foco as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção e apropriação dos lugares e territórios. É a Geografia das denúncias e das lutas sociais, de cunho

marxista, que pregava não ser apenas suficiente explicar o mundo e sim transformá-lo. Assim, surgem novas formas de interpretar o espaço, o território e a paisagem, centrada em explicações econômicas e de relações de trabalho.

Ainda segundo Freitas, “no final da década de 70, em 1978, o maior geógrafo brasileiro, Milton Santos, lançou uma obra intitulada Por uma Geografia Nova.” Tal trabalho despertou a importância da realização de estudos referentes às relações sociais e seus problemas. O autor também salienta que doze anos mais tarde, após a publicação de uma pesquisa em que ficou comprovado o baixo nível de conhecimento acerca da Geografia, foi aberto no Brasil, debates e discussões sobre as perspectivas da ciência para o século XXI, especialmente no processo de ensino aprendizagem.

O Ministério da Educação publica na década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais, propondo uma reestruturação curricular que valorize os conteúdos procedimentais e atitudinais no Ensino Fundamental, ligados ao fazer e ao ser, bem como o desenvolvimento das competências no Ensino Médio, compreendidas como capacidade de agir de modo eficaz numa situação específica, apoiado em conhecimentos, sem se limitar a eles (DCE, 2008, p. 48).

Dentre as mudanças relevantes ocasionadas pelos PCN's referenciamos a inserção de temas referentes às discussões ambientais e multiculturais.

É preciso lembrar, contudo, que as questões ambientais e culturais estiveram inseridas no temário geográfico desde a institucionalização da Geografia e foram abordadas de várias perspectivas teóricas, das descritivas às críticas. Dessa forma, apenas inseri-las no currículo como conteúdos de ensino, não garantem criticidade à disciplina. Assim, percebe-se que essa criticidade não aparece nos PCN's, na medida em que a abordagem socioambiental enfatiza o determinismo tecnológico e a sustentabilidade como formas de resolver os problemas causados pela racionalidade do modo de produção capitalista e a abordagem cultural destaca a ideia de tolerância e de convivência tranquila dos diferentes grupos sociais e culturais, mesmo que se apresentem desiguais.

Nos últimos tempos, surgiram abordagens geográficas que consideram as dimensões subjetivas, singulares do homem em sociedade, rompendo com o positivismo e com o marxismo ortodoxo.

Hoje, a Geografia está redefinida como ciência social. E nunca o espaço do homem foi tão importante para o desenvolvimento da História. Por isso, a Geografia é a ciência do presente, é inspirada na realidade contemporânea.

A Geografia tem por objetivo contribuir para uma leitura crítica das contradições e conflitos inerentes à investigação sobre a dimensão do espaço geográfico no âmbito natural, social, econômico e político. A disciplina de geografia enquanto ciência, auxilia o aluno a interpretar o mundo, tornando-o capaz de pensar o espaço e perceber-se como parte integrante dele.

Durante algum tempo, acreditou-se que o desenvolvimento científico e tecnológico seria suficiente para elevar as condições de vida de toda a humanidade a novos patamares de bem-estar. Essa crença foi destruída pelo panorama de um mundo em que as desigualdades, tanto entre as camadas de uma população, quanto entre países ou continentes, tornam-se mais profundas.

Por ser uma disciplina que estuda e desvela essas relações, a Geografia tem lugar privilegiado na construção, pelo aluno, do conhecimento do espaço historicamente produzido. E o estudo da Geografia será fator fundamental na formação de um aluno cidadão, na medida em que permitir a ele apropriar-se desse conhecimento e compreender criticamente sua realidade e suas possibilidades de agir na transformação de um mundo com relações mais justas e solidárias.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Considerando que o objeto da Geografia estudo/ensino seja o espaço geográfico, serão apontados os Conteúdos Estruturantes da Geografia para Educação Básica para o atual período histórico.

Os conteúdos estruturantes são conteúdos fundamentais que identificam a disciplina como campo de conhecimento historicamente constituído e socialmente validado. Dessa forma, são dimensões geográficas da realidade a partir das quais os conteúdos específicos devem ser abordados. Tais conteúdos devem considerar, na abordagem teórica metodológica, as relações sócias espaciais em todas as escalas demográficas analisadas em função das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcam o atual período histórico. (DCE, 2008, p.69).

A Dimensão Econômica do Espaço Geográfico

A apropriação do meio natural pela sociedade, por meio das relações sociais e de trabalho, tem causado uma intensa mudança na construção do espaço, fato esse, que vem sendo enfatizado de forma clara e objetiva no referido conteúdo estruturante.

De acordo com a DCE (2008), este conteúdo estruturante pode ser considerado uma importante forma de análise para entender como se constitui o espaço geográfico. Uma vez que, as relações Sociedade/Natureza são regidas pela produção de materialidade necessária para a existência humana, e pelas relações sociais e de trabalho que organizam essa produção.

Assim, deve-se possibilitar ao aluno a compreensão sócia histórica das relações de produção capitalista, para que ele reflita sobre as questões socioambientais, políticas, econômicas e culturais, materializadas no espaço geográfico (DCE, 2008, p. 70).

Dimensão Política do Espaço Geográfico

A abordagem desse conteúdo estruturante enfatiza os interesses relativos aos territórios e às relações de poder, que os envolvem. Dessa forma, o estudo desse conteúdo estruturante de permitir que o aluno compreenda o espaço onde vive a partir das relações estabelecidas entre os territórios institucionais e entre os territórios que a eles se sobrepõem como campos de forças sociais e políticas (DCE, 2008, p. 71).

Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico

Nesse conteúdo enfatiza-se que o ambiente não se refere somente a envolver questões naturais. Mas, ao compreendê-lo pelos aspectos sociais e econômicos, os problemas socioambientais passam a compor, também, as questões da pobreza, da fome, do preconceito, das diferenças culturais, materializadas no espaço geográfico. Assim, torna-se imprescindível entender tanto à gênese da dinâmica da natureza quanto às alterações nela causadas pelo homem, como efeito de participar na constituição da fisicidade do espaço geográfico (DCE, 2008, p. 73).

A Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico

A Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico possibilita a análise do Espaço Geográfico sob a ótica das relações culturais, bem como da constituição, distribuição e mobilidade demográfica, além de contribuir para a compreensão desse momento de intensa circulação de informações, mercadorias, dinheiro, pessoas e modos de vida. Assim, mais do que estudar particularidades, este conteúdo estruturante, preocupa-se com os estudos da constituição demográfica das diferentes sociedades, as migrações que inserem novas marcas nos territórios e produzem novas territorialidades, e com as relações político-econômicas que influenciam essa dinâmica (DCE, 2008, p. 75).

CONTEÚDOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a DCE (2008), nos anos finais do Ensino Fundamental, espera-se que o aluno amplie as noções espaciais que desenvolveu nos anos iniciais desse nível de ensino.

Para Gehlen (2009), as atuais Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, quanto à teoria e ensino de Geografia, esclarecem que a escola deve buscar enriquecer e sistematizar os saberes pra que os alunos analisem com criticidade o mundo que os cerca. Portanto, o professor trabalhará com os conhecimentos

necessários para o entendimento das inter-relações entre as dimensões econômica, cultural e demográfica, política e socioambiental presente no espaço geográfico. Assim o espaço geográfico deve ser compreendido como resultado da integração entre a dinâmica físico-natural e a dinâmica humano social, estudado a partir de diferentes níveis de escalas de análise (DCE, 2008, p.79).

O uso da linguagem cartográfica, também é de extrema importância, uma vez que a mesma deve ser trabalhada ao longo da Educação Básica, como instrumento efetivo de leitura e análise de espaços próximos e distantes, conhecidos e desconhecidos.

Os **CONTEÚDOS BÁSICOS** da disciplina de Geografia do **Ensino Fundamental** são:

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural, diversidade de gênero, os direitos humanos: o respeito ao idoso, o combate à violência na escola;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território;

brasileiro.

- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores estatísticos;
- Movimentos migratórios e suas motivações;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;
- A circulação de mão de obra, das mercadorias e das informações;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico.
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;
- A revolução técnica científica informacional e os novos arranjos no espaço da produção;
- O comércio mundial e as implicações socioespaciais;
- A formação, mobilidade de fronteiras, e a reconfiguração dos territórios;
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;

- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- As diversas regionalizações do espaço brasileiro;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- Movimentos migratórios e suas motivações.
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do

espaço geográfico;

- A circulação de mão de obra, das mercadorias e das informações;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A formação, a mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.
- O comércio em suas implicações socioespaciais;
- A circulação da mão de obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico;
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista.;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- Os movimentos migratórios e suas motivações;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.;
- Revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;

- O comércio mundial e as implicações socioespaciais;
- A formação, a mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações;
- A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

ENSINO MÉDIO

A partir do momento em que o aluno conclui o Ensino Fundamental, espera-se que tenha noções básicas sobre as relações socioespaciais nas diferentes escalas geográficas, o local, o regional, o nacional e o global, além de condições para aplicar seus conhecimentos na interpretação e crítica de espaços próximos e distantes, conhecidos empiricamente ou não.

No Ensino Médio, os conteúdos básicos estudados serão aprofundados e os estudos sobre o espaço geográfico global, assim como os estudos continentais e regionais, serão abordados a partir de recortes temáticos mais complexos.

Sendo assim, é ideal que os conteúdos sejam organizados numa sequência que problematize as relações Sociedade/Natureza e as relações Espaço/Temporais a partir do espaço geográfico mundial.

Os **CONTEÚDOS BÁSICOS** da disciplina de Geografia do **Ensino Médio** são:

- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;
- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- A Transformação demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- A mobilidade populacional e diversidade de gênero, os direitos humanos: o respeito ao idoso, o combate à violência na escola;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial;
- A formação e transformação das paisagens;
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização e do espaço geográfico;
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A circulação de mão de obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;

- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente;
- Os movimentos migratórios e suas motivações;
- O comércio e as implicações socioespaciais;
- As implicações socioespaciais do processo de mundialização.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- A formação e transformação das paisagens;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico;
- A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais;
- A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial;
- A circulação de mão de obra, do capital, das mercadorias e das informações;
- Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista;
- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente;

- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- Os movimentos migratórios e suas motivações;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- O comércio e as implicações socioespaciais;
- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- As implicações socioespaciais do processo de mundialização;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Geografia tornou-se uma ciência autônoma no século XIX. No pós-guerra, passou por uma crise entre os que a queriam como ciência da sociedade e os que tomavam como ciência dos lugares. Dessa crise, resultou a “Geografia Crítica” que substituiu a Geografia Descritiva e chegou à escola básica na década de 80, propondo o fim do ensino conteudístico, do saber neutro e da paisagem como espetáculo.

Atualmente, a Geografia está comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações, importante para um ensino que visa à conquista da cidadania brasileira.

A Geografia tem como principal objetivo, contribuir para o entendimento do mundo atual, da apropriação dos lugares modificados pelos homens, pois é através da organização do espaço, que dão sentido aos arranjos econômicos e aos valores sociais e culturais construídos historicamente.

Dessa forma, a metodologia de ensino deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Para isso, os conteúdos da Geografia devem ser

trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos dessa disciplina.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante um planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (CAVALCANTI, 1998). No ensino de Geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento empírico do aluno para relacioná-lo ao conhecimento científico no sentido de superar o senso comum.

Ao invés de simplesmente apresentar o conteúdo que será trabalhado, é importante que o professor, propõe uma situação problema, instigante e provocativa. Essa problematização inicial tem por objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento. Por isso, deve se constituir de questões que estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, de modo que se torne sujeito do seu processo de aprendizagem (VASCONCELOS, 1993).

Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo. Na perspectiva teórica, contextualizar o conteúdo é mais do que relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é de forma especial, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas.

Sempre que possível o professor deverá estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia. Nas relações interdisciplinares, as ferramentas teóricas próprias de cada disciplina escolar devem fundamentar a abordagem do conteúdo em estudo, de modo que o aluno perceba que o conhecimento sobre esse assunto ultrapassa os campos de estudo das diversas disciplinas, mas que cada uma delas tem um foco de análise próprio.

O professor deve, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos, usufruindo dos

meios de comunicação contemporâneos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

A considerar esses pressupostos metodológicos, o professor organiza o processo de ensino de modo que os alunos ampliem suas capacidades de análise do espaço geográfico e formem os conceitos dessa disciplina de maneira cada vez mais rica e complexa.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a disciplina de Geografia da Educação Básica inicia-se pela conceituação do espaço geográfico. Na verdade essa expressão é entendida como espaço produzido e apropriado pela sociedade. Segundo Santos (1996), o espaço geográfico é composto por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas) inter-relacionadas.

De acordo com Santos (1996, p.67-70), “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido”.

O ensino da Geografia, desta perspectiva teórica, ensina o aluno a ler e interpretar o espaço geográfico. Assim, a espacialização dos temas em estudo, bem como a explicação das localizações, é própria do olhar geográfico como:

- Onde?
- Por que aqui e não em outro lugar?
- Como é este lugar?
- Por que este lugar é assim?
- Conceito de sustentabilidade

A busca da compreensão das escolhas das localizações e das relações políticas, sociais, culturais e econômicas que as orientam nos remete à necessidade de pensar no referencial teórico que sustenta toda esta reflexão.

O quadro conceitual da referência para a disciplina de geografia é composto, atualmente, pelos conceitos de lugar, território, região, paisagem, espaço geográfico, natureza e sociedade.

Nos diferentes períodos históricos, o pensamento geográfico criou e recriou seu objeto de estudo e seu quadro teórico de referência vinculando seu discurso às realidades sociais, econômicas e políticas dos interesses hegemônicos ou contra hegemônicas.

A DCE (2008, p.61), prioriza o conceito de lugar, desenvolvido pela vertente crítica da Geografia, porque por um lado é o espaço onde o particular, o histórico, o cultural e a identidade permanecem presentes, revelando especificidades, subjetividades e racionalidades. No entanto, por outro lado é um local que as empresas negociam seus interesses, além de definir onde querem instalar ou de onde vão se retirar, o que afeta a organização socioespacial dos lugares envolvidos pela sua presença/ ausência.

A paisagem geográfica é uma unidade visível do real e que incorpora todos os fatores resultantes da construção natural e social. A paisagem acumula tempos e deve ser considerada como “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 1988, p.61), ou seja, corresponde à manifestação de uma realidade concreta, tornando-se elemento fundamental no reconhecimento do espaço geográfico. Sendo assim, a paisagem nunca pode ser destruída, pois está sempre se modificando.

Na Geografia, o território ganhou contornos geopolíticos ao configurar-se como espaço físico no qual o Estado se concretiza. No entanto, ao se compreender o Estado nacional como a nação politicamente organizada, estruturada sobre uma base física,

não é possível considerar-se apenas sua função política, mas também o espaço construído pela sociedade, e, portanto, a sua extensão apropriada e usada. Ao se compreender o que é território, deve-se levar em conta toda a diversidade e complexidade das relações sociais, de convivência e diferenças culturais que se estabelecem em um mesmo espaço. Assim o conteúdo político do território é expresso em diferentes escalas além do Estado-nação, como no interior das cidades onde territorialidades diferentes manifestam distintas formas de poder.

Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e ao mesmo do espaço local. São espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social na globalização. É importante que o professor ao trabalhar o conceito de região proporcione a compreensão do fenômeno regional num processo histórico e social responsável por diferenças entre as áreas, em diferentes escalas, de maneira que os alunos compreendam a regionalização como um recorte de uma totalidade social (DCE, 2008).

Natureza, o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Espera-se que ao trabalhar com esse conceito o professor explicita todos os aspectos que envolvem as relações Sociedade-Natureza, de maneira que supere possíveis abordagens parciais do conceito de natureza, contemple a análise de suas dinâmicas próprias e enfatize o uso político e econômico que as sociedades fazem dos aspectos naturais do espaço (DCE, 2008).

De acordo com a DCE (2008), a sociedade é compreendida a partir de seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos e nas relações que ela estabelece com a natureza para produção do espaço geográfico, bem como no estudo de sua distribuição espacial. É fundamental que no ensino de Geografia, o conceito de Sociedade continue associado aos estudos demográficos e as estatísticas de diferentes tipos, como as econômicas, importantes para as discussões políticas sobre planejamento ambiental, rural, industrial e urbano, uma vez que tais estudos permitam que sejam evidenciadas as contradições existentes em uma sociedade (DCE, 2008, p. 68).

É importante salientar que em todo o trabalho pedagógico o professor de Geografia deverá abordar a cultura afro brasileira, Lei nº. 10.639/03, indígena Lei nº. 11.645/08, Educação Ambiental Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Geografia do Paraná. Tais temáticas deverão ser trabalhadas de forma contextualizada, estando sempre relacionadas aos conteúdos da disciplina de Geografia.

Assim, o ensino da Geografia na Educação Básica, deve levar os alunos a compreender e interagir com as demais disciplinas fornecendo ao aluno uma visão crítica e construtiva do seu espaço no âmbito físico social, político e econômico, passando a fazer parte do processo de transformação do espaço local, regional e global.

AVALIAÇÃO

Considerando-se que a avaliação é um processo, e assim sendo o tempo todo, a intervenção pedagógica é mais um instrumento de aprendizagem. Ao se identificar as dificuldades, caberá ao professor buscar alternativas de ensino para se concretizar a internalização do conhecimento.

A qualidade da aprendizagem se manifestará na participação ativa do aluno durante o processo de ensino, quando ele confronta o conhecimento empírico com o conhecimento científico e o reconstrói. O método pedagógico dialético, desperta o senso crítico e a atuação na sociedade, aceitando, rejeitando ou transformando a realidade.

Nesse contexto, a avaliação é considerada como processo sistemático de acompanhamento da evolução cognitiva, social e afetiva dos alunos. Portanto, o ensino de geografia permite que os alunos compreendam que o espaço geográfico está sempre em transformação. Isso porque o trabalho social é o elo entre o homem e o meio.

Dessa forma, a avaliação ocorrerá de acordo com o processo de aprendizagem dos alunos através da leitura, análise e interpretação de textos e documentos,

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

aplicação de testes objetivos, pesquisas e produção de textos, abordando temas contemporâneos e correlacionados a disciplina.

REFERENCIAS

ANDRADE, Manuel C. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas: Papyrus, 1989.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

FREITAS, Eduardo. **O ensino da Geografia no Brasil ao longo da História**. Disponível em: <<http://www.educador.brasilecola.com/orientacoes/o-ensino-geografia-no-brasil-ao-longo-historia.htm>>. Acesso em: 19 set. 2010.

GEHLEN, A.T. **O uso de sistemas de informações geográficas (SIG) no ensino de Geografia: estudo de caso com Atlas Eletrônico no Ensino Médio**. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/23738.pdf?.... Acesso em: 20 set. 2010.

PARANÁ. SEED. **Diretrizes Curriculares do Paraná**. 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TEIXEIRA, M.A.T. **Caminhar e Transformar – Geografia: Anos Finais do Ensino Fundamental: Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: FTD, 2013

VASCONCELOS, C, DOS S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad – Centro de Formação e Assessoria pedagógica, 1993.

SANTOS, J.M.A. & BELINE, S. **Coleção Tempo de Aprender Geografia**, EJA

4.4.9 Disciplina de História

APRESENTAÇÃO

O ensino de História pode ser analisado sob duas perspectivas: aquela que legitima o interesse do Estado e dos grupos sociais em evidência e outra, que privilegia as contradições presentes na sociedade.

História com disciplina remonta o século XIX, fundamentada na filosofia positivista que a via como forma de justificar o modelo de nação brasileira nascente após a independência. Nessa perspectiva, a disciplina, caracterizada pela linearidade dos fatos, se restringia aos documentos oficiais como fonte da verdade, prevalecendo sempre a ideia de que a História se faz com heróis, de preferência oriundos da aristocracia que dirigia os destinos da jovem nação. Claro que, nessa tendência conservadora eram excluídos do processo histórico, as pessoas comuns, mero expectadores das grandes transformações do país. Ou seja, a disciplina tinha por objetivo justificar o modelo de nação brasileira como uma extensão da História da Europa Ocidental.

Esse modelo conservador foi mantido até 1930, relegando um papel cada vez menor à ciência histórica, chegando, inclusive eliminá-la do currículo e vinculando o ensino de História do Brasil à História Universal. Durante o Estado Novo, a disciplina recuperou o seu papel na grade curricular, mas sem a devida importância que ela merece, passando a reforçar o caráter moral e cívico dos conteúdos sempre legitimando o Estado e suas elites, agora dentro de um contexto nacionalista e autoritário.

Apesar das discussões provocadas pela pedagogia da Escola Nova em torno da organização do currículo das escolas, o ensino de História não mudou o seu aspecto de “História Oficial”, mantendo-se como a disciplina que legitimava o caráter conservador da sociedade brasileira.

Com o golpe político de 1964, a disciplina de História, além de manter o povo como mero expectador, desvinculando homens e mulheres como sujeitos históricos, a

ditadura que se instalou utilizou-se de instrumentos de repressão para a manutenção da ordem e da História para exaltar os grandes feitos dos heróis, definidos assim, exemplos a serem seguidos e jamais contestados. Nessa sociedade hierarquizada e nacionalista, a educação não tinha espaço algum para a análise crítica de fatos do passado e tampouco de interpretação da realidade presente, buscavam apenas indivíduos que não se manifestassem contra a forma de governo estabelecida.

O Estado autoritário realizou uma ampla reforma na educação, para conseguir manter o controle e seus interesses político-ideológicos, inspirado na organização da educação dos Estados Unidos da América – Lei 5692/71 – centrando a educação na formação tecnicista, voltada para o mercado de trabalho monopolizado pelas multinacionais que controlavam a economia do país. Em consequência, ao ensino da área de humanas foi relegada a tarefa de ajustar o jovem ao cumprimento de suas tarefas cívicas. A prática valorizava os conteúdos selecionados nos livros e manuais didáticos pautados pela transmissão de saberes, retirando qualquer instrumental capaz de produzir um ser político e crítico. A História continuava a ser tratada de forma linear, cronológica e abstrata, valorizando a memorização do aluno e a autoridade do professor, distanciando cada vez mais das Instituições de nível superior, envolvidas nos referenciais teóricos da ciência histórica.

Por pressões da academia e dos intelectuais, na década de 1980 e início de 1990, a disciplina de História recuperou a sua condição de disciplina do currículo, com a produção de material didático específico e diferenciado, incorporando nova historiografia e aproximando a sala de aula da pesquisa universitária.

Nesse processo de discussão, o Paraná produziu um documento – Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, fundamentado na pedagogia histórico-crítica, que renovou as discussões sobre a prática pedagógica e especificamente colocou em pauta o Materialismo Histórico, a História Social e elementos da Nova História para a área da Ciência Histórica. O documento discute de forma crítica a organização do conhecimento histórico fundamentado no Positivismo, apresentando novas metodologias rompendo com pressupostos teóricos cronológicos, eurocêntrico e factual pautado da memorização.

A nova proposta é obstaculizada pela falta de especificidade do conhecimento histórico dos professores da rede, pela falta de formação continuada que prepararia os professores para as novas metodologias. Por isso, o professor se viu obrigado a utilizar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os livros didáticos para ministrarem suas aulas.

No final da década de 1990 chega às escolas os Parâmetros Curriculares Nacionais priorizando competências e habilidades do sujeito para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo e tecnológico. A área de ciências humanas perdeu espaço na grade curricular com diminuição de sua carga horária e importância para a formação técnica.

A partir do ano de 2002, discussões envolvendo professores da rede estadual foram elaboradas novas Diretrizes Curriculares para o ensino de História dentro de uma perspectiva de inclusão social e de atendimento de novas demandas dos movimentos sociais, estruturada em conteúdos que aproximam e organizam os campos do conhecimento: Trabalho, Cultura e Poder, permeados pelo tempo e espaço; tornando-se os conteúdos estruturantes e as referências para o ensino de História por facilitar a organização dos campos da História e seus objetivos, sustentando a investigação histórica com uma visão não linear e temática.

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos estruturantes articulam os conhecimentos mais amplos que identificam e organizam os campos de estudos da disciplina. Na área de História os conteúdos estruturantes estão relacionados aos fatos do passado que se constituem em fundamentos para a construção do pensamento histórico. Desses conteúdos, derivam os conteúdos básicos para delinear o trabalho pedagógico que necessariamente devem ser articulados entre si. Os conteúdos que articulam o processo de ensino aprendizagem são: Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais.

Relações de Trabalho

É pelo trabalho que os homens travam relações entre si e com a natureza, constituindo a base da organização social. Ao focar o trabalho, o trabalho pedagógico leva em consideração a história da classe trabalhadora a partir das experiências e valores dos sujeitos na construção de sua identidade como tal. Para analisar tal processo, cabe ao historiador ou professor analisar as fontes dentro da perspectiva da classe trabalhadora levando o aluno a perceber as diferentes visões do passado e dos documentos oficiais.

Este trabalho pedagógico permite ao aluno construir um novo olhar sobre o tema, percebendo que elementos tão caros ao marxismo podem ser explorados de modo a elucidar as contradições, impasses e transformações envolvendo as classes sociais e suas lutas de afirmação como tal.

Relações de poder

O poder deixa de ser um objeto por si mesmo, passando a ser identificado pelas relações que se cria entre aqueles que exercem o poder e aqueles que se submetem a ele, permeadas pela ideologia como categoria do discurso histórico.

Dentro desta perspectiva, as relações de poder podem ser identificadas nas escolas, na família, nas instituições religiosas, políticas e econômicas, permitindo ao aluno compreender que tais relações estão presentes no seu cotidiano e reflete no seu futuro.

Relações Culturais

Cultura é o conjunto de significados que os homens criam para compreender o mundo que vivem. A cultura é entendida como uma base comum aos seres humanos, pois, tanto a classe dos dominados, quanto a dos dominantes partilham de um mesmo processo histórico, mas guardam especificidades quando a apropriação dos benefícios que o sistema econômico produz.

Para que alunos e professores compreendam o processo de apropriação, representação do mundo deve-se ampliar as fontes históricas que permitam buscar evidências para construir olhares alternativos sobre a história.

CONTEÚDOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

No âmbito da proposta dos conteúdos estruturantes propostos pelas DCEs, os conteúdos básicos para o Ensino Fundamental pressupõe entender a História do Brasil e as histórias locais relacionadas e articuladas à história mundial, permitindo, especialmente atender a determinação da Lei 13.381/01 que torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública do Paraná, o trabalho com os conteúdos de história do Paraná.

Essa proposta de abordagem dos conteúdos permite a reconstrução de identidades locais e regionais e estimula, no aluno, o sentimento de pertencimento à comunidade/região que vive.

Os conteúdos Básico e Específico do Ensino Fundamental são:

CONTEÚDO BÁSICO: A experiência humana no tempo

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- A formação da identidade;
- Processo Histórico;
- Divisões da Pré-História.

CONTEÚDO BÁSICO: Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Fontes históricas;

- Origem dos seres humanos

CONTEÚDO BÁSICO: As culturas locais e a cultura comum

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- Primeiros habitantes da América;
- Direitos e cidadania;
- Período Republicano no Brasil;
- Estado Novo e Ditadura.

CONTEÚDO BÁSICO: As relações de propriedade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- Revolução Agrícola;
- A relação entre a propriedade da terra e o poder.

CONTEÚDO BÁSICO: A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- A Pré-história na ocupação humana do Brasil;
- A exploração colonial do Brasil.

CONTEÚDO BÁSICO As relações entre o campo e a cidade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- O poder do Estado;
- O surgimento da burguesia;

- O conceito de capitalismo.

CONTEÚDO BÁSICO: Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- A proclamação da República Federativa do Brasil;
- Retrato do Brasil atual.

CONTEÚDO BÁSICO: História das relações da humanidade com o trabalho

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- Trabalho e Sujeitos;
- A Era Industrial;
- O capitalismo;
- O socialismo.

CONTEÚDO BÁSICO: O trabalho e a vida em sociedade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- A escravidão Africana;
- O tráfico de africanos escravizados;
- Lutas e resistências.

CONTEÚDO BÁSICO: O trabalho e as contradições da modernidade

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- Migração e imigração;

- Imigrantes no Brasil, migrantes do Brasil;
- Imigração europeia: primeiras experiências.

CONTEÚDO BÁSICO: Os trabalhadores e as conquistas de direito

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- A formação da classe operária brasileira;
- Indústrias ontem e hoje;
- Trabalhadores em luta.

CONTEÚDO BÁSICO: A constituição das instituições sociais

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- O sentido da política;
- Ser cidadão;
- Panorama da trajetória política no Brasil.

CONTEÚDO BÁSICO: Sujeitos, guerras e revoluções.

CONTEÚDOS ESPECIFICOS:

- Contestações e revoltas;
- República de contrastes;
- Revoltas no Brasil;
- A luta por direitos;
- Cidadania e direitos humanos no Brasil;
- As conquistas do movimento negro no Brasil;

- A luta contra opressão e a discriminação.

CONTEÚDO BÁSICO: A formação do Estado

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- O Estado sua estrutura e políticas públicas ;
- Nazifascismo;
- Governos autoritários no Brasil.

ENSINO MÉDIO

Os conteúdos básicos para o Ensino Médio devem problematizar as situações envolvendo as relações de trabalho, de poder e cultura para que o aluno seja capaz de interpretar, questionar e por fim narrar o objeto de estudo proposto.

Para concretizar tal proposta, cabe ao professor utilizar de variadas fontes, como imagens de jornais, fotografia, histórias em quadrinhos, pinturas, filmes, músicas e tudo o que pode identificar o passado e os grupos humanos auxiliando a construção de conceitos sobre o passado e questionar aqueles já construídos.

São conteúdos básicos e específicos para o Ensino Médio:

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Trabalho escravo, servil, assalariado e o trabalho livre;
- Urbanização e industrialização.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Os conteúdos abaixo relacionados, referem-se aos dois conteúdos básicos supra citados:

- A ciência História e as diferentes unidades e temporalidades;
- A Pré-História e os Períodos Paleolítico e Neolítico;

- Os povos da América e os indígenas ou primitivos habitantes do Brasil;
- A Época Medieval na Europa: modo de produção feudal;
- A conquista e a colonização portuguesa: sociedade colonial brasileira;
- Indígenas ou primitivos habitantes do Paraná, ocupação, caminhos, povoamento, tropeirismo e as primeiras vilas paranaenses.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- O Estado e as relações de poder;
- Cultura e religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Os conteúdos abaixo relacionados, referem-se aos dois conteúdos básicos supra citados:

- O Nascimento da Europa Moderna;
- A Europa Moderna: Estados Absolutistas;
- O Iluminismo;
- A América colonial inglesa, a independência das Treze Colônias e a Revolução Americana;
- Revolução Francesa e o Império Napoleônico;
- Revolução Industrial;
- As Independências na América;
- Brasil Colônia e Independência;
- Período Imperial no Brasil: Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Os sujeitos, as revoltas e as guerras
- Movimentos Sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Os conteúdos abaixo relacionados, referem-se aos dois conteúdos básicos supra citados:

- Proclamação da República do Brasil e o poder das oligarquias na Primeira República;
- Período Getulista no Brasil;
- O Brasil durante o Regime Militar;
- Paraná na Atualidade;
- Revolução Russa;
- As duas Grandes Guerras;
- Guerra Fria;
- Revolução Chinesa.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A História tem por objeto o estudo dos processos históricos relativos às ações e às relações travadas pelos homens no tempo dentro de um determinado espaço como também buscar refletir sobre o significado atribuído pelos sujeitos no processo.

O professor deve encaminhar suas aulas de modo que o conhecimento seja significativo para o aluno. Jorn Ruzen propõe alguns elementos que devem ser observados pelo professor na constituição do pensamento histórico, quais sejam: as relações entre passado/presente na busca de respostas para problemas do seu cotidiano com o intuito de que o aluno perceba que através de acontecimentos

passados ele consegue encontrar respostas para questões do presente; as relações passado/presente são permeadas pelo professor utilizando as teorias que definem os critérios dessa relação; os métodos e técnicas de investigação do historiador produzem fundamentações relativas às pesquisas; a prática social está inserida dentro de um contexto determinado; as práticas sociais se expressam sob a forma de narrativas históricas.

Considerando que a finalidade do ensino de História é a formação pelos alunos, de um pensamento histórico, cabe ao professor, apresentar as concepções contextualizadas e definidas como momentos em que os sujeitos históricos produziram propostas e soluções para os problemas colocados no presente.

Como as interpretações da realidade e do fato histórico mudam de acordo com a concepção aplicada à análise, é preciso que o professor tenha claro que a provisoriade do conhecimento não o despreza, ao contrário, permite que as concepções dialoguem entre si, contribuindo para o entendimento do processo histórico.

Nesse sentido não se pode negar contribuição do racionalismo crítico das fontes e a sistematização em uma narrativa histórica objetiva do Positivismo e tampouco perceber a linearidade desta concepção que excluía do processo a análise das múltiplas temporalidades produzidas pelos sujeitos. A contribuição da Nova História a partir da década de 1960 introduziu métodos de decifrar as formas de organização, de pensamento e comportamento dos sujeitos em determinadas épocas e locais. Ao se utilizar a noção das mentalidades o fato passa a ser analisado dentro de uma temporalidade de longa duração, permitindo a análise de grandes estruturas sociais, econômicas e culturais e as relações estabelecidas entre elas, construindo grandes contextos tornando possível a compreensão das transformações.

A partir de 1980, dentro do processo crítico da Escola de Annales, surge uma nova metodologia que valoriza a diversificação de fontes na compreensão do passado, o distinguido do presente. O método é a micro história, a história do cotidiano e antropologia histórica, desvinculando o passado do tempo presente, encarando o

passado como um tempo vivido possibilita a análise do fato dentro de todos os seus aspectos, mantendo o rigor científico.

Se a História Cultural privilegia a micro história e a circularidade cultural, a contribuição da Nova Esquerda Inglesa introduz a retoma conceitos marxistas, ou seja, a História entendida como experiência do passado de homens e mulheres com a produção e a sobrevivência. A macro história se torna um método para elucidar as transformações que se processam no âmbito da micro história.

O desafio que se coloca para o ensino de História está relacionado a questões do como ensinar, o que ensinar de modo a proporcionar ao aluno a capacidade de interpretar a história e mais, de construir suas próprias narrativas históricas. Se o aluno chegar ao ponto de interpretar e narrar a história, logicamente ele atingirá o nível da consciência, condição da sua própria existência e nas relações que se trava com a natureza e com o outro, colocando-se na posição de aceitação do que é diverso e plural. Para que ele atinja o nível da consciência histórica, as relações devem ser dialéticas, ou seja, a apreensão dos conceitos, a capacidade negá-los e de produzir um novo conceito se espelhando nos sujeitos do passado.

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, deve-se levar em consideração o fato de que os seus alunos possuem uma experiência de vida, pressuposto fundamental para que seja trabalhada a diversidade dos perfis sociais e logicamente a aceitação das diferenças. O ensino de História na EJA deve ser dinâmico para que o aluno perceba que o passado não está sepultado, mas constantemente interpretado e analisado à luz de novas metodologias e concepções. O rico diálogo entre o passado e presente deve ser sempre acompanhado do rigor científico. Por fim é preciso reconhecer que os sujeitos da EJA são produtores de signos e utopias, capazes de transformar a natureza e reescrever a sua própria história, onde o seu papel adquire relevância na medida em que ele transforma a sua vida e a realidade onde atua.

Nessa perspectiva, exige-se uma abordagem problematizadora dos conteúdos onde educadores e alunos possam dialogar propiciando condições de pensar,

argumentar e fundamentar suas opiniões através de conteúdos socialmente significativos relacionados ao contexto político e social, reconhecendo a pluralidade étnica e cultural onde esses sujeitos estão inseridos.

Dentro desse contexto, busca-se contemplar as demandas através do cumprimento da Lei nº 13.381/01 que torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio, os conteúdos de História do Paraná, o cumprimento da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira; o cumprimento da Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil.

O trabalho será realizado a fim de oportunizar a formação do conhecimento histórico, para isso serão utilizados diferentes recursos didáticos, tais como: TV pen-drive, filmes, fotos e imagens, projetor multimídia, além de outros auxiliem a compreensão do conhecimento de acordo com a especificidade do conteúdo a ser trabalhado.

Durante as aulas utilizar-se-á o trabalho com vestígios e fontes históricas diversas, por proporcionar um desenvolvimento da autonomia intelectual, gerando análises críticas fundamentadas na historiografia, buscando sempre levar o aluno a pensar também em suas práticas, relações e multiplicidade de leituras e interpretações históricas. Através da problematização do conteúdo, o professor instiga o aluno a reconhecer que existe diálogo entre o presente e o passado, e o faz analisar narrativas históricas produzidas pelos sujeitos com a finalidade de formar um aluno crítico e com conhecimento histórico.

AVALIAÇÃO

Ao se propor reflexão sobre a avaliação no ensino de história objetiva-se favorecer a busca da coerência entre a concepção de História defendida e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação deverá ser diagnóstica, formativa e somativa que permitirá ao professor identificar o desenvolvimento de aprendizagem durante o processo pedagógico com o objetivo de

retomar os objetivos definidos no início do processo e por fim permitirá ao professor ter uma mostra do resultado de todo o processo.

A avaliação deve estar a serviço do processo e aprendizagem, nunca como elemento externo a ela. Por isso, há a necessidade de dar continuidade ao processo através do diálogo sobre questões relativas aos critérios e à função da avaliação, seja na modalidade individual ou coletiva.

Assim, a avaliação poderá ser um fenômeno compartilhado, contínuo, processual e diversificado, propiciando uma análise crítica das práticas podendo reorganizar ou retomar o conteúdo pelos professores e alunos. As atividades que estimulam os alunos a construir narrativas e formar o pensamento histórico podem ser: atividades que possibilitem a apreensão das ideias e conceitos históricos; atividades que permitam desenvolver a capacidade de síntese e redação; atividades que revelem se o aluno se apropriou e internalizou da capacidade de leitura e interpretação de documentos com linguagens diversificadas como o cinema, fotografia, música, televisão, documentos.

REFERÊNCIA

CABRINI, C. et. al. **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BITTENCOURT, C. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998

MARTINS, A.P. E TEIXEIRA, k. **Caminhar e Transformar**. São Paulo: FTD, 2013.

PELLEGRINE, M., DIAS. A.M. e GRINBERG, K., **Novo Olhar (Coleção – Vol 1, 2 e 3)**, São Paulo: FTD, 2010.

PARANÁ. SEED. **Diretrizes Curriculares de História para Educação Básica do Paraná**. 2008

SILVA, T. N. M. B.; RABELO, H. de J. **O ensino de História**. Niterói: Eduff, 1992

SILVA, M. A. da (org) **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

4.4.10 Disciplina de Língua Estrangeira Moderna: Inglês e Espanhol

APRESENTAÇÃO

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América.

A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados eram não-religiosos. O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937), o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições. Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela

dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB nº 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2º grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. O Estudo de língua Estrangeira abrange, não só ensinar e aprender línguas, mas também ensinar e aprender percepções do mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades e permitir que se reconheçam no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

A Língua Estrangeira Moderna - LEM - é um espaço em que se pode ampliar o contato com outras formas de perceber, conhecer e entender a realidade, tendo em vista que a percepção do mundo está também, intimamente ligada às línguas que se conhece. Se ela apresenta também como um espaço de construções discursivas contextualizadas com LEM parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as

LEM são também possibilidade de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e construir significados (SEED, 2005).

As aulas de Língua Estrangeiras se configuram como espaço de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia a dia. (SEED 2008). Aprender uma Língua Estrangeira não é só o conhecimento da mesma, mas são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e construir significados. É um instrumento de inclusão social a partir do momento em que oportuniza o acesso a outras comunidades e conhecimentos, permitindo o alargamento de horizontes e a expansão das capacidades interpretativas e cognitivas dos alunos. Através da LEM se reconhece a diversidade cultural e torna possível oportunizar o aluno a vivenciar criticamente a cultura do outro ao mesmo tempo em que valoriza a própria (PPC. EJA- 2006).

A LDB 9394/96, estabelece o caráter compulsório de uma língua estrangeira a partir da 6ª ano do Ensino fundamental, facultando ao Ensino Médio a possibilidade da inclusão de uma segunda Língua Estrangeira.

Segundo GIMENEZ (2005), A língua se constitui como espaço de comunicação intercultural, exercendo “o papel de mediadora das relações entre pessoas de diferentes línguas maternas.” tendo em vista que existem, aproximadamente, mais de 300 milhões de falantes nativos e mais de 1 bilhão de usuários no mundo todo, sendo a língua principal em livros, jornais aeroportos e controle de tráfego aéreo, negócios, internacionais e conferências acadêmicas, ciência, tecnologia, medicina , diplomacia, esportes, competições internacionais, música pop e propaganda.

Partindo desse pressuposto, a LEM é instrumento para que o aluno seja capaz de construir e não somente consumir o conhecimento oferecido por outros, propiciando “reflexões sobre a relação entre língua e sociedade e, conseqüentemente, sobre as motivações subjacentes às escolhas linguísticas em situações de comunicação (oral e escrita)” (PARANÁ, 2005). Ao serem exposto às diversas manifestações da língua na sociedade, os alunos podem entender as implicações político- ideológicas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

O conteúdo estruturante está relacionado com o momento histórico social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, definiu-se de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, o **Discurso como prática social**, como conteúdo estruturante da LEM- Língua Estrangeira Moderna.

A língua (inglesa/espanhola) será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso.

CONTEÚDOS BÁSICOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como o conteúdo básico, os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.

Gêneros Discursivos e seus Elementos:

- Apresentação pessoal;
- Histórias em quadrinhos;
- Entrevista;
- Biografia;
- Artigo de revista;
- Capa de revista;
- Crítica literária;
- Extrato de romance;
- Artigo informativo;
- Mapas;

- Gráficos;
- Trechos de filmes;
- Receitas;
- Cartazes;
- Música.

Leitura

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Marcas linguísticas particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão negrito);
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica ;
- Ortografia
- Vozes sociais presentes no texto;
- Discurso direto indireto;

- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto.

Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Intertextualidade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas particularidades da língua, pontuações, recursos gráficos (como aspas, travessão negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuações gráficas;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Discurso direto e indireto;

- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto.

Oralidade

- Elementos extralinguísticos, entonação pausas gestos etc.;
- Adequação de discurso ao gênero;
- Turno de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas coesões, coerência gírias repetição;
- Pronúncia;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Diferenças e semelhanças entre discurso oral e escrito;
- Adequação da fala ao contexto.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Os conteúdos específicos abordados no Ensino Fundamental e Ensino Médio deverão ser aprofundados de acordo com as especificidades deste nível de ensino. Caberá ao professor a análise das turmas a serem trabalhadas e a seleção dos conteúdos durante a elaboração de seu Plano de Trabalho Docente.

CONTEÚDO ESPECÍFICO: Gramática:

- Pronomes Pessoais;
- Verbo “To be” no Presente Simples;
- Verbo “there to be” no Presente Simples;
- Adjetivos Possessivos;

- Caso Genitivo;
- Presente Progressivo no Presente Simples;
- Presente Simples;
- Pronomes Interrogativos;
- Verbos no Imperativo;
- Passado Simples;
- Artigo definido e indefinido;
- Substantivos contáveis e incontáveis;
- Plural dos substantivos;
- Passado Progressivo;
- “Phrasal Verbs”;
- Adjetivos;
- Superlativo;
- Comparativo;
- Futuro com “will”;
- Futuro com “going to”;
- Preposições.

CONTEÚDO ESPECÍFICO: Vocabulário

- Estrangeirismos;
- Cognatos;

- Cumprimentos;
- Nacionalidades;
- Membros da família;
- Verbos;
- Rotina;
- Falsos Cognatos;
- Dias da semana;
- Meses do ano;
- Números ordinais e cardinais;
- Ocupações;
- Móveis e equipamentos da casa;
- Comida e bebida;
- Adjetivos e advérbios.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

As aulas de Língua Estrangeira Moderna se configuram com espaço de interações entre professores e alunos e pelas representações e visão de mundo que se revela no dia a dia.

Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais, políticas e econômicas da nova ordem mundial e suas implicações para que possam desenvolver uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Baseada no suporte aos alunos sobre a cultura de outros povos e conseqüentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio

de que o desenvolvimento do aluno deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. “No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as diretrizes,” a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural, e assim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, conseqüentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Desta forma, o objetivo do ensino de Língua Estrangeira Moderna deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser caminho para que o aluno:

- Use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relação entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel da Língua Estrangeira Moderna na sociedade;
- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica deve ser referencial teórico que alicerça o trabalho pedagógico com língua estrangeira com o objetivo de levar o aluno a “apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para transformação da realidade”.

Tendo em vista que a Língua Estrangeira Moderna tem como conteúdo estruturante o discurso enquanto prática social, o professor da EJA deverá embasar as práticas de oralidade, escrita e leitura nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o

entendimento da função e estruturas do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. Assim, o ensino deixará “de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandona - lá”.

É importante ressaltar que ao trabalhar uma Língua Estrangeira Moderna com alunos da EJA, a alguns aspectos que deve ser desenvolvido com a língua que segue uma abordagem onde a língua é vista como instrumento de interação, investigação.

Nessa concepção, levar-se-á em consideração a realidade do aluno, valorizando sua bagagem de conhecimento e respeitando sua necessidade e características individuais, na certeza de que o adulto aprende melhor e desenvolve maior autonomia e responsabilidade quando se vê envolvido no processo ensino aprendizagem.

Cabe lembrar que ao ensinar uma Língua Estrangeira Moderna deve-se buscar a autenticidade da língua, a articulação com as demais disciplinas e a relevância dos saberes escolares frente à experiência social construída historicamente pelos alunos.

Para a definição das metodologias a serem utilizadas, é necessário levar em conta que o aluno é parte integrante do processo e deve ser considerado como agente ativo da aprendizagem, visto que ele traz saberes e estes vão interagir com os saberes que ele vai adquirir.

No que diz respeito à prática de oralidade, os alunos deverão trabalhar com textos orais e ou escrito com o intuito de levá-lo a expressar ideias em Língua Estrangeira Moderna, mesmo que com limitações, e ainda possibilitar que exercitem sons e pronúncias desta língua. Com esse intuito, o professor pode direcionar debates orais, seminários dramatização, júri simulado, declamações, entrevista, etc.

Com relação à escrita deverão ser apresentadas atividades de produção de texto que assumam papel significativo para o aluno. Para que isso ocorra, o professor precisará esclarecer qual o objetivo da produção, para quem se escreve quais as situações reais de uso dos gêneros textuais em questão, ou seja, qualquer produção deve ter sempre um objetivo claro pré-determinado.

No trabalho com a leitura, as atividades desenvolvidas devem possibilitar ao aluno um novo modo de ver a realidade, a leitura deverá ir além daquela compreensiva linear, para trazer-lhe um novo modo de realidade.

É importante tecer, que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto, passarão a ser visto pela ótica da análise linguística que não considera a gramática fora do texto.

As atividades serão abordadas a partir das práticas discursivas descritas acima; o professor fará uso de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos, internet, DVD, CD-ROM, TV multimídia, pendrive, jogos, etc. que servirão para ampliar o contato e a interação com língua e a cultura.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, serão trabalhados ainda temas como cultura afro-brasileira, cultura indígena, sexualidade, drogas, meio-ambiente entre outros que possibilitem o estímulo do pensamento crítico do aluno.

AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi, (1995, p.166), para que a avaliação assuma “o seu verdadeiro papel, ela deve subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida”, deixando de ser um simples instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Assim o processo avaliativo deverá servir para reflexão acerca dos avanços e dificuldades dos alunos e ainda, servirá como norteadora do trabalho do professor, que poderá, a partir dele, “identificar as dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las”.

Para que isso se efetive, o professor deverá observar a participação do aluno, sua interação verbal o uso que este faz da língua durante as atividades proposta, bem como a capacidade que ele demonstra para levantar hipótese a respeito da organização textual, para perceber a intencionalidade do texto o seu autor, etc. Sendo assim, a avaliação será diagnóstica, somatória e cumulativa.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

Ainda, ao avaliar o desempenho dos alunos, serão levados em consideração os objetivos propostos no Regimento e no Projeto Político Pedagógico da escola e serão utilizados os seguintes instrumentos; provas trabalhos orais e escritos (individuais e em grupos), produção de textos orais e escritos que demonstram capacidade de articulação entre teoria e prática. A recuperação para alunos que não atingir resultado satisfatório se dará por meio de recuperação de conteúdos. A expressão dos resultados desse processo será feita conforme o previsto no Regimento Escolar deste estabelecimento, referente ao sistema de avaliação.

REFERÊNCIA

AARÃO, Sirlene Aparecida; ZATTI, Pablo. **Caminhar e Transformar** – Língua Estrangeira Moderna: Inglês e Espanhol. 1ed. São Paulo: FTD, 2013.

AUN, E.; MORAES, M. C. P.; SANSANOVICS, N. B. English for all: s inglês para o Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010. 1 v.

PARANÁ/SEED. **DCE Diretrizes Curriculares da Educação Básica**; Língua Estrangeira Moderna. 2008

PARANÁ/SEED. **DCE Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. 2006

PARANÁ/SEED. **Proposta Pedagógica Curricular Educação de Jovens e Adultos**. 2006

4.4.11 Disciplina de Língua Portuguesa

APRESENTAÇÃO

O processo de ensino da Língua Portuguesa no Brasil, historicamente, perpassou por significativas transformações desde a educação jesuítica com características elitistas até os dias atuais onde as práticas de ensino são discutidas criticamente.

O conhecimento da Língua Portuguesa constitui ferramenta básica para o aprimoramento da competência linguística, de forma a garantir sua inserção ativa e crítica na sociedade.

Refletir sobre o ensino da língua e da literatura implica pensar as contradições, as diferenças e os paradoxos do quadro complexo da contemporaneidade.

Segundo Bakhtin, os homens não recebem a língua pronta para ser usada, ela é adquirida por meio de um processo de interação social. Partindo dessa concepção, para se ensinar a língua materna, é necessário considerar os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido bem como o contexto de produção do enunciado.

Pensar o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa dessa forma implica saber avaliar as relações entre as atividades de falar e de ler e de escrever como praticar como práticas discursivas e cada uma delas particularmente configurada em cada espaço em que seja posta como objeto de reflexão (Neves, 2003, p.89).

Dessa forma, o professor precisa propiciar ao educando a prática da discussão, e da leitura de textos das diferentes esferas sociais, e a partir delas produzindo os gêneros textuais necessários às suas atividades.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES BÁSICOS E ESPECÍFICOS:

O ensino de Língua Portuguesa aborda um conjunto de elementos em seu processo de construção, o qual divide-se em: Leitura, Escrita e Oralidade todos embasados por temáticas específicas abordadas pelos gêneros discursivos.

Assim, cabe ao professor a seleção e adequação dos temas e da aplicação dos conteúdos básicos e específicos, levando em consideração a realidade social, cultural e regional de cada educando, bem como as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa e demais documentos norteadores do currículo a ser desenvolvido no processo de ensino-aprendizagem organizado no Plano de Trabalho Docente.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Discurso Enquanto Prática Social

Conteúdos estruturantes são os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e Médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual do educando. Eles se constituem através da história e são legitimados socialmente, por assumir, como espaço de produção de sentidos marcado por relações contextuais de poder, o conteúdo estruturante como Prática Social a tratará de forma dinâmica, por meio da leitura, da oralidade e da escrita.

CONTEÚDOS BÁSICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

Gêneros Discursivos

- Adivinhas;
- Carta Pessoal;
- Contos;

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

- Contos de fadas;
- Poemas;
- Tiras;
- Lendas Africanas e indígenas;
- Músicas;
- Relatos de experiências vividas;
- Diário;
- Contos de fadas contemporâneos;
- Romances;
- Folder;
- Crônicas;
- Textos Dramáticos;
- Vídeo clipe;
- Contos africanos;
- Provérbios;
- Letras de música
- Carta do leitor;
- Cartum;
- Charge;
- Parágrafo Argumentativo.

Leitura

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade;
- Elementos Compositivos do gênero;
- Léxico;
- Marcas Linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Repetição proposital de palavras;
- Ambiguidade;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Semântica: operadores argumentativos, ambiguidade, sentido figurado, expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Leitura e interpretação de letras de música relacionadas à questão racial;

Escrita

- Contexto de produção;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do Gênero;
- Divisão do texto em parágrafo;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Fonética: encontros consonantais e vocálicos; dígrafos;
- Influência da cultura negra na linguagem, na música, na dança, no carnaval, na alimentação;
- Discurso direto e indireto;
- Estudo de expressões oriundas da língua africana;
- Sintaxe do período simples: sujeito, predicado e complementos verbais;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial do texto;
- Conjunções coordenativas e subordinativas.

Oralidade

- Tema do texto;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semântica;
- Semântica;
- Variações Linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

ENSINO MÉDIO

Gêneros Discursivos

- Contos;
- Romances;
- Textos dramáticos;
- Relatos de experiências vividas;

- Carta pessoal;
- Resposta Argumentativa;
- Textos instrucionais;
- Resumo;
- Notícia;
- Reportagens;
- Carta do leitor;
- Resenha Crítica;
- Carta de Reclamação;
- Carta de Solicitação;
- Carta aberta;
- Parágrafo dissertativo argumentativo;
- Artigo de opinião;
- Dissertação-argumentativa.

Leitura

- Conteúdo Temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;

- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do Gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto semântico: operadores argumentativos, ambiguidade, sentido figurado;
- Expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Progressão referencial;
- Partículas conectivas do texto;
- Gêneros Literários: Lírico, épico e dramático;
- Escolas literárias;
- Trovadorismo (cantigas de amor, escárnio, maldizer, amigo);
- Humanismo;
- Renascimento/Classicismo;
- Quinhentismo (Carta de Pero Vaz de Caminha);
- Barroco (poemas e sermões);
- Arcadismo (poemas, epopeias e líras);
- Letras de músicas relacionadas à questão racial;
- Romantismo – prosa e poemas;
- Realismo – Contos e romances machadianos;
- Naturalismo – romances naturalistas;

- Simbolismo;
- Parnasianismo – poemas;
- Pré-modernismo/Vanguardas Europeias/Modernismo.

Escrita

- Conteúdo temático;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial do texto;
- Fonética;
- Ortografia;
- Acentuação;
- Figuras de Linguagem;
- Funções da Linguagem;
- Formação de Palavras (composição e derivação);
- Semântica (antônimos, parônimos, sinônimos, antônimos);
- Gêneros Literários – interpretação de textos;
- Trovadorismo (análise da linguagem, momento histórico, características das cantigas);
- Humanismo (teatro de Gil Vicente);

- Renascimento (Camões - Os Lusíadas);
- Quinhentismo (análise da Carta de Pero Vaz de Caminha);
- Barroco (análise de poemas e sermões);
- Arcadismo (análise de poemas);
- Função das classes gramaticais no texto;
- Sintaxe do período simples;
- Estudos de obras Literárias de escritores negros como: Cruz e Souza, Machado de Assis e Lima Barreto, destacando a contribuição do povo negro à cultura nacional;
- Análise de obras românticas, realistas, naturalistas, simbolistas, parnasianistas;
- Sintaxe do período composto - Orações coordenadas e subordinadas;
- Concordância verbal e Nominal;
- Regência Verbal e Nominal;
- Crase;
- Análise de obras pré-modernistas: linguagem, momento histórico, características peculiares e gerais de cada autor (Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Lima Barreto, Graça Aranha);
- Análise de fragmentos dos principais autores modernistas da primeira geração, segunda e terceira;
- Análise de obras de autores contemporâneos.

Oralidade

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações Linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito;
- Gêneros Literários;
- Trovadorismo (discussão sobre a época histórica, o linguajar);
- Quinhentismo – contribuição desta fase ao Modernismo;
- Debates argumentativos e interpretativos.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

No trabalho com os conteúdos previstos nas diferentes práticas, serão organizados um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o

domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto (lugar social do locutor em relação ao(s) destinatário(s) e seu lugar social; finalidade ou intenção do autor; tempo e lugar material da produção e do suporte) e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção de texto, operando sobre as dimensões pragmáticas, semântica e gramatical.

Com portadores de necessidades especiais, faz-se necessário a identificação das deficiências e/ou transtornos, para atendimento adequado à demanda de adaptação e flexibilização curriculares necessárias às dificuldades e especificidades do aluno.

Em atendimento à Lei 10.639/03 e 11.645/08 que trata da Educação étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas e os Desafios Educacionais Contemporâneos serão contemplados conteúdos relativos à temática em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio. Estes conteúdos estarão vinculados à demanda contextual da sociedade contemporânea e emergente da realidade social onde a escola e alunos estão inseridos, considerando-se as propostas anuais da equipe multidisciplinar.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Os professores de Língua Portuguesa e Literatura têm o papel de promover o amadurecimento do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita. Esse domínio das práticas discursivas possibilitará que o aluno modifique, aprimore, reelabore sua visão de mundo e tenha voz na sociedade. O aprimoramento linguístico possibilitará ao aluno a leitura dos textos que circulam socialmente, identificando neles o pressuposto, instrumentalizando-o para assumir-se como sujeito.

Cabe ao professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a reflexão do seu próprio texto, tais como atividades de revisão, de reestruturação ou refacção, de análise coletiva de um texto selecionado e sobre outros textos, de diversos gêneros que circulam no contexto escolar e extraescolar.

O estudo do texto e da sua organização sintático-semântica permite ao professor explorar as classes gramaticais relevando a função que as mesmas desempenham para os sentidos do texto, não para a categoria em si.

Definida a intenção para o trabalho com a língua, o aluno também pode passar a fazer demandas, elaborar perguntas, considerar hipóteses, questionar-se, ampliando sua capacidade linguística discursiva em atividades de uso da língua. Para isso, serão utilizados os seguintes encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos:

- Adequar o desenvolvimento da disciplina de acordo com o horário disponível do educando;
- Respeitar o ritmo de aprendizagem de forma individual – estabelecendo atividades e explicações para cada necessidade específica;
- Promover situações para que o aluno se expresse criticamente;
- Organizar pequenos grupos com afinidades e particularidades semelhantes para que o trabalho em grupo também seja estimulado visando o desenvolvimento do educando;
- Explicação do professor usando como referência situações da prática cotidiana do aluno;
- Trabalhar o conteúdo de forma significativa, para que o aluno sinta que é importante saber aquilo para sua vida em sociedade ou que lhe será útil para entender o mundo que vive;
- Conduzir reflexões sobre temas atuais a fim de levar os alunos a produzirem argumentos, temas, teses;
- Usar equipamentos midiáticos que possam possibilitar maior interação com as aulas, como o uso de rádio, data show, televisão, celular, computador.

AVALIAÇÃO

A avaliação de Língua Portuguesa e Literatura deve ser necessariamente um processo de aprendizagem contínuo e que dê prioridade à qualidade e ao desempenho do aluno ao longo do ano letivo.

Levando-se em conta que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes, o professor deve avaliar por meio de instrumentos variados, selecionados de acordo com cada conteúdo e/ou objetivo, explicitados no Plano de Trabalho Docente.

A avaliação em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações utilizar-se-á dos seguintes instrumentos:

- Exposição de trabalhos;
- Pesquisa;
- Produção textual individual e coletiva;
- Prova escrita – em grupo ou individual;
- Relato de histórias;
- Seminário;
- Trabalhos individuais ou em grupo.

As avaliações dos alunos com necessidades especiais terão a adaptação curricular necessária, considerando-se a legislação vigente, as características de cada tipo de deficiência ou transtorno, bem como, as especificidades relacionadas ao tempo, mecanismo de apropriação de saberes e interação social de cada aluno.

REFERÊNCIAS

PARANÀ, Secretaria de Estado da Educação, Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Curitiba: SEED, 2008.

Português: Linguagens, 5ª a 8ª/ Willian Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães – 5 ed. Reform. - São Paulo: Atual. 2009

Português: Novas Palavras, 1o, 2o e 3o Ensino Médio/ Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo leite e Severino Antônio– 2ª edição - São Paulo: FTD.2013

FERREIRA, Priscila Ramos de Azevedo. **Caminhar e transformar**. São Paulo: Ftd, 2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens 1,2,3**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

4.4.12 Disciplina de Matemática

APRESENTAÇÃO

A aprendizagem da Matemática consiste em criar estratégias que possibilitam ao aluno atribuir sentido e construir significado às ideias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios.

A ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano.

Na atual proposta pedagógica para a EJA, procura-se a interação entre o conteúdo e as formas. A perspectiva, nesse sentido, é estabelecer uma relação dialética - teoria e prática - entre o conhecimento matemático aplicado no processo de produção da base material de existência humana e as manifestações teórico-metodológicas que estruturam o campo científico da própria Matemática. Dessa forma, o ensino da Matemática deve ser concebido de modo a favorecer as necessidades sociais.

Concebida desta forma, a Educação Matemática desempenhará um papel fundamental na aquisição da reflexão filosófica por parte dos alunos, isto é, da consciência crítica que supera o senso comum que toma a aparência das coisas como sendo verdades absolutas, ou seja, a Matemática deve ser vista, como uma ciência viva e dinâmica, produto histórico, cultural e social da humanidade.

Ao revelar a Matemática como uma produção humana, demonstrando as necessidades e preocupações das diferentes culturas em diferentes épocas e ao relacionar os conceitos matemáticos de hoje com os construídos no passado, o educador permite que o aluno reflita sobre as condições e necessidades que levaram o homem a chegar até determinados conceitos, ou seja, o educador estará proporcionando no processo de ensino-aprendizagem a reflexão da construção da sobrevivência dos homens e da exploração do universo, dessa forma, estará

caracterizando a relação do homem com o próprio homem e do homem com a natureza.

A abordagem histórica da matemática permite ao aluno adolescente, jovem, adulto e idoso, compreender que o atual avanço tecnológico não seria possível sem a herança cultural de gerações passadas. Entretanto, essa abordagem não deve restringir-se a informações relativas a nomes, locais e datas de descobertas, e sim ao processo histórico, viabilizando com isso a compreensão do significado das ideias matemáticas e sociais.

Mas, além de compreender que o conhecimento matemático é sócio histórico, faz-se necessário que o aluno estabeleça relações entre os elementos internos da própria Matemática - conteúdos escolares - e os conceitos sociais.

Esse conhecimento prescinde de um tratamento metodológico que considere a especificidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA e deve constituir o ponto de partida para todo o ensino-aprendizagem da Matemática, ou seja, os alunos devem ter oportunidades de contar suas histórias de vida, expor os conhecimentos informais que têm sobre os assuntos, suas necessidades cotidianas, suas expectativas em relação à escola e às aprendizagens em matemática.

Embora, os adolescentes, jovens, adultos e idosos, com pouca escolaridade, dominem algumas noções básicas dos conteúdos matemáticos muitas vezes apreendidas de maneira informal nas suas vivências, a EJA tem a função de transformar essas noções elementares, conceitos espontâneos, em conceitos científicos, fazendo o aluno dominar a Linguagem Matemática e suas Representações, os Conceitos Matemáticos e Sociais, os Cálculos, os Algoritmos, a História da Matemática e a Resolução de Problemas.

A compreensão e apreensão desses *pressupostos metodológicos* por parte dos alunos e dos educadores, dão significado aos conteúdos escolares a serem ensinados e estudados. Embora seja importante considerar que esses significados também

devem ser explorados em outros contextos, como por exemplo, nas questões internas da própria Matemática e em problemas históricos.

Não se deve porém, considerar esses pressupostos uma prática no desenvolvimento do pensamento matemático como sendo ciência imutável.

A Educação Matemática deve ter, então, os seus pressupostos bem definidos e delimitados, uma vez que a teoria se desdobra em “prática científica”:

“Ao professor, como um profissional do ensino, é dada a responsabilidade não só de dominar a *teoria* como a de inscrevê-la no universo de um cotidiano que a justificaria[...]. As abstrações reunidas na *teoria*, organicamente dispostas em definições e conceitos, devem transitar por um caminho inverso. O professor precisa demonstrar a utilidade ou funcionamento do sistema teórico no real. A *teoria* precisa transmutar-se em dados ou exemplos concretos, que garantam, justifiquem ou expliquem o já defendido (hipoteticamente) no discurso. Nesse sentido, a *teoria* precisa desmembrar-se, na voz do professor, no relato de múltiplas interações ou mediações que repõem o problema no rastro de sua solução.” NAGEL, pp. 3-4, 2003.

Nessa perspectiva, há de se considerar como ponto de partida a construção do conhecimento, os saberes desenvolvidos no decorrer da vivência dos alunos, que se manifestam em suas interações sociais e compõem suas bagagens culturais, que são frequentemente desconsiderados na prática pedagógica da EJA. No entanto, a superação desses saberes e a incorporação dos conceitos científicos são trabalhos que a escola deve planejar e executar.

É importante enfatizar que, os conteúdos matemáticos quando abordados de forma isolada, não são efetivamente compreendidos nem incorporados pelos alunos como ferramentas eficazes para resolver problemas e para construir novos conceitos, pois, é perceptível que o conhecimento só se constrói plenamente quando é mobilizado em situações diferentes daquelas que lhe deram origem, isto é, quando é transferível para novas situações. Isto significa que os conhecimentos devem ser descontextualizados, abstraídos, para serem novamente contextualizados, isto é, fazer a transposição didática.

Nesse sentido, a educação matemática para o aluno jovem, adultos e idosos deve ter como objetivo a reversão do atual quadro em que se encontra o ensino da Matemática, ou seja, a definição dos conteúdos anteriormente fragmentados deve ser visto em sua totalidade, sem o qual não é possível querer mudar qualquer prática pedagógica consistente.

Dessa forma, é necessário que o ensino de Matemática e o seu significado sejam restabelecidos, visto que, o ensino e a aprendizagem de Matemática devem contribuir para o desenvolvimento do raciocínio crítico, da lógica formal e dialética, da coerência e consistência teórica da Ciência – o que transcende os aspectos práticos. Com isso faz-se necessário repensar o ensino de Matemática, pois o processo de emancipação política e social da humanidade está diretamente ligado ao domínio do conhecimento. Ele é parte constitutiva da elaboração do pensamento reflexivo.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E CONTEÚDOS BÁSICOS

Entende-se por Conteúdos Estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os Conteúdos Estruturantes para a Educação Básica da Rede Pública Estadual são:

Números e álgebra

ENSINO FUNDAMENTAL

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobram em conteúdos básicos, elencados a seguir:

- Conjuntos numéricos e operações;
- Equações e inequações;

- Polinômios;
- Proporcionalidade.

Os números estão presentes na vida do homem desde tempos “remotos como os do começo da idade da pedra, o paleolítico” (STRUICK, 1997, p. 29). A passagem do estágio de coleta para a produção de alimentos, por meio da atividade agrícola, foi uma transformação fundamental, que gerou progressos acerca do conhecimento de valores numéricos e de relações espaciais.

A álgebra é um campo do conhecimento matemático que se formou sob contribuições de diversas culturas. Pode-se mencionar a álgebra egípcia, babilônica, grega, chinesa, hindu, arábica e da cultura europeia renascentista. Cada uma evidenciou elementos característicos que expressam o pensamento algébrico de cada cultura. Com Diofanto, no século III d.C., fez-se o primeiro uso sistemático de símbolos algébricos. Tal sistematização foi significativa, pois estabeleceu uma notação algébrica bem desenvolvida para resolver problemas mais complexos, antes não abordados.

Quanto às expectativas de ensino e de aprendizagem desse Conteúdo Estruturante espera-se que, no Ensino Fundamental, os alunos compreendam:

- Sistema de numeração decimal e o conceito de notação científica;
- Os conceitos da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação de números pertencentes aos conjuntos dos naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas propriedades;
- O conceito de razão e proporção, regra de três, porcentagem, frações e dos números decimais e as suas operações;

Nesse mesmo nível de ensino, é necessário ainda que haja articulação entre a álgebra e os números, de modo que o aluno;

- Compreenda o conceito de incógnita;

- Realize a escrita de uma situação problema na linguagem matemática;
- Reconheça e resolva equações numéricas e algébricas, inequações, sistemas de equações;
- Diferencie e realize operações com monômios, binômios, trinômios e polinômios; equações quadradas, biquadradas e irracionais.

ENSINO MÉDIO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobram nos seguintes conteúdos específicos:

- Números reais;
- Equações exponenciais.

No Ensino Médio, há necessidade de aprofundar o estudo dos números, de modo a ampliar o conhecimento e domínio deste conteúdo para que o aluno:

- Compreenda os números reais e suas operações;
- Identifique e resolva equações exponenciais.

Grandezas e medidas

ENSINO FUNDAMENTAL

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas abrange os seguintes conteúdos específicos:

- Sistema monetário;
- Medidas de comprimento;
- Medidas de massa;
- Medidas de tempo;

- Medidas derivadas: áreas e volumes;
- Medidas de ângulos;
- Medidas de temperatura;
- Medidas de velocidade;
- Trigonometria: relações métricas no triângulo retângulo e relações trigonométricas nos triângulos.

ENSINO MÉDIO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas aprofundam e ampliam os seguintes conteúdos específicos do Ensino Fundamental

- Medidas de massa;
- Medidas derivadas: área e volume;
- Trigonometria: relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo e a trigonometria na circunferência.

Geometrias

ENSINO FUNDAMENTAL

Para o Ensino Fundamental o Conteúdo Estruturante Geometrias se desdobra nos seguintes conteúdos específicos:

- Geometria plana;
- Geometria espacial;
- Geometria analítica.

O Conteúdo Estruturante Geometrias, no Ensino Fundamental, tem o espaço como referência, de modo que o aluno consiga analisá-lo e perceber seus objetos para, então, representá-lo. Neste nível de ensino, serão trabalhados os conteúdos específicos abaixo para que o aluno deve compreender a partir os conceitos da:

Geometria plana: ponto, reta e plano; paralelismo e perpendicularismo; estrutura e dimensões das figuras geométricas planas e seus elementos fundamentais; cálculos geométricos: perímetro e área, diferentes unidades de medidas e suas conversões; representação cartesiana e confecção de gráficos;

Geometria espacial: nomenclatura, estrutura e dimensões dos sólidos geométricos e cálculos de medida de arestas, área das faces, área total e volume de prismas retangulares (paralelepípedo e cubo) e prismas triangulares (base triângulo retângulo), incluindo conversões;

Geometria analítica: noções de geometria analítica utilizando o sistema cartesiano.

ENSINO MÉDIO

- Geometria plana;
- Geometria espacial;
- Geometria analítica.

No Ensino Médio deve-se garantir ao aluno o aprofundamento dos conceitos da geometria plana e espacial em um nível de abstração mais complexo. Nesse nível de ensino, os alunos realizam análises dos elementos que estruturam a geometria euclidiana, através da representação algébrica, ou seja, a geometria analítica plana. Neste caso, é imprescindível o estudo das distâncias entre pontos, retas e circunferências; equações da reta, do plano e da circunferência; cálculos de área de figuras geométricas no plano e estudo de posições.

Na Educação Básica, a Educação Matemática valoriza os conhecimentos geométricos, que não devem ser rigidamente separados da aritmética e da álgebra. Interliga-se com a aritmética e com a álgebra “porque os objetos e relações dela correspondem aos das outras; assim sendo, conceitos, propriedades e questões aritméticas ou algébricas podem ser clarificados pela geometria, que realiza a tradução para o aprendiz” (LORENZATO, 1995, p. 07).

Entende-se que a valorização de definições, as abordagens de enunciados e as demonstrações de seus resultados são inerentes ao conhecimento geométrico. No entanto, tais práticas devem favorecer a compreensão do objeto e não reduzir-se apenas às demonstrações geométricas em seus aspectos formais.

Funções

ENSINO FUNDAMENTAL

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Funções engloba os seguintes conteúdos:

- Função afim;
- Função quadrática.

No Ensino Fundamental, na abordagem do Conteúdo Estruturante Funções, é necessário que o aluno elabore o conhecimento da relação de dependência entre duas grandezas. É preciso que compreenda a estreita relação das funções com a Álgebra, o que permite a solução de problemas que envolvem números não conhecidos.

O aluno do Ensino Fundamental deve conhecer as relações entre variável independente e dependente, os valores numéricos de uma função, a representação gráfica das funções afim e quadrática, perceber a diferença entre função crescente e decrescente. Uma maneira de favorecer a construção de tais conhecimentos é a utilização de situações-problema.

ENSINO MÉDIO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Funções engloba os conteúdos:

- Função afim;
- Função quadrática;
- Função polinomial;
- Função exponencial;
- Progressão aritmética;
- Progressão geométrica.

As abordagens do Conteúdo Funções no Ensino Médio devem ser ampliadas e aprofundadas de modo que o aluno consiga identificar regularidades, estabelecer generalizações e apropriar-se da linguagem matemática para descrever e interpretar fenômenos ligados à Matemática e a outras áreas do conhecimento. O estudo das Funções ganha relevância na leitura e interpretação da linguagem gráfica que favorece a compreensão do significado das variações das grandezas envolvidas.

Tratamento da informação

ENSINO FUNDAMENTAL

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação engloba os seguintes conteúdos:

- Noções de probabilidade;
- Estatística;
- Matemática financeira.

O Tratamento da Informação é um conteúdo estruturante que contribui para o desenvolvimento de condições de leitura crítica dos fatos ocorridos na sociedade e para interpretação de tabelas e gráficos que, de modo geral, são usados para apresentar ou descrever informações.

Os conceitos estatísticos devem servir de aporte aos conceitos de outros conteúdos, com os quais sejam estabelecidos vínculos para quantificar, qualificar, selecionar, analisar e contextualizar informações, de maneira que sejam incorporadas às experiências do cotidiano.

Ao final do Ensino Fundamental, é importante o aluno conhecer fundamentos básicos de Matemática que permitam ler e interpretar tabelas e gráficos, conhecer dados estatísticos, conhecer a ocorrência de eventos em um universo de possibilidades, cálculos de porcentagem e juros simples. Por isso, é necessário que o aluno colete dados, organize-os em tabelas segundo o conceito de frequência.

ENSINO MÉDIO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação engloba os conteúdos:

- Análise combinatória;
- Binômio de Newton;
- Estatística;
- Probabilidade;
- Matemática financeira.

No Ensino Médio, o conhecimento denominado Tratamento da Informação é um meio para resolver problemas que exigem análise e interpretação. Trata de problemas de contagem que exigem cálculos elaborados e engloba uma grande variedade de

técnicas de resolução, tal como a análise combinatória, que abrange arranjos, permutações e combinações.

É importante que o aluno do Ensino Médio compreenda a matemática financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana e sua influência nas decisões de ordem pessoal e social. Tal importância relaciona-se o trato com dívidas, com crediários à interpretação de descontos, à compreensão dos reajustes salariais, à escolha de aplicações financeiras, entre outras.

Os conteúdos de estatística e probabilidade, no Ensino Médio, devem estar inter-relacionados de modo que o estudante perceba as vinculações entre os mesmos, possibilitando a solução de problemas (LOPES & FERREIRA, 2004, p. 02). A integração da probabilidade com a estatística possibilita “um ensino com características interdisciplinares”, de modo a oferecer ao estudante conhecimentos menos fragmentados por meio de experiências que propiciem observações e conclusões, contribuindo para a formação do pensamento matemático.

A matemática na preservação do meio ambiente e na cultura africana

A Matemática é uma ciência que abrange quase todas as áreas do conhecimento humano, portanto seus conteúdos podem ser utilizados de tal maneira que se promova no aluno uma consciência de preservação do meio ambiente. Pode-se alcançar esse objetivo por meio de estudos de dados estatísticos, bem como variações de temperatura, precipitação de chuvas, reciclagem, entre outras problemáticas ambientais.

Na História da Matemática destaca-se a grande contribuição dos povos africanos em relação a jogos antigos de Matemática relacionados ao plantio e à colheita de alimentos. Os jogos envolviam estratégias onde os jogadores utilizavam-se de raciocínio lógico-matemático e de cálculos de probabilidade. Uma outra contribuição ao estudo matemático pode ser observada na fascinante construção das pirâmides do Egito. Devido ao grande mistério que envolve a construção dessas pirâmides, muitos

matemáticos antigos e atuais continuam estudando suas medidas e relações, dadas sua grandeza.

O Brasil apresenta uma grande quantidade de afro-descendentes em seu território e esse fato pode ser aproveitado pela Matemática na realização de pesquisas quantitativas e comparativas das cores e raças. Essas pesquisas podem ser aproveitadas pelo professor e alunos, na elaboração de tabelas e gráficos.

CONTÉUDOS ESPECÍFICOS

Números e álgebra

ENSINO FUNDAMENTAL

- Sistemas de Numeração;
- Conjunto dos Números Naturais;
- Operações com Números Naturais;
- Situações problemas que envolvam as operações com Números Naturais;
- Frações e Números Decimais;
- MMC e MDC;
- Potências e Radiciação;
- Raízes quadradas e cúbicas;

Números Inteiros e suas operações;

- Números Racionais e suas operações;
- Linguagem algébrica;
- Razão e Proporção;

- Regra de três simples;
- Números irracionais;
- Equações do 1º Grau;
- Monômios e polinômios;
- Produtos notáveis;
- Equações do 2º Grau.

ENSINO MÉDIO

- Conjuntos Numéricos;
- Equações Exponenciais.

Grandezas e medidas

ENSINO FUNDAMENTAL

- Sistemas de Medidas;
- Perímetro e Área;
- Transformações de unidades de medidas;
- Medidas de temperatura;
- Ângulos;
- Áreas de polígonos e círculo;
- Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo;
- Teorema de Pitágoras;

ENSINO MÉDIO

- Medidas de áreas e volumes;
- Razões trigonométricas.

Geometrias

ENSINO FUNDAMENTAL

- Ponto, reta, plano, semirreta e segmento de reta;
- Classificação de Polígonos;
- Sólidos geométricos;
- Ângulos internos de triângulos e de polígonos regulares;
- Noções de paralelismo;
- Sistema de coordenadas cartesianas;
- Teorema de Tales;
- Superfície e volume de poliedros.

ENSINO MÉDIO

- Geometria analítica plana;
- Geometria espacial: volume de prismas, pirâmides e corpos redondos.

Funções

ENSINO FUNDAMENTAL

- Representação gráfica de uma Função Afim;
- Representação gráfica de uma Função Quadrática;

ENSINO MÉDIO

- Estudo de Função Afim e sua representação;
- Estudo de Função Quadrática e sua representação;
- Estudo de Função Polinomial;
- Estudo de Função Exponencial;
- Progressão Aritmética;
- Progressão Geométrica.

Tratamento da informação

ENSINO FUNDAMENTAL

- Construção e análise de tabelas e gráficos;
- Média aritmética;
- Porcentagem;
- Juros Simples.

ENSINO MÉDIO

- Probabilidade;
- Arranjos;
- Combinações;
- Tabelas e gráficos;
- Porcentagem;
- Juros Simples e Composto.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para dimensionar o papel da Matemática na formação do adolescente, jovem, adulto e idoso é importante que se discuta a natureza desse conhecimento, suas principais características e seus métodos particulares, e ainda, é fundamental discutir suas articulações com outras áreas do conhecimento. Nas DCEs propõe-se articular os conteúdos estruturantes com os conteúdos específicos.

As diversas contingências históricas têm levado os professores a deixar de lado a importância do conhecimento teórico. No entanto, é de fundamental importância que o(a) educador(a) tenha clareza de que, sem o conhecimento teórico, não é possível mudar qualquer prática pedagógica de forma significativa. Com isso, só se tem conseguido mudanças superficiais no que se refere à reposição de conteúdos, por meio de estratégias metodológicas tradicionais que não levem os alunos a uma transposição didática.

É perceptível que, a mera seleção de conteúdos não assegura o desenvolvimento da prática educativa consistente. É necessário garantirmos, como dissemos anteriormente, a relação entre a teoria e a prática, entre o conteúdo e as formas, entre o lógico e o histórico.

Portanto, é de suma importância que o educador se aproprie dos encaminhamentos metodológicos do ensino da Matemática, e acrescente, esses elementos a reflexão pedagógica da Educação de Jovens e Adultos.

Nessa perspectiva, a

“Contextualização do saber é uma das mais importantes noções pedagógicas que deve ocupar um lugar de maior destaque na análise da didática contemporânea. Trata-se de um conceito didático fundamental para a expansão do significado da educação escolar. O valor educacional de uma disciplina expande na medida em que o aluno compreende os vínculos do conteúdo estudado com uma contextualização compreensível por ele (...). O desafio didático consiste em fazer essa contextualização sem reduzir o

significado da ideias matemáticas que deram ao saber ensinado.” (PAIS, 2001, pp. 26-27).

De forma equivocada, a abordagem de determinados conceitos fundamentais na construção do conhecimento matemático é muitas vezes suprimida ou abreviada, sob a alegação de que não fazem parte do cotidiano dos alunos. Tal concepção de ciência e de conhecimento viabiliza na escola uma visão reducionista da Matemática, cuja importância parece ficar restrita a sua utilidade prática; ao pragmatismo.

Nesse contexto, a noção de contextualização permite ao educador uma postura crítica priorizando os valores educativos, sem reduzir o seu aspecto acadêmico (PAIS, 2001, p.27).

O processo de seleção dos conteúdos matemáticos escolares envolve um desafio, que implica na identificação dos diversos campos da Matemática e o seu objeto de estudo; *processo de quantificação* da relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem.

No entanto, não devemos deixar de identificar os conteúdos escolares matemáticos que são socialmente relevantes para a EJA, pois os mesmos devem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, *versão preliminar*, em seu capítulo “Orientações Metodológicas”, aponta quatro critérios para a seleção de conteúdos e das práticas educativas. São eles:

- A relevância dos saberes escolares frente à experiência social construída historicamente;
- Os processos de ensino e aprendizagem, mediatizados pela ação docente junto aos alunos;
- A organização do processo ensino-aprendizagem, dando ênfase às atividades que permitem a integração entre os diferentes saberes;

- As diferentes possibilidades dos alunos articularem singularidade e totalidade no processo de elaboração do conhecimento.

Nessa forma de organização curricular, as metodologias são um meio e não um fim para se efetivar o processo educativo. É preciso que essas práticas metodológicas sejam flexíveis, e que adotem procedimentos que possam ser alterados e adaptados às especificidades da comunidade escolar.

Assim, é de suma importância evidenciar que o ensino-aprendizagem de Matemática sejam permeados pela(os):

- História da Matemática;
- Etnomatemática – perspectiva cultural, relações de produção e trabalho;
- Modelagem Matemática – situações do cotidiano; Mídias Tecnológicas – informática / internet;
- Resolução de Problemas;
- Conceitos Matemáticos e Sociais;
- Linguagem Matemática e suas Representações;
- Cálculos e/ou Algoritmos; Jogos & Desafios.

Estes elementos devem permear a Metodologia de Ensino da Matemática, pois eles expressam a articulação entre a teoria e a prática, explicitando no ato pedagógico a relação entre o signo, o significado e o sentido dos conteúdos escolares nos diversos contextos sociais e históricos.

É importante enfatizar que a relação de conteúdos não deve ser seguida linearmente, mas desenvolvida em conjunto e de forma articulada, proporcionando ao aluno a possibilidade de desenvolver a capacidade de observar, pensar, estabelecer relações, analisar, interpretar justificar, argumentar, verificar, generalizar, concluir e

abstrair. Dessa forma, serão estimuladas a intuição, a analogia e as formas de raciocínio indutivo e dedutivo.

Os conteúdos matemáticos presentes no ensino fundamental, a serem ensinados nas escolas de EJA, estão organizados por conteúdos estruturantes e seus respectivos específicos. São eles: números e álgebra, geometrias, grandezas e medidas, funções e tratamento de informação, que compreendem os elementos essenciais da organização curricular.

Os conteúdos estruturantes e seus respectivos conteúdos específicos deverão ser trabalhados de forma articulada. Esta relação pode ser viabilizada entre os eixos e/ou entre os conteúdos.

Os conteúdos matemáticos presentes no Ensino Médio, a serem ensinados nas escolas de EJA, deverão propiciar o desenvolvimento de conceitos: numéricos, algébricos, geométricos e gráficos e da mesma forma, devem ser trabalhados como um conjunto articulado. Isso significa que o tratamento dos conteúdos em compartimentos estanques deve dar lugar a uma abordagem em que as conexões sejam favorecidas e destacadas.

AVALIAÇÃO

As pesquisas em Educação Matemática têm permitido a discussão e reflexão sobre a prática docente e o processo de avaliação. Historicamente, as práticas avaliativas têm sido marcadas pela pedagogia do exame em detrimento da pedagogia do ensino e da aprendizagem (LUCKESI, 2002).

Com o objetivo de superar tal prática, considera-se que a avaliação deve acontecer ao longo do processo do ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

Para que isso aconteça, é preciso que o professor estabeleça critérios de avaliação claros e que os resultados sirvam para intervenções no processo ensino-aprendizagem, quando necessárias. Assim, a finalidade da avaliação é proporcionar aos alunos novas oportunidades para aprender e possibilitar ao professor refletir sobre seu próprio trabalho, bem como fornecer dados sobre as dificuldades de cada aluno (ABRANTES, 1994, p. 15).

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora.

Alguns critérios devem orientar as atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- Encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno deve ser estimulado a:

- Partir de situações-problema internas ou externas à matemática;
- Pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;

- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- Argumentar a favor ou contra os resultados (PAVANELLO & NOGUEIRA, 2006, p. 29).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática.

Assim, será possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para se basear numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

Nesse contexto, a avaliação em Matemática na EJA deve permitir ao educador fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da apreensão do conhecimento pelo aluno, estabelecendo inter-relações entre o conhecimento matemático e o contexto social.

É fundamental que a avaliação seja coerente com a metodologia utilizada pelo educador, bem como, com os objetivos que se pretende alcançar, visto que, esta tem a finalidade de fornecer informações do processo de desenvolvimento do aluno - a ele mesmo e ao educador. Essas informações permitem ao educador, uma reflexão crítica sobre a sua prática pedagógica, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos, uma vez que os alunos possuem diferentes tempos de aprendizagem.

O processo avaliativo deve ser um recurso pedagógico, que considera erros e acertos como elementos sinalizadores para seu replanejamento, ou seja, toma o erro como ponto de partida para rever caminhos, para compreender e agir sobre o processo de construção do conhecimento matemático.

No que se refere à avaliação em matemática, considerando o perfil do aluno adolescente, jovem, adulto e idoso, pontua-se alguns indicativos a serem contemplados pelos educadores:

- Considerar todas as formas de raciocínio, ou seja, os procedimentos/métodos utilizados pelo aluno para resolver uma determinada situação-problema;
- Resultado não é o único elemento a ser contemplado na avaliação matemática, pois, mesmo que este não esteja de acordo, ele pode ter utilizado-se de métodos coerentes, equivocando-se em apenas parte do processo de desenvolvimento do raciocínio matemático;
- Erro deve ser considerado como ponto de partida para rever caminhos, compreendendo todo o processo de construção do conhecimento matemático.

Portanto, a avaliação da aprendizagem matemática considerada como mecanismo diagnóstico, deverá englobar todas as instâncias que compõem a escola: currículo, planejamento, metodologia, conteúdos, o aluno, o educador e a própria escola.

Entendida como processo, a avaliação deverá possibilitar uma constante elaboração e reelaboração não só do conhecimento produzido, mas da ação pedagógica como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Avaliação e educação matemática. **Série reflexões em educação matemática**. Rio de Janeiro: MEM/USU/GEPEM, 1994.

LOPES, C. A. E. FERREIRA, A. C. A estatística e a probabilidade no currículo de matemática da escola básica. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Educação Matemática**. Recife: UFPE, 2004, p. 1-30.

LORENZATO, S. Por que não ensinar geometria? **Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática**. São Paulo, n. 4, p. 3-12, jan./jun. 1995.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de jovens e adultos no Estado do Paraná – DCE**. Versão preliminar. Jan/2005.

4.4.13 Disciplina de Química

APRESENTAÇÃO

A consolidação da Química como ciência foi um dos fatos que permitiu o desenvolvimento das civilizações, determinando maneiras diferenciadas no modo de viver.

A Química fundamenta-se como uma ciência que permite a evolução do ser humano nos aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos, entre outros, bem como o seu relacionamento como um ser que se relaciona, interage e modifica, positiva ou negativamente, o meio em que vive.

A Química como ciência contempla as tradições culturais e as crenças populares que despertam a curiosidade por fatos, propiciando condições para o desenvolvimento das teorias e das leis que fundamenta as ciências.

A Química está relacionada às necessidades básicas dos seres humanos – alimentação, vestuário, saúde, moradia, transporte, etc. – e todo mundo deve compreender isso. Algumas vezes, os meios de comunicação tratam a Química de modo preconceituoso, passando a impressão que essa ciência é responsável pela poluição e por muitas catástrofes que acontecem. Quando um indivíduo não tem conhecimento de Química, ainda que mínimo, fica muito difícil posicionar-se sobre essas demandas que acontecem em sua vida cotidiana e conseqüentemente fica difícil exercer a sua cidadania. Ter noções básicas de Química instrumentaliza o cidadão para que ele possa exigir os benefícios da aplicação do conhecimento químico para toda a sociedade. Os conhecimentos acerca dessa disciplina vão possibilitar ao cidadão posicionar-se a inúmeros problemas da vida moderna, como poluição, recursos energéticos, recursos minerais, uso de matérias-primas, fabricação e uso de inseticidas, pesticidas, agrotóxicos, fabricação de explosivos, fabricação e uso de medicamentos, e muitos outros. Além disso, aprender sobre os diversos materiais e substâncias, suas ocorrências, seus métodos de obtenção e suas aplicações, permite ao indivíduo se

situar sobre o desenvolvimento social e econômico do homem ao longo de sua caminhada. Tudo isso demonstra a importância do aprendizado de Química.

Desse modo as prioridades político-pedagógicas traçadas pelas diretrizes Curriculares tem como base:

- Resgate da especificidade da disciplina de Química, no que se refere à abordagem dos conceitos dos fenômenos químicos, das teorias que lhes dão sustentação e das representações que os simbolizam;
- Avanço na abordagem do conhecimento químico escolar, para além da proposta dos PCN, de modo a romper com a pedagogia das habilidades e competências no processo de ensino aprendizagem;
- Recuperação da importância da disciplina de Química no currículo escolar.

A abordagem dos conteúdos no ensino da Química será norteada pela construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos, vinculada a contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais e estará fundamentada em resultados de pesquisa sobre o ensino de ciências, dessa forma é importante considerar também o conhecimento prévio dos educandos.

O saber químico amplia os horizontes culturais dos alunos, os meios destes interpretarem o mundo e a realidade na qual estão inseridos, assim, possibilitando ao educando a construção do conhecimento científico, por meio da análise, reflexão e ação, para que possa argumentar e se posicionar criticamente.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

A seleção dos Conteúdos Estruturantes de química foram apontados levando-se em conta o objeto de estudo/ensino da disciplina (Substâncias e Materiais), assim como, o processo histórico da química e da disciplina escolar.

São **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES** de química:

Matéria e sua natureza

A matéria e sua natureza abre o caminho para o melhor entendimento dos demais conteúdos estruturantes. A abordagem da história da Química é necessária para a compreensão de teorias e, em especial, dos modelos atômicos.

A concepção de átomo é imprescindível para que se possam entender os aspectos macroscópicos dos materiais com que o ser humano está em contato diário e perceber o que ocorre no interior dessas substâncias, ou seja, o comportamento atômico-molecular.

Biogeoquímica

Biogeoquímica é a parte da Geoquímica que estuda a influência dos seres vivos sobre a composição química da Terra, caracteriza-se pelas interações existentes entre hidrosfera, litosfera e atmosfera. Adota-se o termo biogeoquímica como forma de entender as complexas relações existentes entre a matéria viva e a não viva da biosfera, suas propriedades e modificações ao longo dos tempos para aproximar ou interligar saberes biológicos, geológicos e químicos.

Química Sintética

Esse conteúdo estruturante tem sua origem na síntese de novos produtos e materiais químicos e permite o estudo dos produtos farmacêuticos, da indústria alimentícia (conservantes, acidulantes, aromatizantes, edulcorantes), dos fertilizantes e dos agrotóxicos.

Assim, a Química sintética tem papel importante a cumprir, pois com a síntese de novos materiais e o aperfeiçoamento dos que já foram sintetizados, alarga horizontes em todas as atividades humanas. Além disso, o sucesso econômico de um país não se restringe à fabricação de produtos novos, mas sim, à capacidade de aperfeiçoar, desenvolver materiais e transformá-los.

CONTEÚDOS BÁSICOS

Os Conteúdos Básicos se configuram como os conhecimentos que norteiam o trabalho pedagógico para as séries do Ensino Médio, considerados fundamentais para a formação de conceitos científicos. São pontos de onde partem a materialização da proposta pedagógica curricular das escolas. Na área de Química, os pontos de partida são:

- Matéria e substâncias;
- Fenômenos químicos e físicos;
- Estrutura atômica;
- Níveis e subníveis de energia;
- Tabela periódica;
- Ligações químicas;
- Funções químicas: ácidos, bases, sais e óxidos;
- Soluções: dispersões, classificações e concentrações;
- Poluição gasosa: efeito estufa, camada de ozônio;
- Termoquímica: reações endotérmicas e exotérmicas;
- Cinética química: fatores que influenciam a velocidade de reações;
- Química orgânica: introdução e estudo das funções orgânicas;
- Fonte natural de compostos orgânicos: petróleo;
- Polímeros;
- Isomeria;

- A química na agricultura, nos alimentos e nos produtos de limpeza.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Cabe ao educador da EJA, além de apresentar fórmulas, classificações, nomenclaturas, trabalhar também conteúdos com os quais o educando venha a apropriar-se dos conhecimentos de forma dinâmica, interativa, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem e o conhecimento prévio dos alunos. Assim, o educando vai adquirindo um saber socialmente construído e sistematizado.

O ensino da disciplina de Química deve ser contextualizado, permitindo ao educando jovem e adulto a inter-relação dos vínculos do conteúdo estudado com as diferentes situações com que se deparam no seu dia a dia, contribuindo para que o aluno desenvolva um olhar crítico sobre os fatos do cotidiano, dando-lhe condições de discernir algo que possa ajudá-lo, daquilo que possa lhe causar problemas.

A utilização de modelos no ensino de química para descrever comportamentos microscópicos, não palpáveis, é um dos fundamentos dessa ciência. Assim, a Química é construída tendo por base o uso de diferentes modelos para o entendimento teórico dos diversos fenômenos que investiga no campo macroscópico.

Os conteúdos trabalhados devem possibilitar aos mesmos educandos a percepção de que existem diversas visões sobre um determinado fenômeno e, a partir dessa relação, poderem construir a sua própria identidade cultural, estimulando sua autonomia intelectual.

A concepção metodológica que norteia a elaboração das atividades de química fundamenta-se na importância de se trabalhar o processo criativo dos alunos (sejam envolvidos nas discussões), o conhecimento da sua realidade e a partir dela produzir novos conhecimentos. Exercitar e estimular a pesquisa, contribuindo para a criação do hábito da leitura e propiciando um efetivo trabalho de compreensão e crítica da sua realidade.

A importância da experimentação está no seu papel investigativo e na sua função pedagógica de auxiliar o aluno na significação dos conceitos químicos. A experimentação será utilizada, sempre que necessária e possível, para problematizar e/ou complementar o conteúdo trabalhado.

Coerente com os encaminhamentos metodológicos, as aulas contarão com a explicação/ e exposição do professor, leitura pelos alunos, oportunizando o debate e os questionamentos, a partir dos quais os alunos serão levados a trocar suas concepções prévias por conhecimentos científicos a respeito do conteúdo trabalhado. Visando aplicações de conhecimentos da química para a compreensão de situações do cotidiano e contextualização dos processos e fenômenos químicos, os conteúdos serão complementados por textos, realização de pesquisas, palestras e seminários, que permitirão aos alunos outras leituras críticas do mundo no qual estão inseridos.

Os desafios do mundo contemporâneo (educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira; educação ambiental; educação para o envelhecimento digno e saudável) serão contemplados nos conteúdos básicos que permitam tais abordagens.

A disciplina participará em todos os eventos da escola e na equipe multidisciplinar que colocará em prática a Lei 13.381/01 que torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública do Paraná, o trabalho com os conteúdos de história do Paraná e da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e o cumprimento da Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. Nos conteúdos que permite tais abordagens, o trabalho pedagógico não deixará de considerar tais Leis, principalmente no que diz respeito a cultura indígena e a cultura afro-brasileira.

AVALIAÇÃO

No final do conjunto das atividades realizadas, espera-se que o aluno obtenha informações e subsídios capazes de desenvolver e ampliar seus conhecimentos sobre os temas trabalhados.

Desse modo, as avaliações serão feitas por meio de provas escritas, contemplando também outras formas de expressão dos alunos, tais como: leitura e interpretação de textos, pesquisas bibliográficas, produção de textos, etc. Esses instrumentos serão selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivos de ensino.

A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, permeando o conjunto das ações pedagógicas, e não como elemento externo a este processo. A avaliação e a aprendizagem devem ser compreendidas como fenômeno compartilhado, contínuo, processual e diversificado.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. Livro Didático Público – **Química** – Ensino Médio, vários autores – Curitiba SEED-PR.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná** – SEED.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MOL, Gerson de Souza. **Química e Sociedade: volume único, Ensino Médio** – São Paulo: Nova Geração, 2005.

USBERCO, J.; SALVADOR, E. **Química**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva.

BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2002.

CHASSOT, A. **A ciências através dos tempos**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MALDANER. O. A. **A formação inicial e continuada de professores de Química: Professor/Pesquisador**. 2ª Ed. Unijui, 2003. p. 120.

4.4.14 Disciplina de Sociologia

APRESENTAÇÃO

Promover através do estudo da sociologia a articulação com outras ciências e identificar a diversidade social analisando-o como um dado cultural. Refletir sobre as relações humanas e as consequências de suas ações, entender que a organização e o funcionamento da sociedade são resultantes das decisões humanas e que cada um contribui de alguma forma para a construção de uma sociedade em que se insere.

Sociologia é a ciência em que se estuda o comportamento social das interações e organizações humanas. O contexto de nascimento da sociologia como disciplina científica é marcada pela consequência de três grandes revoluções: uma política, a Revolução Francesa; uma social, a Revolução Industrial e uma revolução na ciência que se firma com o iluminismo, com sua fé na razão e no progresso da civilização.

A Sociologia estuda todos os símbolos culturais que os seres humanos criam e usam para interagir e organizar a sociedade; ela explora todas as estruturas sociais que ditam a vida social, examina todos os processos sociais, tais como: desvio, crime, divergência, conflitos, migrações e movimentos sociais, que fluem por meio da ordem estabelecida socialmente. Além de buscar entender as transformações que esses processos provocam na cultura e estrutura social.

A Sociologia é uma das ciências humanas que estuda as unidades que formam a sociedade, ou seja, estuda o comportamento humano em função do meio e os processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições. Enquanto o indivíduo na sua singularidade é estudado pela psicologia, a Sociologia tem uma base *teórico-metodológica*, que serve para estudar os fenômenos sociais, tentando explicá-los, analisando os homens em suas relações de interdependência. Compreender as diferentes sociedades e culturas é um dos objetivos da sociologia.

No desenvolvimento da Sociologia, pode-se distinguir um triplo processo de formação de um núcleo disciplinar:

- A identidade cognitiva, que especifica as orientações, paradigmas, problemáticas e instrumentos de pesquisa da disciplina;
- A identidade social, forjada pelo processo de institucionalização através do qual a disciplina procura se estabilizar do ponto de vista de sua organização;
- A identidade histórica, que corresponde aos primeiros esforços de constituição do campo de trabalho, com os quais, em princípio, os integrantes da comunidade científica se identificam.

Segundo Wolf Lepenies, citado por Villas Bôas (1991). Tal orientação aplica-se neste documento para reconhecer como se constitui a disciplina Sociologia, definição do seu campo de estudo e o processo de sua institucionalização, especialmente no Brasil. A apreciação desenvolvida obedece a critérios seletivos de relevância social e repercussão intelectual das obras e seus autores, boa parte delas, ensaios de investigação sociológica com inserções na historiografia e na etnografia.

A preocupação com a sociedade e as relações sociais tem sido a principal preocupação dessa ciência, ou seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, domínio, controle e poder institucionalizado ou não, que resultam em relações sociais de maior exploração ou igualdade, possibilitando aos indivíduos compreender e atuar de forma efetiva sobre a realidade que os cercam.

É nesse contexto essa disciplina se faz indispensável à EJA, tendo em vista o compromisso que ela tem com a formação humana e o acesso à cultura geral, contribuirá no desempenho de tal tarefa, na medida em que propicia aos alunos a possibilidade de uma maior compreensão da sociedade onde o mesmo vive e sua atuação sobre a mesma.

O estudo da Sociologia pretende contribuir para que o estudante tenha consciência dos seus direitos e deveres, que não seja alguém alienado ao contexto em que vive, podendo ocupar seu lugar na sociedade de modo crítico, deixando de lado a ingenuidade e os preconceitos do senso comum.

No quadro das ciências sociais, numa perspectiva histórico-crítica, a Sociologia como ciência que estuda as relações do homem com a sociedade, ficou como carro chefe das Ciências Sociais em lugar da Antropologia e das Ciências Políticas. A Antropologia é a ciência preocupada em estudar o homem e a humanidade de maneira totalizante abrangendo todas as suas dimensões e Ciência Política é o estudo da política, dos sistemas políticos, das organizações e dos processos políticos. As teorias sociológicas da Educação leva a função social da escola e sua relação com a sociedade por meio de diferentes tendências teóricas.

O estudo de diferentes tendências teóricas enunciadas por Durkheim, (método funcionalista), Weber (método compreensivo) e Marx (método dialético) trazem, para a sociologia, temas fundamentais para o entendimento da formação e transformação da sociedade moderna por meio de interpretações e visões diversas do mundo.

A teoria crítica da sociedade que contrapõe-se à teoria tradicional, teve início após a publicação de um ensaio manifesto por Marx Horkheimer em 1937, intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. A teoria crítica da sociedade tem como objeto os homens como produtores de todas suas formas históricas de vida.

A sociologia crítica procura colher da sociedade os elementos de não racionalidade presentes nas sociedades capitalistas, sobretudo aquelas do capitalismo avançado em níveis de alto consumismo, característicos da indústria cultural e da cultura de massa.

Os teóricos da sociologia crítica são: Charles Wright Mills (1916-1962) e representantes de Frankfurt, os filósofos alemães: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Walter Benjamin (1892-1940) Jürgen Habermas (1929)” DCE – 2008 p.67

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Os conteúdos estruturantes são instâncias conceituais que permitem a análise da sociedade no seu entendimento e nas derivações lógicas que se processam dentro

dela. São campos de estudo onde os conceitos fundamentam a análise científica dos fenômenos sociais.

Os CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Processo de socialização e as instituições sociais;
- Cultura e Indústria Cultural;
- Trabalho, produção e Classes Sociais;
- Poder, Política e ideologia;
- Direitos, cidadania e Direitos Sociais.

O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E TEORIAS SOCIOLÓGICAS

- Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social;
- Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels e Marx e Weber;
- O desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Das questões Individuais às questões sociais;
- As diferenças no processo de socialização;
- Os indivíduos e as classes sociais;
- As instituições e os indivíduos;
- A hegemonia burguesa;
- A Sociologia como ciência dos fenômenos sociais

- As principais teorias sociológicas;
- Desenvolvimento da sociologia nos diferentes países;
- A consolidação da sociologia brasileira no Ensino Médio e superior.

PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

- Processo de Socialização;
- Instituições Sociais: Familiares; Escolares; Religiosas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Processo pelo qual os indivíduos aprende e interioriza o sistema de valores e formam a sociedade;
- Integração do indivíduo em sociedade;
- Regras e procedimentos que se aplicam a diversos grupos e familiares escolares e religiosos;
- Manter a coesão interna do grupo.

CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- Diversidade cultural;
- Identidade;
- Indústria Cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;

- Indústria cultural no Brasil;
- Cultura afro-brasileira, africana e indígena.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Significado de poder em diferentes culturas;
- Convivência com as diferenças;
- Origem e perspectivas da Ideologia;
- Dominação e Controle;
- Meios de comunicação e vida cotidiana;
- Indústria Cultural no Brasil;
- Televisão Brasileira;
- Inclusão digital.

TRABALHO, PRODUÇÃO E CLASSES SOCIAIS

- Conceito de trabalho e trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais;
- Organização do trabalho na sociedade capitalistas e suas contradições;
- Globalização e neoliberalismo;
- Relações de trabalho;
- Trabalho no Brasil.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- A produção nas sociedades tribais;

- Escravidão e servidão;
- As bases do trabalho na sociedade moderna;
- Formas de organização do trabalho;
- Transformação recentes no mundo do trabalho.

Poder, política e ideologia

- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- Democracia, Autoritarismo, Totalitarismo;
- Estado no Brasil;
- Conceitos de Poder;
- Conceitos de Ideologia;
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- O Estado absolutista, liberal e Neo Liberal;
- Teorias sociológicas clássicas sobre o Estado;
- Democracia, Representação e partidos políticos;
- O Estado republicano;
- Os partidos políticos no Brasil;
- Reflexões sobre o estado e a sociedade no Brasil.

Direito, cidadania e movimentos sociais

- Direitos: civis, políticos e sociais;
- Direitos Humanos;
- Conceito de cidadania;
- Movimentos sociais;
- Movimentos sociais no Brasil;
- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;
- A questão das ONG's.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Direitos para todos;
- Direitos civis, políticos e sociais;
- Confrontos e parcerias;
- Os movimentos sociais contemporâneos;
- Direitos cassados e a volta da cidadania no Brasil;
- Lutas no período colonial;
- Revoltas regionais, abolicionismo;
- O Estado absolutista, liberal e Neoliberalismo.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

No ensino da Sociologia propõe-se que sejam redimensionados aspectos da realidade por meio de uma análise didática e crítica dos problemas sociais.

É preciso, entretanto, levar em conta as particularidades da Educação de Jovens e Adultos, que tem por base o reconhecimento do aluno como sujeitos do aprendizado, um compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral. Sendo assim os conteúdos básicos devem estar articulados à realidade, considerando a sua dimensão sócio histórica, vinculado ao mundo do trabalho, à ciência, as novas tecnologias, dentre outras coisas.

Os conteúdos básicos da disciplina não precisam ser trabalhados de forma sequencial, podendo ser alterada a ordem dos mesmos, sem problemas para a compreensão.

No ensino de Sociologia é necessária a adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, instrumentos estes, que devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimentos do significado de conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos, literários, jornalístico) sua análise e discussão. A utilização de filmes, imagens, músicas e charges, constitui importante elemento para que os alunos relacionem a teoria com sua prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes.

O conhecimento sociológico deve explicitar e explicar problemáticas sociais concretas e contextualizadas de modo a desconstruir pré-noções e preconceitos que quase sempre dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e de ações políticas direcionadas à transformação social.

AVALIAÇÃO

“A avaliação no ensino de sociologia, proposta nas DCEs, pauta-se numa concepção formativa e continuada, onde os objetivos da disciplina estejam afinados com os critérios de avaliação propostas pelo professor na sala de aula.

Concebendo a avaliação como mecanismo de transformação social e articulando-a aos objetivos da disciplina, pretende-se a efetivação de uma prática avaliativa que use “desnaturalizar” conceitos tomados historicamente como irrefutáveis e propicie o melhoramento do senso crítico e a conquista de uma maior participação na sociedade” (DCEs p. 98) . Defender um ensino centrado no espaço do debate e no confronto de ideias é oportunizar um processo avaliativo construído a partir do próprio processo de ensino-aprendizagem.

As formas de avaliação em Sociologia, acompanham as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica nos debates que acompanham os textos ou filmes, seja a participação nas pesquisas de campo, seja a produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática, nas provas objetivas e/ou discursivas ou argumentativas, serão utilizadas múltiplos instrumentos avaliativos, desde que se tenha como perspectiva selecioná-los coadunados aos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão e reflexão dos conteúdos pelo aluno.

Por fim, entendemos que não só o estudante, mas também professores e a instituição escolar devem constantemente se auto-avaliarem em suas dimensões práticas e discursivas e principalmente em seus princípios políticos com a qualidade a democracia.

REFERÊNCIAS

COMTE, A. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PARANÁ .Livro didático Público-Sociologia-Ensino Médio- **Sociologia**/vários autores - Curitiba SEED-PR 2006-280 p.

PARANÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Sociologia**. 2008

TOMAZI WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

V LEGISLAÇÕES ARTICULADAS AO CURRÍCULO

Algumas legislações conferem ações específicas no campo da educação escolar e devem permear a PPC, seja nos encaminhamentos metodológicos ou nos conteúdos. Outras são atendidas em projetos incorporados à organização do trabalho pedagógico da escola. São legislações atuais:

- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena - Lei Federal 10639/03 e Lei Federal 11645/08 e Deliberação 04/06;
- História do Paraná – Lei no 13381/01; Política Nacional de Educação Ambiental - Lei no 9795/99;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - Resolução no. 2/15 do CNE;
- Política Estadual de Educação Ambiental - Lei no. 17.505/13; Deliberação n.04/13 do CEE/PR Normas Estaduais para a Educação Ambiental;
- Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei no 11343/06; Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei no 11.733/97 e 11.734/97; Estatuto do Idoso – Lei no 10.741/2003; Educação para o Trânsito – Lei no 9503/97;
- Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes – Lei no 11.525/2007;
- Programa de Combate ao Bullying - Lei 17.335/2012, Educação Tributária – Decreto no 1.143/99 e Portaria no 413/2002;
- Educação em Direitos Humanos – Lei Federal no 7.037/2009; Musicalização – Lei no 11.769/08;
- Brigada Escolar – Lei Estadual no 18424/2015, Educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural;
- Resolução no 07/2010- CNE/CEB, Exibição de filmes de produção nacional;

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacoblorado@seed.pr.gov.br

- Lei Federal no 13.006/2014, Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas
– Lei Estadual 18.447/2015.

VI AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria de Estado da Educação considera que a avaliação institucional apresenta-se como um considerável instrumento para incentivar o processo contínuo de autoavaliação das escolas públicas estaduais de Educação Básica do Paraná, devendo, desta maneira, constar no Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da instituição de ensino com o intuito de orientar as dimensões a serem fortalecidas.

A avaliação institucional tem como pressuposto a avaliação formativa, na qual se trabalham aprendizagens significativas, que podem proporcionar informações acerca do desenvolvimento de um processo educacional, destacando-se a elaboração do planejamento estratégico da escola, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, com vistas na melhoria contínua da qualidade educacional.

Conforme a Instrução no 003/2015 – SUED/SEED, a avaliação institucional deverá ser realizada anualmente envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, com o objetivo de avaliar ações pedagógicas desenvolvidas na constituição de ensino e para dimensionar o processo educativo com vistas à melhoria da qualidade da educação. Com a principal função de inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, orientar, reforçar e de integrar a ação de formação, permite, assim, a identificação de possíveis problemas e ações para soluções dos mesmos.

A avaliação institucional para a educação pública do Paraná deve fundamentar-se na avaliação qualitativa, utilizando também aspectos quantitativos, tendo por objetivo a construção de um processo de avaliação coletiva, flexível, transparente e consistente. Em suma, entendendo-se que avaliação institucional deve ser conduzida como um processo global, orgânico, sistêmico e contínuo, em que a responsabilidade por sua consecução é atribuída aos sujeitos participantes da escola.

Esse processo avaliativo visa a obtenção de formações relevantes para a escola tendo como ponto de referência a identidade da Educação Básica do Paraná, seus valores e suas culturas. Assim possibilita:

- Delinear as características primordiais que regulam a educação visando seu constante aperfeiçoamento;
- Promover um contínuo de mudanças.

A avaliação está, portanto, vinculada à qualidade, podendo possibilitar que a comunidade educacional desenvolva uma cultura de avaliação pautada e articulada no PPP.

Considerando-se que uma avaliação bem sucedida passa principalmente por um processo de autoavaliação, no qual cada um dos indivíduos envolvidos possam expressar o que reconhecem sobre sua atuação, seu ambiente e as relações que se estabelecem no interior de cada unidade escolar. O diálogo que conduz tais processos deve corresponder às expectativas dos educandos e educadores, ou seja, na rede e comunidade escolar. Implica também na melhor definição e articulação do sistema de ensino no que se referem aos processos de organização e gestão, melhoria das condições de trabalho e valorização, formações e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

VII ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação e acompanhamento da implementação das ações do PPP são importantes ferramentas de gestão e de planejamento que deverão ser utilizadas sistematicamente e se configuram pelo aperfeiçoamento das ações do PPP e a organização interna da escola, possibilitando a identificação de problemas e acertos refletindo o resultado de todo o monitoramento desenvolvido durante o ano (objetivos metas e ações).

Os resultados poderão ser organizados através de um Relatório de Avaliação do PPP, elaborado pelo gestor e equipe pedagógica da escola, com a participação de toda a equipe da escola e Conselho Escolar através de reuniões, verificando se o desenvolvimento das ações ocorreu de forma positiva ou negativa, se todas as ações foram executadas, se atingiram as expectativas ou precisam de ajustes.

A partir do relatório onde serão compilados os dados e análise dos avanços e dificuldades de cada escola, elabora-se o relatório de Avaliação Final dos PPP de todas as escolas com a participação dos NRE e das próprias escolas.

A Avaliação do PPP deve ocorrer de forma contínua para que possam ocorrer as correções de situações imprevistas e tomada de decisões no decorrer do ano, acrescentar ou sugerir novas ações para alcançar melhores resultados e com a participação de toda a comunidade.

Portanto, é necessário que no coletivo da escola seja estabelecido como se pretende realizar o processo de acompanhamento e avaliação do PPP.

Segundo Vasconcellos o acompanhamento é “um instrumento teórico-metodológico que objetiva auxiliar o enfrentamento dos desafios cotidianos, de forma refletida e participativa” (1995, p.38).

É uma metodologia de trabalho que possibilita a ressignificação das ações da escola objetivando a melhoria da qualidade de ensino.

Para o levantamento de dados contidos no relatório, poderão ser considerados os seguintes questionamentos:

- Os objetivos do PPP estão claros? Justifique.
- As ações planejadas no PPP atingiram as expectativas ou precisam de ajustes?
- Quais foram os resultados obtidos a partir da implementação do PPP?
- As ações que foram planejadas estão relacionadas com as questões que foram previamente levantadas e diagnosticadas?
- As ações previstas e planejadas forem suficientes para que os objetivos fossem alcançados?
- O diagnóstico contido no PPP reflete a realidade da escola? Justifique.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjcolorado@seed.pr.gov.br

- As metas são possíveis de serem atingidas, são realistas?
- As metas foram alcançadas? Justifique
- Há indicativos de que o PPP foi elaborado coletivamente?
- No processo de elaboração do PPP, ocorreu a efetiva participação das Instâncias Colegiadas? Como foi essa participação?
- De que maneira é realizado o acompanhamento e avaliação do PPP da escola?

A proposta é de que o preenchimento do relatório contendo dados da avaliação do PPP seja realizado de três em três anos.

Todos os segmentos devem participar e compreender o funcionamento da instituição, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham intensificar seu envolvimento e assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida, influenciando de maneira efetiva no seu funcionamento e no resultado da qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BACHA FILHO, Teófilo. *Fundamentos Filosóficos da Educação* – IESDE

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei n. **9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição Federal de 1.988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao.htm> acesso em 10/07/2015.

COLL, César; e outros. *O Construtivismo na Sala de Aula*, São Paulo – Editora Ática, 2001.

PARANÁ/SEED. DIRETRIZES CURRICULARES, *Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná* – Governo do Paraná: Departamento de Educação de Jovens e Adultos, janeiro/2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*, São Paulo, Ática, 1995.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mito e Desafio – Uma Perspectiva Construtivista*, 6ª ed.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*, São Paulo: Cortez, 1995 – p.168 – 180.

OLIVEIRA, M. Kohl de. **Jovens e Adultos como sujeitos do conhecimento e aprendizagem** – Publicado originalmente na Revista Brasileira de Educação, nº12 – São Paulo, 1999.

PILETTI, Nelson. *Sociologia da Educação*, São Paulo – Editora Ática – 1995.

PROJETO RENAGESTE. *Revista Gestão em Rede – junho/julho-2001*

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacoblorado@seed.pr.gov.br

RODRIGUES, Maristela Marques; GIÁGIO, Mônica – ORG. ***Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação*** – PRASEM III – FUNDESCOLA/MEC, 2001

TRICHES, Ivo José. ***Filosofia da Educação*** – IESDE

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

MATRIZ CURRICULAR

Ensino Fundamental – Fase II

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II		
ESTABELECIMENTO: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado		
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná		
MUNICÍPIO: Colorado		NRE: Maringá
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2015		FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1600/1610 HORAS ou 1920/1932 H/A		
DISCIPLINAS	Total de horas	Total de horas/aula
L. PORTUGUESA	280	336
ED. ARTÍSTICA	94	112
LEM - INGLÊS	213	256
EDUCAÇÃO FÍSICA	94	112
MATEMÁTICA	280	336
CIÊNCIAS NATURAIS	213	256
HISTÓRIA	213	256
GEOGRAFIA	213	256
ENSINO RELIGIOSO	10	12
TOTAL	1600/1610 HORAS	1920/1932 H/A
* DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DE MATRÍCULA PARA O EDUCANDO.		

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO
--

ESTABELECIMENTO:

Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Colorado

ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná

MUNICÍPIO: Colorado

NRE: Maringá

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2º Sem/2015

FORMA: Simultânea

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440/1568 H/A ou 1200/1306 HORAS

	Total de horas	Total de horas/aula
L. PORTUGUESA E LITERATURA	174	208
LEM – INGLÊS	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64
SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUÍMICA	106	128
FÍSICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
LÍNGUA ESPANHOLA*	106	128
TOTAL	1200/1306	1440/1568

*LÍNGUA ESPANHOLA, DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.

ANEXO I –A Diversidade no Projeto Político Pedagógico

Atualmente a diversidade é um tema debatido em vários espaços sociais, e a escola como espaço social que convive com sujeitos de distintas origens, pertencimentos e trajetórias não pode deixar de contemplar no seu Projeto Político Pedagógico reflexões e ações que possibilitem afirmar a identidade dos sujeitos, bem como os mecanismos de ensino-aprendizagem. Lidar com a diversidade na escola ainda é um desafio, visto que, as diferenças foram rotuladas e naturalizadas como inferiores.

Nesse sentido, é necessário e imprescindível o reconhecimento institucional das especificidades dos diferentes sujeitos, considerando suas formas de organização coletivas e/ou comunitária, suas dinâmicas de lutas, trajetórias histórica, sociais e suas manifestações culturais. Trata-se de conceber a diversidade como uma construção histórica, cultural e social das diferenças, todavia, nos contextos de colonização e dominação os grupos humanos subjugaram/hostilizaram outros grupos baseados nas diferenças culturais e/ou fenotípicas. De acordo com Gomes (2007, p.25),

Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. É incorporar no currículo, nos livros didáticos, no plano de aula, nos projetos pedagógicos das escolas os saberes produzidos pelas diversas áreas e ciências articulados com os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade.

Assim, a diversidade constitui-se numa possibilidade de emancipação, respeito e reconhecimento dos diferentes sujeitos no espaço escolar, historicamente invisibilizados e excluídos da pauta dos projetos educacionais. Importante destacar que o PPP deve contemplar as experiências e protagonismos desses sujeitos, numa perspectiva intercultural, isto é, de diálogos, intercâmbios e reflexão a partir do seu modo de vida com conhecimentos historicamente produzidos e sistematizados. Nessa perspectiva, Amaral (2010, p. 04) destaque que:

Os Projetos Político-Pedagógicos [...] das escolas do campo, escolas quilombolas, escolas das ilhas, escolas itinerantes dos acampamentos da reforma agrária não podem caracterizar-se como gueto, limitadas em seu universo local e cultural. Devem, ao contrário, partir de suas realidades para dialogarem com os demais conhecimentos históricos, culturais, geográficos, sociológicos, matemáticos, filosóficos, linguísticos, dentre outros, não se encerrando nos parâmetros homogeneizadores e europeizados que ainda marcam a organização curricular da educação escolar brasileira.

A diversidade está presente no nosso dia-a-dia, portanto, nas escolas e nas salas de aula é necessário trabalhar com esse conceito não de forma abstrata, descontextualizada da realidade e da vida dos estudantes. Assim, o PPP deve possibilitar indagações, reflexões e problematizações sobre as diferentes culturas que permeiam o espaço escolar e suas especificidades. Nesse contexto, Gomes (2007, p. 28), salienta que:

[...] encontremos no interior da sala de aula alunos que portam diferentes culturas locais, as quais se articulam com as do bairro e região. Eles apresentam diferentes formas de ver e conceber o mundo, possuem valores diferenciados, pertencem a diferentes grupos étnico-raciais, diferem-se em gênero, idade e experiência de vida. Por isso, mais do que uma multiplicidade de culturas, no que se refere ao seu número, variedade ou “pluralidade”, vivemos no contexto das diferentes culturas, marcadas por singularidades advindas dos processos históricos, políticos e também culturais por meio dos quais são construídas. Vivemos, portanto, no contexto da diversidade cultural e esta, sim, deve ser um elemento presente e indagador do currículo.

Dessa forma, o PPP da escola entendido como um documento imprescindível na organização e direcionamento das ações escolares, constitui-se num mecanismo potente para alavancar questões afetas à diversidade, aos preconceitos, a diferença e a identidade dos sujeitos. O PPP deve inaugurar caminhos que possibilitam o trato pedagógico, democrático e emancipatório da diversidade, orientando práticas escolares mais inclusivas e afirmativas. Conforme Vasconcellos (2004, p.20), o Projeto Político Pedagógico “é um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação”.

O PPP ao incorporar a diversidade nas ações escolares estará contribuindo para construção de uma sociedade menos injusta e desigual, menos preconceituosa e racista, menos preconceituosa e discriminatória em relação ao grupo LGBT, eliminando o lastro de desigualdades e preconceitos que ainda persistem imbricados nas nossas relações sociais cotidianas, e que, como não poderia deixar de ser adentram os muros da escola. Conforme Freire (2000, p.67) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Sobre a importância da escola trabalhar com a temática da diversidade, Silva (1995, p.195) apresenta uma importante reflexão,

Trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Ora, se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram. Então, como essa instituição poderá omitir o debate sobre a diversidade? E como os currículos poderiam deixar de discuti-la?

As indagações feitas pelo autor demonstram que a escola não pode invisibilizar a diversidade no processo de ensino aprendizagem, mas para isso esse tema precisa de ancoragem no PPP da escola, visto que é partir dele que a escola orienta suas ações político-pedagógicas.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é um documento basilar para organização e funcionamento da Escola, as concepções pedagógicas/teóricas ali registradas direcionam a maneira como a Escola vai olhar para seus sujeitos, suas histórias e identidades, suas complexidades e sua rotina escolar. O trato pedagógico

da diversidade no PPP vai muito além de concepções românticas e do elogio à diferença, exige compreender as causas históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas de fenômenos como o preconceito, o racismo, homofobia, xenofobia, machismo e etnocentrismo.

Assim, é preciso que toda a comunidade escolar passe por um processo de reeducar o olhar para os sujeitos da diversidade: cultural, da pessoa com deficiência, de origem, de gênero, sexual, geracional, étnico-racial (negros, indígenas, ciganos e quilombolas), comunidades tradicionais e do campo. De acordo com Arroyo (2006, p.54) “os educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares; a questão é com que tipo de olhar eles foram e são vistos”, portanto, para efetivar uma mudança de olhar para as diferenças é necessário incorporar no PPP a diversidade como uma dimensão constitutiva da política e práticas pedagógicas.

A escola é influenciada e também influencia os modos de agir e pensar e é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. Para tanto, deve refletir e discutir acerca das dinâmicas existentes na escola, o que implica numa postura pedagógica capaz de reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade dos sujeitos.

Dessa forma, entende-se que uma educação de qualidade não está dissociada de uma educação cidadã, de uma educação que coletivamente investe em mecanismos/ações para o reconhecimento e valorização da diversidade. Conforme Castro (2005, p.107) pesquisadora da UNESCO:

Há que se estimular os professores [professoras] para estarem alertas, para o exercício de um educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, [anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser. (...). O racismo, o sexismo, [a homofobia], o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil; não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres.

Essa perspectiva sinaliza para indagações sobre como as temáticas da diferença e da diversidade estão inseridas no PPP. Como as questões alusivas as populações do campo, as populações LGBT, os povos indígenas, os quilombolas e ciganos são incorporados no PPP? A escola convive cotidianamente com a diversidade, todavia, as diferenças ainda provocam tensões, conflitos, atitudes discriminatórias e preconceituosas.

A pesquisa realizada pela (FIPE, 2009) Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em escolas públicas de todo o país, baseada em entrevistas com alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 96,5% dos entrevistados têm preconceito com relação a portadores de necessidades especiais, 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5% de gênero, 91% de geração, 87,5% socioeconômico, 87,3% com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial.

Ainda, segundo o Censo do IBGE (2010), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade que estão fora da escola, 62% são negras. Conforme Bourdieu, (1998)

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p.53).

Nesse contexto, é imperioso que o PPP contemplem ações pedagógicas que favorecem o respeito, o reconhecimento, afirmação e valorização da pluralidade cultural, das diferenças de orientação sexual e identidade de gênero, da diversidade étnico/racial, das identidades dos povos do campo e das comunidades quilombolas e tradicionais.

Nesse sentido, concordamos com Veiga (2002, p. 01) “que o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas”, acrescenta-se que ele ultrapassa uma perspectiva meramente burocrática, ou uma prescrição legal, ele se constitui numa possibilidade concreta para estabelecimento de vínculos entre as vivências socioculturais da comunidade escolar e o trabalho pedagógico.

O diagnóstico da realidade escolar contempla a diversidade sociocultural, os tempos, saberes e experiências próprias, a memória coletiva, as identidades, os conhecimentos da prática social da/os estudantes das escolas do campo, quilombolas, indígenas.

A partir dessa afirmação, e outras questões que envolvem o contexto escolar o coletivo da instituição tem a oportunidade de pensar sobre seu currículo. Esse é o momento de observar como os conhecimentos das diferentes disciplinas, os conteúdos escolares mobilizados no trabalho pedagógico respondem às questões colocadas pela diversidade dos sujeitos e das relações estabelecidas no espaço escolar.

Nesse sentido, a escola deve refletir sobre o seu posicionamento no trato pedagógico das questões de cor/raça/etnia, orientação sexual, gênero, conflitos étnico raciais, povos do campo e populações em situação de itinerância. Assim, as seguintes indagações são pertinentes para refletir sobre o PPP.

- O projeto pedagógico da instituição ainda reflete um modelo do espaço urbano, que parte do princípio que se caracteriza como ideal para o desenvolvimento humano? E quando se trata de instituição urbana, as especificidades e identidades das/os estudantes atendidas/os estão sendo contempladas?
- Como a instituição escolar percebe as diferenças de cor/raça, etnia, orientações sexuais, de seus/suas estudantes? Sabemos quantos alunos/as se auto declaram pretos, pardos, indígenas e brancos? A instituição busca estimular a auto identificação dos sujeitos no requerimento de matrícula?

- Na análise dos rendimentos escolares observam-se critérios como gênero, cor/raça, etnia. Há diferenças? A que se atribuem? A escola percebe e intervém nos conflitos que envolvem relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades?
- Como é a participação das meninas e meninos em atividades como os esportes, tecnologias e políticas? E a participação das/os estudantes negras/os? Há diferenças? A que se atribuem?

O PPP da escola deve considerar o diagnóstico da realidade escolar, contemplar a diversidade sociocultural, os tempos, saberes e experiências próprias, a memória coletiva, as identidades, os conhecimentos da prática social da/os estudantes das escolas do campo, quilombolas, indígenas.

Nesse sentido, a escola deve refletir sobre o seu posicionamento no trato pedagógico das questões de cor/raça/etnia, orientação sexual, gênero, conflitos étnico raciais, povos do campo e populações em situação de itinerância.

A partir dessas indagações e de outras questões que envolvem o contexto escolar, o coletivo da instituição tem a oportunidade de pensar sobre seu PPP.

REFERÊNCIA

ARROYO, Miguel G. **“Os educandos, seus direitos e o currículo”**. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2006.

BAIBICHI-FARIA. T; SOARES, E. **Os sujeitos da diversidade: o DEDI pensando o DEDI**. Mimeo. Curitiba, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: **Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GOMES, Nilma L. **Diversidade e currículo**. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

VASCONCELLOS, C. Projeto Político-Pedagógico: Educação Superior. Campinas, SP; Papirus, 2004.

ANEXO II – Organização da Educação Especial na Educação Básica

O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, estudantes da educação especial, nas classes do ensino comum, nas escolas públicas e privadas.

São considerados recursos de acessibilidade aqueles que garantem as condições de acesso, permanência com participação e avanços na qualidade da aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, dentre os quais estão os que apresentam mobilidade reduzida, que necessitam da utilização de materiais pedagógicos diferenciados; de espaços físicos, mobiliários e equipamentos acessíveis; de sistemas de comunicação e informação diversificados, assim como de transportes e outros serviços adaptados.

O **atendimento educacional especializado** aos estudantes da Educação Especial é ofertado no turno e contra turno, de forma complementar e suplementar, não substituindo a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, e independência dos estudantes para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia, conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

É fundamental que o professor das diferentes disciplinas e o professor especialista organizem um planejamento, primando pelo trabalho colaborativo, que pode ser compreendido como uma estratégia pedagógica para favorecer a aprendizagem dos conteúdos contidos no currículo escolar para os estudantes da educação especial. O objetivo do trabalho colaborativo é o desenvolvimento de metodologias de ensino para o acesso ao currículo, enriquecimento curricular e formas diferenciadas de avaliação para a melhoria no desempenho acadêmico.

O atendimento educacional especializado deverá ser ofertado por professores especialistas tanto no turno quanto no contra turno.

Ações do atendimento educacional especializado:

Turno

Professor de apoio à Comunicação Alternativa: é um profissional especializado em educação especial, que atua no contexto da sala de aula do Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos junto aos estudantes que apresentam deficiência física neuromotora. Sua função é apoiar a mediação da comunicação entre o estudante, os membros da comunidade escolar e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencionalizado.

Auxiliar Operacional: sua função é atender adequadamente os estudantes com deficiência física neuromotora que demandam apoio de locomoção, higiene, alimentação.

Professor de Apoio Educacional Especializado: é um professor especializado que atua no contexto escolar do ensino comum, nos estabelecimentos de Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, como apoio e mediação entre o processo de ensino e aprendizagem aos estudantes com Transtornos do Espectro Autista - TEA.

Tradutor e Intérprete de LIBRAS (Surdez) – Este Profissional Bilíngue faz a mediação linguística – LIBRAS e Língua Portuguesa e vice-versa, entre os estudantes surdos e demais membros da comunidade escolar, assegura o acesso aos conteúdos e saberes acadêmicos e as atividades escolares, promovendo a inclusão de estudantes surdos matriculados na educação básica, na rede pública de ensino.

Professor Surdo - Professor e/ou Instrutor de LIBRAS, atende ao modelo referencial linguístico e cultural necessário para o desenvolvimento identitário dos estudantes surdos, proporcionando a aquisição da LIBRAS e o acesso aos conteúdos acadêmicos através de sua língua natural, e realização do trabalho de difusão e divulgação da LIBRAS na comunidade escolar, principalmente junto aos professores e às famílias, nas Salas de Recursos Multifuncionais - da Surdez.

Professor Itinerante: é um profissional especializado em Educação Especial que atua nos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEEBJAs com estudantes cegos e de baixa visão no atendimento às necessidades de acesso ao currículo.

Guia Intérprete: é um profissional especializado que atua no contexto escolar, nos estabelecimentos da Educação Básica e CEEBJAs, servindo de canal de comunicação (áudio visual) entre o estudante surdo cego e o meio em que o mesmo está inserido, permitindo-lhe o acesso à informação e conduzindo-o em sua mobilidade.

Contra turno

Sala de Recursos Multifuncional – Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos: é um espaço que dispõe de acessibilidade, mobiliário, materiais didático pedagógicos, recursos pedagógicos adaptados, equipamentos tecnológicos e profissionais com formação para o atendimento adequado às necessidades educacionais especiais. A legislação vigente estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional, na educação Básica.

Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar-SAREH – É um serviço de atendimento à escolarização ofertado em hospitais, casas de apoio e comunidades terapêuticas que mantêm convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, objetivando prestar o atendimento educacional público aos estudantes matriculados na Educação Básica, que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas por motivo de tratamento de saúde, de acordo com o contido na legislação vigente. Garante a continuidade do processo de escolarização e a manutenção do vínculo com o ambiente escolar àqueles que estão afastados da escola por motivo de tratamento de saúde, em virtude de internamento hospitalar. Estende-se a todos os estudantes matriculados na rede pública estadual em qualquer modalidade de ensino. Este mesmo serviço oferece o **Atendimento Educacional Domiciliar**, após alta hospitalar, constituindo-se na presença do professor em domicílio de estudantes que se encontram impedidos de frequentar o ambiente escolar, por mais de 90 dias e que tenham atestado ou parecer

médico que recomende cuidados de saúde mais intensos, junto à família. O professor age em conjunto com a escola de origem do estudante.

Legislações de apoio:

Lei Federal 13.146 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Deliberação CEE/PR nº 09/01 - Matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertem Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades

Lei nº 12.319, de 01/09/2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Lei nº 10.436, de 24/04/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.098, de 19/12/ 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Resolução nº 5624 de 06/12/2011 - Autoriza que a jornada de trabalho do Professor Intérprete de Libras, Professor de Apoio à Comunicação Alternativa, Professor de Apoio em Sala de Aula que atua com estudantes na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento na Educação Básica.

Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, que torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência;

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Essa Lei define: I - acessibilidade; II – barreiras: a) barreiras arquitetônicas urbanísticas; b) barreiras arquitetônicas na edificação; c) barreiras arquitetônicas nos transportes; d) barreiras nas comunicações; III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; IV – elemento da urbanização; V – mobiliário urbano; VI – ajuda técnica;

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, e dá outras providências

Lei Estadual nº 17.677/2013 – Proíbe a cobrança de valores adicionais sobretaxas para matrícula ou mensalidades de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno evasivo, do desenvolvimento ou outras síndromes.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Artigos 205, 206, I e 208, III

LDB: Artigos 2º, I, 4º, III e 58 a 60

ECA – Lei Federal nº 8069/90: Artigos 53, 54, III

Decreto Federal nº 6.571/2008 – regulamenta art. 60 LDB e altera Decreto Federal nº 6.253/07

Decreto nº 7.611-11 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Parecer CEB/CNE nº 13/2009 – Orienta as Diretrizes Operacionais Educação Especial.

Instrução nº 02/2008 - Normatiza os procedimentos para registro da Progressão Parcial (Ensino Fundamental e Médio), da Classificação e Reclassificação em

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

documento escolares da Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Instrução nº016/08 – SUED/SEED - Estabelece critérios para o funcionamento da SALA DE RECURSOS, na área de Altas Habilidades/Superdotação, para a Educação Básica.

Instrução nº 010/2011- SUED/SEED - Assunto: estabelece critérios para o funcionamento da SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I – para a Educação Básica na Área das Altas Habilidades/Superdotação

Instrução nº014/2011-SEED/SUED - Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, Fase II e Ensino Médio – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos

Instrução nº016/2011 – SEED/SUED - Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos

Instrução nº002/2012 – SUED/SEED - Estabelece critérios para a solicitação de Professor de Apoio à Comunicação Alternativa para atuar no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Instrução nº 003/2012 – SEED/SUED - Estabelece normas para atuação do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais–Libras/Língua Portuguesa-TILS nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual.

Instrução nº 016/2012 – SEED/SUED - Estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
CEP: 86690-000

cloceebjacobcolorado@seed.pr.gov.br

Decreto nº 5.626, DE 22/12/2005

Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Notas Técnicas MEC nº 11/2010 - Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

Nota Técnica nº 20/ 2015/MEC/SECADI/DPEE - Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014.

Nota Técnica nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE – Orientações para a organização do Atendimento Educacional especializado na educação Infantil

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO
Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596
 Fone/Fax: (44) 3323 2229

Colorado – PR
 CEP: 86690-000

clocebjacolorado@seed.pr.gov.br

ANEXO III – CALENDÁRIO ESCOLAR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CEEBA- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 3660/2015 - GS/SEED - CALENDÁRIO 2016

Considerados como dias letivos: semana pedagógica (05 dias); formação continuada (02 dias);
 planejamento (02) dias; replanejamento (01 dia) – Delib. 02/02-CEE

<p align="center">Janeiro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr> <tr><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td></tr> <tr><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td></tr> <tr><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td></tr> <tr><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>1 Dia Mundial da Paz</p>	D	S	T	Q	Q	S	S						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							<p align="center">Fevereiro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> <tr><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td></tr> <tr><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr> <tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td></tr> <tr><td>28</td><td>29</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>09 - Carnaval</p>	D	S	T	Q	Q	S	S		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29						<p align="center">Março</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> <tr><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td></tr> <tr><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td></tr> <tr><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td></tr> <tr><td>30</td><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>25 Paixão 27 Páscoa</p>	D	S	T	Q	Q	S	S				1	2	3	4				5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																																								
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
					1	2																																																																																																																																																																											
3	4	5	6	7	8	9																																																																																																																																																																											
10	11	12	13	14	15	16																																																																																																																																																																											
17	18	19	20	21	22	23																																																																																																																																																																											
24	25	26	27	28	29	30																																																																																																																																																																											
31																																																																																																																																																																																	
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
	1	2	3	4	5	6																																																																																																																																																																											
7	8	9	10	11	12	13																																																																																																																																																																											
14	15	16	17	18	19	20																																																																																																																																																																											
21	22	23	24	25	26	27																																																																																																																																																																											
28	29																																																																																																																																																																																
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
			1	2	3	4																																																																																																																																																																											
			5	6	7	8																																																																																																																																																																											
9	10	11	12	13	14	15																																																																																																																																																																											
16	17	18	19	20	21	22																																																																																																																																																																											
23	24	25	26	27	28	29																																																																																																																																																																											
30	31																																																																																																																																																																																
<p align="center">Abril</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr> <tr><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td></tr> <tr><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td></tr> <tr><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td></tr> </table> <p>21 Tiradentes</p>	D	S	T	Q	Q	S	S						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	<p align="center">Mai</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td></tr> <tr><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td></tr> <tr><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td></tr> <tr><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td></tr> <tr><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>1 Dia do Trabalho 26 C Christi 24 Feriado Municipal</p>	D	S	T	Q	Q	S	S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					<p align="center">Junho</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> <tr><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td></tr> <tr><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr> <tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td></tr> <tr><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S					1	2	3					4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																																														
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
					1	2																																																																																																																																																																											
3	4	5	6	7	8	9																																																																																																																																																																											
10	11	12	13	14	15	16																																																																																																																																																																											
17	18	19	20	21	22	23																																																																																																																																																																											
24	25	26	27	28	29	30																																																																																																																																																																											
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
1	2	3	4	5	6	7																																																																																																																																																																											
8	9	10	11	12	13	14																																																																																																																																																																											
15	16	17	18	19	20	21																																																																																																																																																																											
22	23	24	25	26	27	28																																																																																																																																																																											
29	30	31																																																																																																																																																																															
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
				1	2	3																																																																																																																																																																											
				4	5	6																																																																																																																																																																											
7	8	9	10	11	12	13																																																																																																																																																																											
14	15	16	17	18	19	20																																																																																																																																																																											
21	22	23	24	25	26	27																																																																																																																																																																											
28	29	30																																																																																																																																																																															
<p align="center">Julho</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr> <tr><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td></tr> <tr><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td></tr> <tr><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td></tr> <tr><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>7 Dia do Funcionário de Escola</p>	D	S	T	Q	Q	S	S						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							<p align="center">Agosto</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td></tr> <tr><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr> <tr><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td></tr> <tr><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td></td></tr> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		<p align="center">Setembro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td></tr> <tr><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr> <tr><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td></tr> <tr><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td></td><td></td></tr> </table> <p>7 Independência</p>	D	S	T	Q	Q	S	S						1	2						3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30																																					
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
					1	2																																																																																																																																																																											
3	4	5	6	7	8	9																																																																																																																																																																											
10	11	12	13	14	15	16																																																																																																																																																																											
17	18	19	20	21	22	23																																																																																																																																																																											
24	25	26	27	28	29	30																																																																																																																																																																											
31																																																																																																																																																																																	
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
			1	2	3	4																																																																																																																																																																											
5	6	7	8	9	10	11																																																																																																																																																																											
12	13	14	15	16	17	18																																																																																																																																																																											
19	20	21	22	23	24	25																																																																																																																																																																											
26	27	28	29	30	31																																																																																																																																																																												
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
					1	2																																																																																																																																																																											
					3	4																																																																																																																																																																											
5	6	7	8	9	10	11																																																																																																																																																																											
12	13	14	15	16	17	18																																																																																																																																																																											
19	20	21	22	23	24	25																																																																																																																																																																											
26	27	28	29	30																																																																																																																																																																													
<p align="center">Outubro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td></tr> <tr><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> <tr><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td></tr> <tr><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td></tr> <tr><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td></tr> <tr><td>30</td><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>12 N. S. Aparecida 15 Dia do Professor</p>	D	S	T	Q	Q	S	S							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						<p align="center">Novembro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>2</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>3</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>4</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>5</td></tr> <tr><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td></tr> <tr><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td></tr> <tr><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td></tr> <tr><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>2 Finados 15 Proclamação da República 20 Dia Nacional da Consciência Negra</p>	D	S	T	Q	Q	S	S							1							2							3							4							5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				<p align="center">Dezembro</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>2</td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>3</td></tr> <tr><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td></tr> <tr><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td></tr> <tr><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td></tr> <tr><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td></tr> </table> <p>19 Emancipação Política do PR 25 Natal 10 Aniversário de Colorado</p>	D	S	T	Q	Q	S	S							1							2							3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
						1																																																																																																																																																																											
2	3	4	5	6	7	8																																																																																																																																																																											
9	10	11	12	13	14	15																																																																																																																																																																											
16	17	18	19	20	21	22																																																																																																																																																																											
23	24	25	26	27	28	29																																																																																																																																																																											
30	31																																																																																																																																																																																
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
						1																																																																																																																																																																											
						2																																																																																																																																																																											
						3																																																																																																																																																																											
						4																																																																																																																																																																											
						5																																																																																																																																																																											
6	7	8	9	10	11	12																																																																																																																																																																											
13	14	15	16	17	18	19																																																																																																																																																																											
20	21	22	23	24	25	26																																																																																																																																																																											
27	28	29	30																																																																																																																																																																														
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																																																																																																											
						1																																																																																																																																																																											
						2																																																																																																																																																																											
						3																																																																																																																																																																											
4	5	6	7	8	9	10																																																																																																																																																																											
11	12	13	14	15	16	17																																																																																																																																																																											
18	19	20	21	22	23	24																																																																																																																																																																											
25	26	27	28	29	30	31																																																																																																																																																																											

<ul style="list-style-type: none"> Início/Término das aulas Planejamento/Replanejamento Férias Recesso Semana Pedagógica Distribuição de aulas Reunião Pedagógica Formação em Ação Brigada Escolar Semana Integração Família Escola Sábado Letivo 	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th colspan="2">Férias Discentes</th></tr> <tr><th>MES</th><th>DIAS</th></tr> <tr><td>Janeiro</td><td>30</td></tr> <tr><td>Fevereiro</td><td>28</td></tr> <tr><td>Julho</td><td>12</td></tr> <tr><td>Dezembro</td><td>10</td></tr> <tr><td>Recesso</td><td>3</td></tr> <tr><td>Total</td><td>83</td></tr> </table>	Férias Discentes		MES	DIAS	Janeiro	30	Fevereiro	28	Julho	12	Dezembro	10	Recesso	3	Total	83	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><th colspan="2">Férias/Recesso/Docentes</th></tr> <tr><th>MES</th><th>DIAS</th></tr> <tr><td>Janeiro/ férias</td><td>30</td></tr> <tr><td>Fevereiro/recesso</td><td>10</td></tr> <tr><td>Julho</td><td>10</td></tr> <tr><td>Outros recessos</td><td>3</td></tr> <tr><td>Dezembro</td><td>10</td></tr> <tr><td>Total</td><td>63</td></tr> </table>	Férias/Recesso/Docentes		MES	DIAS	Janeiro/ férias	30	Fevereiro/recesso	10	Julho	10	Outros recessos	3	Dezembro	10	Total	63
Férias Discentes																																		
MES	DIAS																																	
Janeiro	30																																	
Fevereiro	28																																	
Julho	12																																	
Dezembro	10																																	
Recesso	3																																	
Total	83																																	
Férias/Recesso/Docentes																																		
MES	DIAS																																	
Janeiro/ férias	30																																	
Fevereiro/recesso	10																																	
Julho	10																																	
Outros recessos	3																																	
Dezembro	10																																	
Total	63																																	

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DE COLORADO.

Ensino Fundamental e Médio

Rua: Prefeito Rafael Gil, 596

Colorado –

PR

Fone/Fax: (44) 3323 2229

CEP: 86690-

000

clocebjacolorado@seed.pr.gov.br